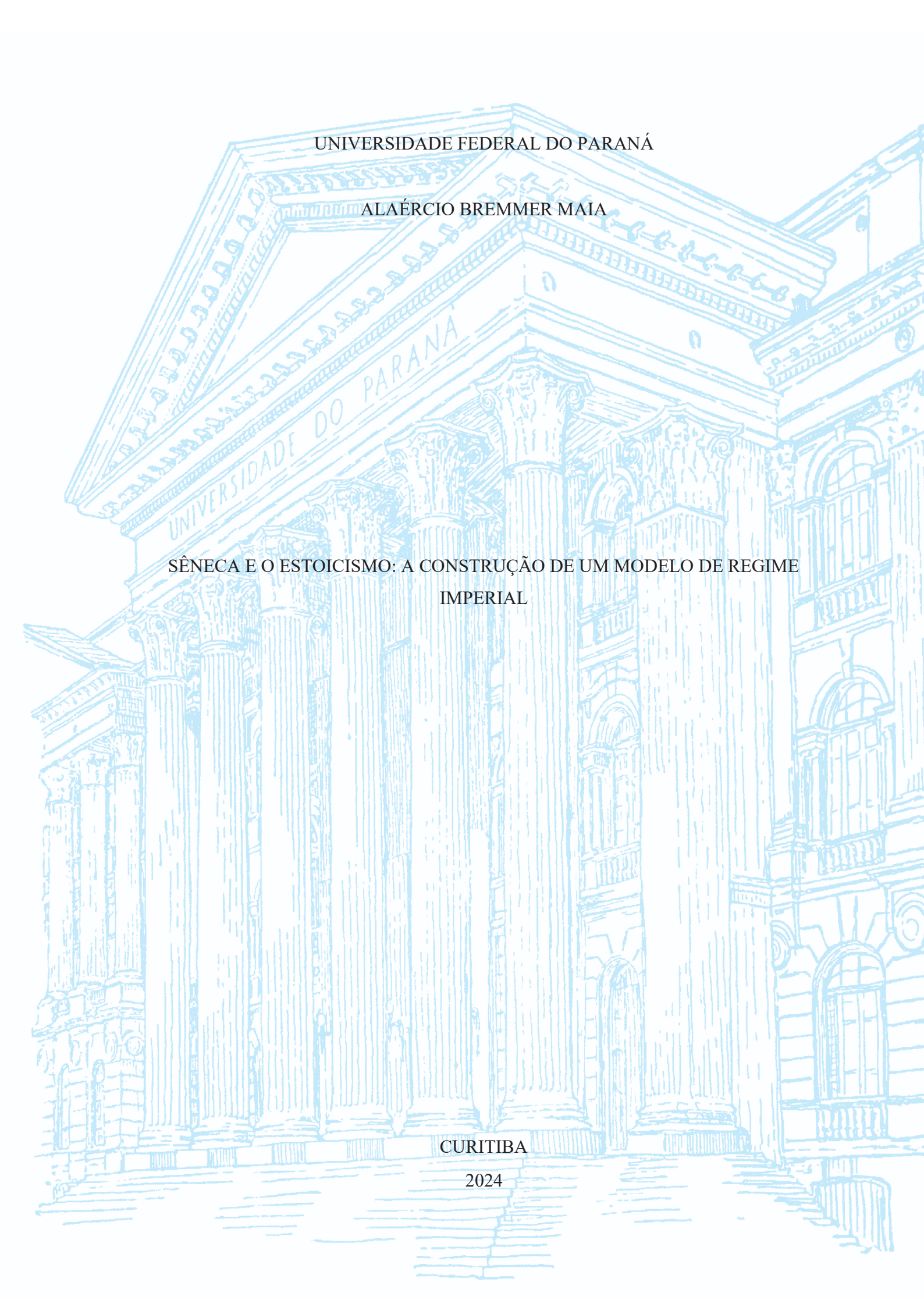




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALAÉRCIO BREMMER MAIA

SÊNECA E O ESTOICISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE REGIME
IMPERIAL

CURITIBA

2024

ALAÉRCIO BREMMER MAIA

SÊNECA E O ESTOICISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE REGIME
IMPERIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História, Setor de Ciências Humanas,
da Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago David Stadler.

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Maia, Alaércio Bremmer

Sêneca e o estoicismo : a construção de um modelo de Regime Imperial. / Alaércio Bremmer Maia. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago David Stadler.

1. Sêneca. 2. Estoicos. 3. Poder (Filosofia). 4. Filosofia antiga.
I. Stadler, Thiago David, 1985-. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALAERCIO BREMMER MAIA** intitulada: **SÊNECA E O ESTOICISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE REGIME IMPERIAL**, sob orientação do Prof. Dr. THIAGO DAVID STADLER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2024.

Assinatura Eletrônica

01/09/2024 11:22:09.0

THIAGO DAVID STADLER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/08/2024 16:58:31.0

MARCOS LUIS EHRHARDT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/08/2024 17:24:47.0

RENAN FRIGHETTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Aos meus pais, Francisco Alaércio Maia e Maria Célia de Freitas Bremmer Maia, por todo incentivo, carinho e amor.

Aos alunos de ontem, hoje e amanhã.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Francisco Alaércio Maia e Maria Célia de Freitas Bremmer Maia, pelo amor e apoio incondicional que me possibilitaram chegar até aqui.

Ao meu orientador e amigo, Thiago David Stadler, pelas valorosas contribuições e incentivos prestados ao longo desse percurso.

Aos professores da linha de Cultura e Poder da Universidade Federal do Paraná, pelos valiosos ensinamentos e saberes compartilhados.

Às professoras Rose Simone dos Passos e Ana Helena Stein, que, por meio de suas excelentes aulas, me inspiraram a escolher o ofício da docência para a vida.

Aos meus nobres amigos, por toda a alegria que proporcionam ao meu existir. Estas palavras são para vocês, Cleber Artner; Fabiane Veiga; Ana Karoline; Jeferson Ostroski Martins; Ricardo Gonçalves; Leonardo Carriel Vassão; Matheus König; Leopoldo König Segundo; Liandro Gonçalves; Wagner Padilha; Leonardo Brito; Bruna Bremmer; Roberto Rocha; Lucas Muenster; Victor Karpen; Ramon Bianco; Emanuel Barrêto; Ricardo Netto; Richel de Aguiar; Daniele Nazário; Victor Gava Kamigashima; Talita dos Santos; Cleber Lemos e Taylor Fuck.

Àquelas coisas singelas que são uma fonte de alegria ante as asperezas do cotidiano: meu cachorro Nero; o Sport Club Corinthians Paulista; as músicas de Maria Bethânia; os contos de Dalton Trevisan; os poemas de Drummond; o sabor do café.

Àquela força maior que me guia a que costumeiramente chamamos de Deus.

“Se a glória dá algum valor à virtude, esse valor nunca perecerá. Não chegará aos nossos ouvidos o que os pósteros dirão de nós, mas decerto nas suas palavras, embora sem o sentirmos, continuaremos a ser uma presença.”

(Sêneca. Cartas a Lucílio)

“As ideias corretas são pertença de todos”

(Sêneca. Cartas a Lucílio)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo principal investigar de que modo o contexto sócio-político dos anos finais do Principado de Nero exerceu influência sobre o pensamento político do filósofo romano Lúcio Aneu Sêneca, especialmente no que tange ao constructo de um império moral contrastante com os referidos anos finais daquele Principado, que ele enxergou como corrompido e decadente. Para tanto, recobramos a conjuntura do Principado romano e a atuação política de Sêneca dentro deste, com especial ênfase nos anos de governo de Nero, nos quais ele teve posições ambíguas, estando junto do Príncipe nos primeiros anos de sua governança e afastando-se dele quando o mandatário agiu de modo dissonante com o que apregoavam seus ideais políticos. Desse modo, concentramos o foco de nossa pesquisa nesta segunda fase, visando compreender as motivações desse afastamento e os reflexos do mesmo na elaboração daquele outro modelo de império que citamos anteriormente. Neste percurso, concedemos especial atenção à instrumentalização política que Sêneca fez dos conceitos da filosofia estoica de que era adepto e a como o pensador utilizou estes, em última instância, para pensar o poder e atuar politicamente em sua época.

Palavras-chave: Poder. Estoicismo. Filosofia. Principado. Império Romano.

ABSTRACT

The present master's thesis aims to investigate how the socio-political context of the final years of Nero's Principate influenced the political thought of the Roman philosopher Lucius Annaeus Seneca, particularly in regard to the construction of a moral empire contrasting with the aforementioned final years of that Principate, which he saw as corrupt and decadent. To this end, we review the conjuncture of the Roman Principate and Seneca's political actions within it, with a special emphasis on the years of Nero's rule, during which Seneca held ambiguous positions. He was close to the Prince in the early years of his governance but distanced himself when the ruler acted in a manner inconsistent with the political ideals Seneca espoused. Thus, our research focuses on this second phase, aiming to understand the motivations behind this distancing and its impact on the formulation of the aforementioned alternative model of empire. In this process, we pay special attention to the political instrumentalization of Stoic philosophy, to which Seneca adhered, and how the thinker used it ultimately to reflect on power and engage in political action during his time.

Keywords: Power. Stoicism. Philosophy. Principate. Roman Empire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
PRIMEIRA PARTE: O MUNDO E SEU PERSONAGEM	9
Capítulo 1: No alvorecer de um Império	10
Capítulo 2: Entre a Filosofia e o Poder	28
Capítulo 3: Nos bastidores do Palácio Imperial - De como Nero chegou ao trono do Principado	42
Capítulo 4: A <i>Clemência</i> - uma virtude no palco do poder	48
SEGUNDA PARTE: NO FECHAR DAS CORTINAS, A MELANCOLIA E O SONHO DE UM OUTRO IMPÉRIO POSSÍVEL.	55
Capítulo 1: Nero: De bom Príncipe a Tirano	55
Capítulo 2: Um filósofo no meio do conflito: a posição de Sêneca no embate entre Nero e o Senado.	79
Capítulo 3: <i>Cartas a Lucílio</i> - O refúgio das palavras	87
Capítulo 4: Nas entrelinhas das cartas: percepções a respeito da conjuntura da época e a concepção de um Império moral	103
ALGUMAS ÚLTIMAS PALAVRAS...	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXO – Nero no imaginário coletivo	133

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos de minha graduação em filosofia descobri e me encantei com os movimentos filosóficos helenísticos, e, mais precisamente, com aquele a que se denominou estoicismo. Naquela ocasião (idos de 2016) ele já começava a se tornar, para o bem e para o mal, uma “filosofia pop” e livros de seus principais expoentes despontavam nas livrarias e listas dos mais vendidos da internet. Foi numa dessas que me caiu nas mãos, pela primeira vez, um livro de bolso de Sêneca intitulado *Sobre a brevidade da vida*. Recordo-me como se fosse hoje, o efeito e as provocações que tal leitura me causaram, com aconselhamentos e preceitos que versavam sobre o bom aproveitamento do tempo e no que consistia a tão sublime *felicidade*. Rapidamente, esse primeiro interesse pessoal pelo estoicismo foi transplantado para o espaço da academia quando, diante da disciplina de metodologia da pesquisa, precisei escolher a toque de caixa um assunto para pesquisar. Sem titubear, optei de pronto pelo referido movimento filosófico. Dali em diante, desenvolvi um interesse cada vez mais profundo por ele, de modo que o tomei como objeto de estudo em outros trabalhos, pesquisas e projetos acadêmicos que desenvolvi. As abordagens variavam, indo das teorias estoicas acerca da morte até a concepção de *natureza* formulada pelos pensadores da *stoa*. Um outro tema, no entanto, logo veio a se assomar aos anteriormente citados: a *política*. Muito desse interesse se deveu ao contexto daquele momento. Com efeito, o ano era 2018 e no Brasil e no mundo, as democracias liberais eram testadas e caíam em descrédito ao passo que lideranças políticas de viés autoritário ascendiam politicamente. Em meio as angústias e incertezas que uma tal conjuntura impunha, resolvi buscar também nos estoicos pensamentos que me possibilitassem uma reflexão sobre os tempos atuais. Os dois autores selecionados para esse empreendimento, foram dois filósofos da tradição romana que se relacionaram diretamente com o poder: o já mencionado Sêneca e Marco Aurélio.

Com o passar do tempo, meu foco de análise centrou-se no primeiro, da mesma forma que se modificou meu viés de pesquisa. Agora, mais do que saber o que Sêneca havia dito sobre o poder e a política, interessou-me inquirir como o recorte histórico e político que ele vivenciou influíram na edificação de suas ideias. Estas motivações, inclinaram-me

inevitavelmente para o campo da História, até chegar na dissertação que ora se apresenta, onde o objetivo primeiro consiste na identificação de um projeto político dentro da filosofia senequiana e no como e em que medida ele foi moldado pelas circunstâncias históricas do controverso Principado de Nero.

Muitas foram as razões que me conduziram a este trabalho. O primeiro ponto que destaco é o interesse particular pela filosofia estoica e suas múltiplas faces, ao qual veio a se vincular, como já sublinhado no primeiro parágrafo, a curiosidade sobre como suas teses, preceitos e concepções foram moldadas pelos períodos históricos nas quais se encontravam inseridas. A segunda razão, centra-se num objetivo mais amplo, qual seja, o de tentar responder o que estas teses, preceitos e concepções têm a dizer para o mundo de hoje. Não no sentido de procurar respostas no passado para questões contemporâneas, mas sim, no sentido de criar aportes para se pensar e refletir mais acuradamente estas questões. Aspecto este no qual a História certamente possui muito a acrescentar e contribuir. Não poderia deixar de mencionar ainda, um debate em aberto na academia, que versa sobre a existência ou não existência de um *pensamento político* na seara da filosofia estoica. Debate rico e em disputa no qual o presente trabalho pretende se inserir oferecendo possíveis interpretações e respostas a partir da obra senequiana. Por fim, há que se ressaltar o intento interdisciplinar mediante o qual se almejou estabelecer diálogos e pontes com áreas afins e correlatas, como o direito, a ciência política e a sociologia, seja ao beber de suas fontes, seja ao oferecer subsídios teóricos para outras áreas.

Para dar cabo deste trabalho e responder a estas e outras tarefas, optamos por dividir o mesmo em duas grandes partes, das quais, a primeira intitulamos *O mundo e seu personagem* e a segunda *No fechar das cortinas, a melancolia e o sonho de um outro Império possível*.

Na primeira delas (*O mundo e seu personagem*) apresentamos, antes de mais nada, um panorama geral sobre a conjuntura na qual Sêneca nasceu, bem como os principais traços de sua biografia, com especial ênfase na sua trajetória política até sua chegada a posição de *amicus princeps* sob os primeiros anos da administração neroniana. Para tanto, subdividimos essa estrutura maior em quatro capítulos. O primeiro, nomeado *No Alvorecer de um Império*, procurou, para início de discussão, reconstruir o ambiente político do autor. Desse modo, foi fundamental trazer à baila os anos finais da República romana e os sucessivos conflitos e crises que marcaram estes, focando com maior atenção naquele que se demonstrou crucial na transição da República para o Principado: o embate nos idos do segundo triunvirato romano entre Otávio e Marco Antônio pelo controle único do mundo romano. Neste percurso,

retomamos as raízes do conflito, o assassinato de reputações entre um e outro, o sucesso da propaganda de Otávio contra Marco Antônio e consequente apoio dos principais entes da sociedade romana depois desta, até chegar na última das guerras civis, com a célebre batalha de Áccio e a vitória de Otávio sobre as frotas do outro triúviro. Adiante, exploramos os efeitos diretos desta vitória, com a outorga pela parte do Senado dos títulos de Príncipe (*Princeps*) e Augusto (*Augustus*) a Otávio nos anos 28 e 27 AEC. Concessões estas que pouco a pouco centralizaram poderes nas mãos de Otávio e esvaziaram outros antes distribuídos pelas instituições republicanas. Igualmente importante foi o processo de busca de legitimidade do Príncipe para que essa centralização ocorresse sem maiores ruídos. Assim, trouxemos à tona suas tentativas de aplicar um verniz republicano a nova ordem que se formava, o constructo de uma aura heroica e divina pelos canais da religião romana e da poesia, o culto à personalidade expresso em estatuárias e monumentos edificadas em sua honra, a propaganda de seus feitos e virtudes pela via das moedas que circulavam pelo Império, a transformação de Roma e arredores através de portentosas obras públicas, além das concessões e benfeitorias concedidas aos membros das distintas camadas sociais romanas. Tal escrutínio, colocou-se como necessário na medida em que nos auxiliou a compreender como seu governo desenhou-se como referência de paz, concórdia e virtude, bem como a entender os conflitos que se desenrolaram no Império com os Príncipes que vieram depois dele. Ambos os casos singularmente influentes nos moldes do pensamento político senequiano.

Seguidamente, no segundo capítulo - *Entre a filosofia e o poder* – inserimos Sêneca no ordenamento supracitado, evidenciando sua relação para com ele tendo por base os dois pontos principais que marcaram sua biografia: a *filosofia* e o *poder*. Dessa maneira, reconstituímos sua origem familiar abastada e a influência determinante que esta teve para sua entrada nos círculos do poder através das redes de clientelismo. Paralelamente, destacamos sua educação privilegiada na juventude e seus contatos iniciais com a filosofia estoica (já amplamente disseminada no Império Romano), da qual tornou-se grande difusor, alçando inclusive o posto de celebridade literária de sua época. Na sequência, abordamos sua ascensão no *cursus honorum* romano e as primeiras experiências do autor com ímpetos tirânicos dos governantes de ocasião, num primeiro momento com Calígula, de que veio uma condenação à morte que não se levou adiante, e num segundo momento com Cláudio, que o condenou à pena capital em função de uma falsa acusação de adultério, comutando, a posteriori, esta pena em um exílio de tipo *relegatio* na ilha romana da Córsega. Dado o impacto de uma tal medida sob sua persona, abrimos um breve espaço para analisar as produções intelectuais de Sêneca nos anos

que ficou exilado (*Consolação a Hêlvia*, *Diálogo sobre a ira* e *Consolação a Políbio*), atentando sobremaneira em como a filosofia estoica, a partir deste episódio, converteu-se em um instrumento com finalidades políticas nas mãos do filósofo. O capítulo encerra-se com o retorno de Sêneca ao poder mediante o chamado da última esposa de Cláudio, a Imperatriz Agripina, que o queria como tutor de seu filho que teve em outro casamento, o jovem Lúcio Domício, que se tornaria o célebre Príncipe Nero no ano 54 EC.

O terceiro capítulo, intitulado *Nos bastidores do palácio imperial – de como Nero chegou ao trono do Principado*, dedicou-se, como o título sugere, a explorar como esse personagem tão emblemático da biografia de Sêneca chegou à condição de Príncipe. Para isso, fora levantado um histórico dos anos turbulentos que vieram após a morte de Otávio Augusto e das querelas por poder e influência política que envolveram seus herdeiros políticos imediatos. Nesta toada, outorgou-se especial enfoque a figura de Agripina, a *Jovem* e nos meios que ela empregou para se firmar nessa disputa até conseguir uma de suas maiores façanhas: fazer seu filho de casamento anterior, sucessor do Príncipe Cláudio. Nesta via, exploramos o seu casamento com o referido Príncipe, a neutralização do filho que este tivera com Messalina, a mudança de comando da guarda pretoriana, e claro, a guarida intelectual de Sêneca, que, a partir deste ponto, atuando como tutor de Domício e conselheiro político da Imperatriz, começa a adquirir a faceta de *ideólogo do poder*.

O quarto e último capítulo desta primeira parte – *A Clemência: uma virtude no palco do poder* – analisou um dos resultados mais expressivos da faceta anteriormente citada: a publicação no ano 56 EC do *Tratado sobre a Clemência*, que Sêneca, na condição de um dos principais conselheiros do agora novo Príncipe Nero, dedicou-lhe com o intento de indicar os caminhos para uma boa governança. Indo além da simples intencionalidade propedêutica deste escrito, procuramos correlacioná-lo com as circunstâncias daquele momento a fim de identificar outros propósitos enredados em suas páginas, donde conseguimos obter uma obra, cuja virtude destacada (a *clemência*) atendia a múltiplas necessidades do período. Destarte, num primeiro nível, encontramos finalidades propagandísticas imediatas que visavam dar legitimidade ao jovem Príncipe e contrastá-lo com os mandatários virulentos anteriores, colocando-o como alguém que, guiado pela *virtude*, inauguraria, assim como Otávio Augusto, uma nova “era de ouro” em Roma. Em outra frente, foi possível localizar um intento de fundamentação teórica do Principado, que, por carecer de definição mais precisa do que competia a cada um de seus agentes políticos, enfrentava conflitos variados, principalmente entre Príncipe e Senado. Sêneca, neste caso, almejou dar uma resolução a este problema,

enfatizando o Príncipe como um ente fundamental que teria por objetivo primeiro a garantia da *liberdade* de seu povo. Por fim, observamos ainda, tendo em conta as arbitrariedades perpetradas por Tibério, Calígula e Cláudio na esfera jurídica, um proponente moderador da justiça no referido tratado, buscando corrigir abusos e excessos dentro desta área que havia sido tão aviltada. O capítulo se encerra trazendo reflexões de autores e historiadores contemporâneos examinando qual teria sido o real impacto desta obra sobre o Principado de Nero e naquilo que se costumou demarcar como os bons anos de sua administração, notadamente, os anos que vão de 54 EC a 62 EC.

Na sequência, rumamos para a segunda parte de nosso texto, a qual demos o título de *No fechar das cortinas, a melancolia e o sonho de um outro Império possível*. Neste escopo, o objetivo maior foi perquirir a mudança de contorno do Principado de Nero a partir de 62 EC, que o consagrou com o emblema de *tirano*, a opção de Sêneca por uma vida retirada dos meandros do poder em face dessa mudança e o reflexo que esse cenário teve sobre seu pensamento filosófico e político desenvolvido posteriormente, sobretudo naquela que veio a se tornar sua obra magna – as *Cartas a Lucílio*. A estrutura nesta segunda parte, seguiu os mesmos parâmetros da primeira, com a montagem de quatro capítulos que vão atendendo componentes específicos desse objetivo maior. Desse modo, o primeiro capítulo – *Nero: de bom Príncipe a tirano* – já se dedica a inquirir qual o ponto de ruptura que alternou aquele Nero categorizado como “bom Príncipe” de seus primeiros anos para o “Nero tirano” da fase final de seu governo. Colocado este ponto de interrogação no centro da discussão, recorreremos as três principais fontes antigas que trazem informações sobre ele e sua gestão: os *Anais*, de Tácito; *A vida dos doze Césares*, de Suetônio e a *História romana*, de Dião Cássio. Tendo por referencial os modos próprios do fazer historiográfico do período, permeado por boas doses de retórica e intenções políticas de distintos atores, averiguamos os relatos sobre o Príncipe presente em cada uma das mesmas tencionando achar aquelas características que deram forma a imagem do tirano. Feito este estudo, chegou-se à conclusão de que, mais do que uma arbitrariedade clássica, sua inserção nos moldes tirânicos teve por marca principal um embate com os ideais políticos da aristocracia senatorial do período. Com efeito, de 62 EC em diante, o que se vê é um Nero que governou com autonomia elevada, concedendo pouco espaço de ação aos membros do Senado e trazendo novidades para o Império que atentavam contra a visão política desse grupo, cujas ideias eram fortemente ancoradas numa tradição e moral de colorações republicanas. A categorização de Nero como tirano, portanto, teve em seu cerne, antes de qualquer coisa, uma querela com as elites do Senado.

Definida esta alternância do governo neroniano, no segundo capítulo, nomeado *Um filósofo no meio do conflito: a posição de Sêneca no embate entre Nero e o Senado* teve por intuito, como o próprio título deixa entrever, compreender como Sêneca se posicionou ante esta querela. Lembremos aqui que o filósofo circulava pelos dois lados do conflito, haja visto que era *senador* e *amicus princeps*. A pergunta a que procuramos responder dessa forma foi: qual dos lados pesou mais? O Sêneca do Senado ou o Sêneca amigo do Príncipe? Atrás de respostas, detivemo-nos no exame de três obras de Sêneca escritas no Principado neroniano, contemplando seu início dentro dele, consolidação e saída. As obras escolhidas para tal foram a sátira menipeia intitulada *A Apocoloquintose do divino Cláudio*, de 54 EC; o *Tratado sobre a Clemência*, de 56 EC e *Sobre o Ócio*, de 62 EC. O que se pôde verificar em cada uma delas, indo do tom mais elogioso a Nero que constituíram as duas primeiras até as tonalidades veladas de crítica ao Príncipe que aparecem na terceira, foi um Sêneca que compartilhou dos ideais políticos do Senado (que, em última análise, convergiam com aquelas do Sêneca filósofo estoico) e que esteve ao lado do governante como *amicus princeps* enquanto um homem do Senado. Sua opção por uma vida de ócio filosófico, desse modo, aponta-nos uma perda de sua influência dentro da corte neroniana e um primeiro sinal de insatisfação do pensador para com as novas colorações que tingiam o Principado neroniano. Este entendimento, forneceu-nos o substrato necessário para esquadriarmos politicamente a sua mais imponente obra, a qual foi escrita nos anos que ficou afastado do poder: as *Cartas a Lucílio* - conjunto de cento e vinte quatro cartas filosóficas trocadas com seu amigo e discípulo Gaio Lucílio Júnior de 62 EC até o ano de sua morte, em 65 EC.

Chegamos assim, ao terceiro capítulo, denominado *Cartas a Lucílio - o refúgio das palavras*, no qual fizemos primeiramente uma averiguação do veículo que Sêneca escolheu para comunicar suas ideias, ou seja, as *cartas* e dos significados e dimensões que estas assumiram no contexto do Império Romano. Para tal, recorreremos ao *Tratado sobre o estilo*, de um autor do período helenístico conhecido como Demétrio e aos comentários que este traçou sobre a confecção de missivas, além de comentários metalinguísticos sobre o feitio de cartas presentes em correspondências de autores do período, como Cícero e o próprio Sêneca. Por meio dessa investigação, conseguimos estabelecer sua estrutura, características, e lugares comuns, donde sobressaía-se a carta como ambiente de amizade, simplicidade e diálogo. Sequencialmente, fomos para o rol da tipologia das cartas, transitando pelos diferentes tipos de correspondências públicas e privadas da época, onde pudemos localizar as *Cartas a Lucílio* no âmbito das cartas públicas com finalidades pedagógicas. No caso específico de Sêneca e

Lucílio, esta finalidade de ensino dedicava-se a transmissão de conteúdos filosóficos do estoicismo do primeiro (Sêneca) ao segundo (Lucílio), intencionado a adequação e inserção deste último ao modo de vida proposto por aquele movimento filosófico. A parte final deste capítulo, traz algumas das estratégias propedêuticas de que Sêneca se valeu para dar cabo desta tarefa.

Finalmente, chegamos ao capítulo que põem termo a dissertação, o qual intitulou-se *Nas entrelinhas das cartas: percepções a respeito da conjuntura política da época e a concepção de um Império moral*, onde, a partir do componente pedagógico primeiro que envolveu a escrita das cartas de Sêneca a Lucílio, investigamos como elas vocalizaram as percepções do filósofo acerca da conjuntura dos anos finais de sua vida. Neste sentido, a leitura das cartas permitiu-nos desvelar três grandes tendências políticas que as atravessaram, a saber, uma *crítica*, na qual abundam comentários de desaprovação ao seu tempo e ao Principado do antigo pupilo (Nero), tidos aqui como referenciais de vícios, corrupção e depravação moral. Uma tendência *nostálgica*, na qual são recuperadas nas linhas da história, uma Roma de contornos rurais e republicanos nos quais os homens seriam supostamente melhores do ponto de vista moral, e, por fim, uma terceira tendência de ordem *propositiva* em que este “passado idílico” assomado a conceitos centrais da ética estoica servem-lhe de inspiração para a elaboração de propostas em campos diversos da sociedade, direcionados a uma temporalidade futura, com vistas a um império moral, solidário, e, em última instância, mais feliz.

O texto final, ao qual deu-se o título de *Algumas últimas palavras*, faz um breve balanço dos principais temas levantados no espaço da pesquisa, procurando trazer, em alguma medida, algumas singelas doses de inquietação e reflexão para o leitor que até elas tenham chegado. Para além do passado, que Sêneca nos incite a pensar também o hoje.

PRIMEIRA PARTE: O MUNDO E SEU PERSONAGEM

Antes de adentrarmos especificamente nas temáticas que constituem os objetos centrais desta dissertação, a saber, os dois projetos de poder traçados por Sêneca durante o principado de Nero, suas respectivas distinções, bem como as concepções de poder envolvidas em cada um deles, convém apresentar brevemente o cenário no qual nosso protagonista nasceu, cresceu e atuou. Redesenhar este cenário, seus aspectos políticos, sociais e culturais, e, conjuntamente, inserir a figura de Sêneca, se faz fundamental, para a posterior compreensão de suas ideias e ações. Empreender tal reconstituição, é o que objetivamos neste primeiro capítulo.

CAPÍTULO 1: NO ALVORECER DE UM IMPÉRIO

“Preservado o príncipe, todos têm um único ideal. Perdido o príncipe, todos rompem o compromisso de fidelidade”.

(Sêneca. De Clementia)

Não podemos precisar com exatidão o ano no qual Sêneca nasceu, no entanto, é consenso entre os historiadores que isso se deu entre 04 AEC e o ano 01 ou 02 da EC¹. Pode-se dizer, desta forma, que seu nascimento tem como pano de fundo o advento daquilo que ficou conhecido na História como Império Romano ou Principado – modelo governamental que substituiu a República quando de sua crise e posterior queda, em 27 AEC., quando Otávio (63 AEC - 14 EC) recebeu o título de *Augusto* pelo Senado, tornando-se assim, o primeiro *princeps* deste novo regime. Para que se entenda este regime, e, sequencialmente, as características e pressupostos fundamentais que o definem, é preciso atentar para as razões que conduziram ao seu estabelecimento. Tais razões, por sua vez, evidenciam-se nas constantes *crises*² que marcaram os anos finais da República romana, as quais manifestavam-se através de sucessivos conflitos, disputas por poder e guerras civis. Ante este cenário conturbado, as tentativas de encontrar alguma estabilidade pouco efeito surtiam, levando antes, a mais instabilidade, e, por conseguinte, a novos conflitos. O historiador Greg Woolf, retomando textos de escritores da Antiguidade que falaram sobre este período (como Plutarco, Apiano e Dião Cássio), assim nos resume este panorama turbulento:

Todos esses relatos concentram-se na luta entre personalidades: Mário *versus* Sila, a ditadura de Sila, a competição entre seus imediatos, Lúculo, Pompeu e Crasso; os golpes malsucedidos de Lépido e Catilina, a aliança entre Pompeu, César e Crasso, nos anos 50 e, por fim, uma série de guerras civis: Pompeu *versus* César, assassinos de César *versus* Otávio e Antônio, Otávio e Antônio *versus* Sexto, filho de Pompeu, e finalmente Otávio *versus* Antônio.³

¹ CARDOSO, Zélia de Almeida. *Poder e política nas obras de Sêneca*. **Revista Phoinix**. Rio de Janeiro: v.9, n.1, 2003, p.360-361.

² *A crise da república romana* começa por volta do século III AEC e segue até o século I EC, quando resultará, inicialmente, na ditadura de Júlio César (49 – 44 AEC), e, posteriormente, na Batalha de Áccio, em 31 AEC, quando Otávio vence a oposição (pondo fim às guerras civis que assolavam Roma) e conquista, seguidamente, no ano de 27 AEC, o título de *Augusto* – acontecimentos tidos como ponto de virada da *república* para aquilo que se convencionou chamar *Império Romano*. No tocante as motivações que conduzem a tais acontecimentos, as interpretações são múltiplas. Mariana Carrijo Medeiros, no artigo *Entre a crise política e a crise moral de finais da República Romana (I a.C.): fronteiras entre o discurso e o real*, faz um passeio por uma gama de autores contemporâneos e posteriores a este processo de crise e transição a fim de levantar algumas dessas interpretações, donde a mesma obtêm duas categorias de argumentos, a saber, um político e outro moral. Neste primeiro plano (o político) entram discursos como os de Plutarco, que atribuem às guerras civis entre os romanos uma das principais causas para a crise republicana, ou ainda, os de Valério Patérculo e Caio Salústio Crispo, que outorgaram as razões da crise à divisão social e aos conflitos que desta sobrevieram após a destruição de Cartago, em 146 AEC (a qual antes de ser destruída, mantinha a sociedade unida entorno do medo de um inimigo comum) e das reformas sociais empreendidas pelos irmãos Graco nos anos de 133 e 123 AEC (que polarizaram a sociedade romana em dois grupos que lutavam por interesses completamente distintos e fundou uma ameaça que poderia voltar a se repetir a qualquer momento). Já no segundo plano (o moral) se enquadram discursos de oradores, historiadores e poetas como Tácito, Tito Lívio, Cícero, Horácio e Sexto Propércio, que, à sua maneira, identificaram no declínio do *mores maiorum* (isto é, dos costumes dos ancestrais romanos e suas instituições), e, por conseguinte, na ascensão da corrupção e dos vícios no seio da sociedade romana, a causa primordial de corrosão da república.

³ WOOLF, Greg. *Roma: a história de um Império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017, p.190 - 191.

Apesar de o trecho acima enumerar uma série de contendas que nos possibilitam uma compreensão mais ampla da crise republicana, destacaremos aqui, o último deles, a saber, o que envolveu Otávio e Marco Antônio. É nos contornos deste que encontraremos as raízes daquilo que constitui nosso interesse imediato: a *alternância* da República para o Principado. Para tanto, convém enunciar que este embate teve suas bases naquilo que ficou conhecido como *Segundo Triunvirato Romano* – uma daquelas referidas tentativas de se alcançar a estabilidade da República, que mais uma vez encontrava-se abalada, desta feita, em função do assassinato⁴ de Júlio César (100 - 44 AEC). Este triunvirato estabeleceu-se em 43 AEC, um ano após o ocorrido, e consistiu numa aliança política em que o sobrinho-neto e filho adotivo do ditador, Otávio, aliado ao tenente e amigo do mesmo, Marco Antônio (83 - 30 AEC), assomados ainda a um dos generais do antigo líder, Marco Lépido (90 - 13 AEC) passaram a governar conjuntamente a República, com máximos poderes, por um período inicial de cinco anos. Neste primeiro momento, os três agiram em conformidade, visando prioritariamente, a perseguição dos assassinos de Júlio César e o reestabelecimento das províncias orientais que haviam sido tomadas por estes. Missões a que conseguem dar cabo vitoriosamente no ano de 42 AEC⁵.

Após a resolução destas situações, o território romano fora dividido entre os três, de modo que Marco Lépido ficou com a parte africana, Marco Antônio, com o Oriente, e Otávio com a Itália⁶. Sequencialmente, no ano de 38 AEC, o triunvirato foi renovado por mais cinco anos, ficando concentrado não muito tempo depois, apenas nas figuras de Otávio e Marco Antônio, haja visto que Marco Lépido retirou-se⁷ da aliança em 36 AEC. Foi a partir deste momento, que a crise entre as duas figuras, bem como a disputa pelo controle único do mundo romano que por eles foi travada se aprofundou e ganhou cores mais intensas, com acusações mútuas, roubo de partidários, vaivéns de apoio e popularidade, além de fortes propagandas de caráter negativo entre um e outro⁸. Neste intercurso, porém, foi Otávio quem obteve melhor

⁴ O célebre assassinato resultou de uma conspiração do Senado romano, que se viu incomodado com a alta concentração de poderes de Júlio César depois que este venceu uma guerra travada com os membros daquele que com ele (Júlio César) formaram o primeiro triunvirato romano: Crasso e Pompeu.

⁵ GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.123.

⁶ GRIMAL, 2011, p.123.

⁷ Marco Lépido é comumente retratado como a parte mais fraca e menos influente deste triunvirato. No ano de 36 a.C. ele viu-se imiscuído em uma acusação pela parte de Otaviano, resultante da sua atuação frente a *Revolta Siciliana*, de tentativa de tomada de poder e incitamento a rebelião. Sem poder resistir, Lépido sucumbiu, perdendo todos os cargos que possuía (excetuando-se o de Pontífice Máximo) e sendo condenado a retirar-se para ilha romana de *Circeii*.

⁸ GRIMAL, 2011, p.124.

sorte. Isto se deu, prioritariamente, em função do forte movimento panfletário que empreendeu contra Marco Antônio, a partir do relacionamento que este nutriu com a rainha do Egito, Cleópatra VII (69 - 30 AEC)⁹. Tal movimento, teve como ponto central a manipulação por parte de Otávio, dos sentimentos públicos de seus concidadãos, sobretudo aqueles relacionados ao orgulho pátrio, a honra e a defesa de suas instituições/tradições¹⁰. Possuindo consciência da força destes elementos, Otávio começou a ventilar a imagem de um Marco Antônio integralmente submisso a Cleópatra e traidor dos grandes ideais romanos, lançando a hipótese de que se o triúmviro vencesse o presente embate que vinham tendo, Roma seria subjugada pelo Oriente. Para dar materialidade ao que dizia, divulgou trechos de um suposto testamento e de cartas pessoais do antigo aliado, onde este, dentre outras coisas, prometia legados e territórios consideráveis aos filhos que teve com a monarca oriental¹¹. Estas maquinações conduziram a uma reviravolta nas percepções da população, das legiões romanas e do Senado, que, temendo seus presságios, passaram a apoiar prontamente a Otávio¹².

A partir disso, o conflito entre ambos que há muito vinha se acentuando, resultou em mais uma guerra civil, que ficou marcada, sobremaneira, pela grandiosa Batalha de Áccio - confronto ocorrido no Mar Jônico, próximo à cidade grega de Áccio, no ano 31 AEC, na qual as frotas de Marco Antônio e Otávio se enfrentaram numa batalha naval, da qual o último e seu exército saíram vencedores¹³. Este último confronto que selou definitivamente a vitória de Otávio aparece costumeiramente na historiografia romana como estando relacionado a dois fatos que se inter-relacionam: o fim das guerras civis, (e consequente chegada da *paz* ao mundo romano) e o começo daquela transição que até aqui viemos perscrutando, qual seja, a do sistema

⁹ Este relacionamento teve suas origens, ao que tudo indica, no ano de 41 AEC e teve seu ápice no ano de 32 AEC, quando Marco Antônio se divorciou oficialmente de sua esposa, Otávia Júlio Turino, *a jovem* (69 - 10 AEC), para viver em definitivo com Cleópatra. Durante este ínterim, Marco Antônio se permitiu viver a moda de um rei oriental junto a rainha do Egito, fazendo chamar-se de deus e tendo filhos com a mesma (GRIMAL, 2011, p.123).

¹⁰ Sentimentos estes, que se faziam arraigados e presentes nos romanos desde tempos mais longínquos, constituindo como que o *modo de ser* desta civilização. Carlos Gustavo Vianna Direito, em seu artigo, *Roma e o Imperium*, nos auxilia a entender esta concepção: "Na Roma Antiga, não se falava ainda em nacionalismo nem em patriotismo tal como falamos hodiernamente. A vontade de combater pela pátria, pela República, era inerente ao cidadão romano e, para Cícero, traduziria a devida direção dada à "coisa pública" pelo governante. A vontade de proteger o bem comum deveria ser a razão de vida do romano" (VIANNA DIREITO, 2014, p.186).

¹¹ Outros fatores de ordem histórica contribuíram ainda para uma visão negativa a respeito de Marco Antônio, como uma fracassada campanha militar de sua parte contra os Partos (reconhecidos inimigos do povo romano), além de um triunfo realizado em Alexandria pela conquista da Armênia, contrariando completamente os costumes dos ancestrais romanos, que prescreviam a realização deste tipo de ritual em Roma (COLLARES, 2010, p.29).

¹² BARROS, S.S. *César Augusto: entre a República e o Império*. NEARCO. Rio de Janeiro: v.1, 2016, p.115.

¹³ Ante a derrota e acreditando no boato de que Cleópatra se encontrava morta, Marco Antônio resolveu se suicidar. A rainha egípcia, ao saber do acontecimento e vendo que não havia mais possibilidades de vitória, não tardou a tomar a mesma atitude, deixando-se picar por uma serpente venenosa.

republicano em direção àquilo que mais tarde convencionou-se chamar *Principado*. O acontecimento elementar que marcou este processo, se deu com a outorga dos títulos de Príncipe (*Princeps*) e Augusto (*Augustus*) a Otávio pela parte do Senado nos anos 28 e 27 AEC, respectivamente. O primeiro destes títulos significava algo como *o primeiro dos cidadãos*, ou, como define Carlos Gustavo Vianna Direito, no artigo *Roma e o Imperium*: o melhor cidadão entre seus iguais¹⁴. Tal atribuição tornava Otávio o mais importante membro da comunidade cívica romana¹⁵, tendo em vista que o denotava como possuidor de uma *capacidade e virtude*¹⁶ superiores, caracterizando-o, dessa forma, como o mais apto a conduzir e gerir os assuntos de Roma¹⁷. Já o segundo título (*Augusto*), queria dizer algo como *aquele que é revelado do alto*, ou *aquele que recebeu um signo celeste*¹⁸. Esta alcunha, de conotação religiosa, colocava-o numa posição elevada, sagrada e divina, revestindo seu cargo de autoridade (*auctoritas*), que por sua vez, favoreceria o estabelecimento da paz (*pax*) e da concórdia (*concordia*) entre os romanos e suas instituições fundamentais¹⁹.

Embora tais procedimentos e titulações nos deem a tônica de uma nova estrutura política que se se anunciava, não houve, neste primeiro momento, o que classificariamos como uma “ruptura radical” em relação à República. Pelo contrário: passava-se antes a mensagem de que tudo aquilo se tratava de uma “continuidade” ou “nova fase” desta²⁰ e de seus principais temas²¹. Prova disso, foi o fato de as instituições caras aos romanos daquele período (como as Assembleias e o Senado), continuarem existindo com os mesmos nomes de outrora²², assim como os cargos que a elas estavam vinculados. Em meio a esse verniz republicano, porém,

¹⁴ VIANNA DIREITO, 2014, p.186.

¹⁵ FRIGHETTO, Renan. *Exílio e exclusão política no mundo antigo: de Roma ao reino Godo de Tolosa (séculos II a.C.-VI d.C.)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p.27.

¹⁶ Thiago David Stadler, em seu livro *O Império Romano em Cartas - Glórias Romanas em Papel e Tinta*, nos ajuda a compreender o vocábulo *virtude* e a conotação que este vocábulo assume dentro do contexto que ora trabalhamos. Desse modo, especifica ele, “*virtus* respondia a duas situações diferentes. Por um lado, temos a definição que aproxima de “virtude” ou “valor”, exprimindo, nesse caso, todos os valores ou virtudes romanas. Por outro, *uirtus* transmite uma noção mais restritiva de mérito ou coragem pessoal, intimamente relacionada à bravura militar, sendo assim, uma virtude específica, a “virilidade”, aquilo que definiria o ser romano ideal” (STADLER, 2013, p.85-86). É especialmente esta segunda noção de virtude apontada pelo autor, que nos aproxima daquela virtude que será destacada e enfatizada na figura do *princeps*.

¹⁷ VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005, p.40.

¹⁸ FRIGHETTO, 2019, p.27.

¹⁹ FRIGHETTO, 2019, p.27.

²⁰ O próprio título de *princeps*, que foi anteriormente analisado, objetiva vincular-se ao regime republicano. De acordo com Marilena Vizentin “é justamente por isso que Augusto deixa-se nomear por ele: seu ideal de soberano, com isso, encaixa-se numa sequência lógica daquela ideologia, dando-lhe continuidade” (VIZENTIN, 2005, p.41).

²¹ WOOLF, 2017, p.26.

²² TÁCITO. *Anais*, I,3.

mudanças e transformações significativas pouco a pouco iam aparecendo. Isso porque, se por um lado se tinha a preocupação de se manter as referidas instâncias republicanas, por outro, estas e suas atribuições mais importantes passavam por um processo de esvaziamento, e recaíam de maneira centralizada sob a *persona* política do Príncipe.

Importa mencionar, todavia, que esta centralização ocorria de maneira cuidadosa, por etapas e através de dispositivos jurídicos, objetivando afastar-se ao máximo de qualquer viés monárquico ou tirânico que lhes pudesse ser dada²³. Em última análise, mesmo esta nova configuração buscava atrelar-se à República, tendo em conta que se transmitia a noção de que o *princeps* concentrava poderes não com o intuito de subvertê-la, e sim, de protegê-la e impedir seu perecimento. Marilena Vizentin, em sua obra *Imagens do poder em Sêneca- Estudo sobre o De Clementia*, sintetiza esta dinâmica:

(...) o início do Principado, ideologicamente falando, aparece quase como uma salvaguarda da *res publica* e de suas instituições que, incapazes de se adaptarem a nova situação política - nascida da conquista romana e da constituição de um vasto Império -, não conseguem se elevar a um nível equivalente. O príncipe, então, passa a reunir em sua pessoa tanto as funções políticas do Estado como a legitimidade das leis, “tornando-se a encarnação do antigo poder dividido da República”²⁴.

Esta “encarnação” do antigo poder dividido da República de que nos fala a autora, ocorreu em relação a três grandes poderes e ofícios do regime anterior: a *Tribunicia Potestas*, o *Imperium Proconsular* e o *Pontificatus Maximus*. Com efeito, todos são ilustrativos no que diz respeito a transitoriedade e concentração de poderes que mencionamos até aqui, razão pela qual, tematizaremos e analisaremos um a um afim de visualizarmos as principais modificações ocorridas.

Começemos pela *Tribunicia Potestas*. Na República clássica, tal poder possuía duração de um ano, estava circunscrita unicamente a cidade de Roma e era caracterizada pela existência de um colégio formado por dez tribunos, que, por seu turno, tinham o direito de intervir nas decisões uns dos outros. Com a emergência do Principado, contudo, a *Tribunicia Potestas* foi

²³ Roma, quando de sua fundação (em 753 AEC), vivenciou um período de monarquia. Tal período transcorreu com relativa harmonia até o assassinato do rei Sêrvio Túlio, no ano de 535 AEC, e consequente usurpação do trono deste pela parte de um sujeito chamado Lúcio Tarquínio (posteriormente designado o *Soberbo*) que a partir deste momento, governou Roma de modo despótico e tirânico. Seu reinado prosseguiu até 509 AEC - ano no qual a população romana se levantou contra ele em função de uma ação indecorosa de seu filho Sexto Tarquínio, instituindo seguidamente a República. Estes acontecimentos envolvendo Lúcio Tarquínio, de acordo com Cícero, “tornaram o título de rei odioso aos romanos” (*Da República*, I, XL). Daí as razões pelas quais importava a Otávio Augusto evitar qualquer tipo de associação com o regime monárquico.

²⁴ VIZENTIN, 2005, p.35.

conferida a Otávio no ano 23 AEC, de modo vitalício, valendo não apenas em Roma, mas em todo o Império Romano²⁵ estabelecido, tendo igualmente por elemento definidor, o fator de que suas resoluções não mais poderiam ser questionadas por outros tribunos. Em função disso, o Príncipe poderia convocar os Comícios e o Senado e propor leis, além de assumir também o *ius auxilii* – o direito de proteger os cidadãos romanos²⁶. Já o *Imperium Proconsular*, outrossim, durante a República também representou um poder distribuído, o qual possuía em seu cerne atribuições civis, militares e jurídicas. Este poder subdividia-se entre magistrados e promagistrados, que por meio dele, exerciam a administração civil do território, o comando das tropas do exército romano e o exercício da justiça. Entrementes, a partir da já referida ascensão de Otávio, o mesmo episódio ocorrido com a *Tribunicia Potestas* reincide no que concerne ao *Imperium Proconsular*, com todos os seus encargos, antes divididos, repousando de maneira única em suas mãos. A partir disso, ele passou a ser o administrador de todo o território romano, controlando as suas finanças, a distribuição de alimentos e os trabalhos públicos, além de tornar-se o comandante geral das forças militares²⁷ e juiz de toda e qualquer causa que excedesse a competência dos magistrados municipais, possuindo ainda, vale frisar, o direito de vida e morte sobre toda a população²⁸. Por fim, o último²⁹ grande poder que angariou consistiu no *Pontificatus Maximus*, cujo cargo a ele interligado (*Pontifex Maximus*), lhe concedia a manutenção da *pax deorum*³⁰ e a direção da religião romana e de todos os seus pormenores³¹,

²⁵ É preciso abrir um breve espaço para discutirmos o conceito de *Império*, haja visto que o mesmo passa por transformações de significado e compreensão quando da transição da República para o Principado. Desse modo, nas palavras do historiador Marco Antônio Collares ” O termo passou a ser vinculado não mais somente ao domínio civil-militar dos magistrados superiores legalmente eleitos, mas também ao controle direto da *Urbs* sobre suas províncias (*Imperium Romanum*), na esteira do aparecimento de chefes militares do porte de Mario, Sila, Pompeu e César. Esse novo significado, vinculado à concentração de territórios sob uma única força centrípeta – Roma – fortaleceu a concepção da necessidade de centralização do domínio político de todos os cidadãos, aliados e súditos sob a égide de um único indivíduo dissipando gradualmente a tradicional aversão dos romanos ao poder autocrático“ (COLLARES, 2010, p. 33-34).

²⁶ VIZENTIN, 2005, p.38.

²⁷ Marco Antônio Correa Collares, no artigo *A legitimidade do poder de Otávio Augusto ao início do Principado*, mencionando a argumentação dos historiadores Léon Homo e André Piganiol, traz a tese de que, justamente em função do controle das forças militares, o *Imperium Proconsular* constituiu o grande pilar de sustentação do novo regime e o mais importante dos poderes do Príncipe, haja visto que assegurava ao mesmo o comando direto das legiões - que por sua vez, exerciam pressão sobre a antiga aristocracia republicana. (COLLARES, 2010, p. 21-22)

²⁸ VIZENTIN, 2005, p.38-39.

²⁹ Tal poder foi o último conquistado por Otávio em razão de que este foi um dos poucos que o outro triúviro, Marco Lépido, conservou sobre si quando de sua condenação e retirada do triunvirato em anos anteriores. Dado que tal encargo era vitalício, foi preciso esperar a morte de Lépido para que ele passasse para Otávio, o que só aconteceu em 12 AEC.

³⁰ Conceito que pode ser definido como uma situação de *concordia* ou *pacto* entre deuses e humanos, fundamental para a segurança e bom prosseguimento do Império.

³¹ Inclua-se neste rol, o recrutamento de sacerdotes e vestais, tutelação das respectivas nomeações, administração das regras concernentes a interpretação do direito religioso, gestão do tesouro pontifical, determinação do

unindo desse modo, os poderes temporais anteriormente citados, a um poder de ordem sagrada e moral³². Tais poderes somados, por sua vez, compunham os pilares de sua autoridade, convertendo o *princeps*, a um só tempo, em chefe político, militar e religioso do Império.

Uma tal concentração de poderes, no entanto, precisou de mais do que um ideal de “continuidade republicana” (ainda que este tivesse singular importância) para ganhar respaldo dos mais diversos atores e entes políticos que compunham a Roma daquela época. Consequentemente, em face deste cenário, era fundamental criar e obter legitimidade. Otávio tinha ciência dessa necessidade e, ao longo de seu governo, valeu-se de variadas ações e instrumentos com vistas a alcançar a legitimação do novo ordenamento que se formava e de sua posição dentro deste. Thiago David Stadler, em seu livro *O Império Romano em Cartas - Glórias Romanas em Papel e Tinta*, fazendo um estudo dos dispositivos empregados pelo Imperador Trajano³³ na consolidação de seu poder, trabalhou com duas categorias que também nos auxiliam no exame dos instrumentos utilizados por Otávio na resolução desta tarefa. Tais categorias consistem naquilo que o autor classificou como *apoio imaterial* e *apoio material*³⁴. O primeiro rol abarcaria elementos de conotação mais simbólica/transcendente, como presságios, prodígios, sonhos e interpretações divinas que propagandeavam o *princeps* como alguém *predestinado* a estar naquela condição³⁵. Já o segundo, apoio material, em contrapartida, trazia à tona mecanismos pragmáticos, como as relações de clientelismo, guerras e estrutura bélica, construções de monumentos, edificação de templos, emissão de moedas, concessões e favores empreendidos pelo mesmo³⁶. As duas categorias, aliadas, forneciam as bases de sustentação e validação do poder no campo do imaginário e do social.

Dessa forma, comecemos nosso percurso por estas duas categorias de apoio através de um dos apoios mais expressivos do novo regime que se instaurou, o qual situamos no espectro dos *apoios imateriais*, a saber, a *religião romana*³⁷ e, paralelamente, o papel que Otávio

calendário, consagração dos edifícios públicos e privados, além da manutenção dos cultos das divindades (VIZENTIN, 2005, p.39-40).

³² VIZENTIN, 2005, p.39.

³³ Trata-se de Marco Úlpio Nerva Trajano (53 - 117 EC), Príncipe que governou o Império Romano de 98 a 117 EC.

³⁴ STADLER, 2013, p.73.

³⁵ STADLER, 2013, p.73.

³⁶ STADLER, 2013, p.73.

³⁷ O aspecto divino e transcendente sempre teve uma importância singular no cotidiano e vida dos romanos. O historiador francês Lucien Jerphagnon, na obra *A tentação do cristianismo*, nos fornece uma excelente síntese para entendermos melhor tal importância. Diz-nos ele “Do princípio ao fim de sua história, Roma viveu sob o olhar de suas divindades tutelares. O romano se via como o cliente de seus deuses, como se fosse socialmente, o

assumiu em seu interior. No que concerne a este campo, o procedimento de maior importância teve por objetivo a difusão da ideia de que Otávio fora investido pelos deuses para ocupar o posto de líder máximo da civilização romana. Percebemos os primeiros passos dessa difusão logo após a derradeira batalha de Áccio, quando Otávio recebeu do Senado, junto da prerrogativa de *princeps*, o já citado título de *Augusto*, que, a partir de então, outorgava-lhe um *componente divino* e o fazia *venerável*³⁸, reforçando a *excepcionalidade* de sua pessoa para conduzir o povo e a coisa pública (*res publica*).

Todavia, para que este ideário alcançasse seus efeitos, fazia-se necessário encontrar uma forma de propagá-lo e fixá-lo nos diversos espaços da sociedade romana. No tocante a esta incumbência, os *apoios de caráter material* adquiriram especial relevância. Um dos mais destacados destes esteve na criação de um fértil ambiente cultural em Roma, no qual uma das notáveis ações que o possibilitavam, se deu com o estímulo e patrocínio do Príncipe³⁹ para com escritores e poetas daquela conjuntura, os quais respondiam a tal favorecimento concedendo louros e publicizando aquele ideário divino e excepcional do Príncipe nos seus versos⁴⁰. A título de exemplo desta propaganda poética, citamos os nomes de Públio Virgílio Maro (70 - 19 AEC), Quinto Horácio Flaco (65 - 8 AEC) e Marco Manílio (séc. I EC)⁴¹. O primeiro deles, Virgílio, foi particularmente próximo de Otávio Augusto, e, dentro do seu conjunto literário, dedicou uma de suas magnânimas obras a celebrar o Príncipe e a nova era inaugurada por ele.

cliente de algum VIP do qual tirasse proveito no dia a dia. Vemos aí o “pragmatismo inveterado dos romanos, sempre preocupados – diz Turcan – em garantir a iniciativa humana”. O que eles pedem aos deuses? “Antes de tudo, que os beneficie, que os tranquilizem” (FERRY & JERPHAGNON, 2011, p.17).

³⁸ Embora tematizemos de modo mais explícito no texto a propagação desse *ideal divino* pós batalha de Áccio e início do Principado por parte de Otávio, é preciso ressaltar que manobras visando o apoio imaterial religioso para se fortalecer já se manifestavam nos idos do segundo triunvirato. No tocante a essas manobras, podemos mencionar a divinização de Júlio César, ocorrida logo após a derrota de seus assassinos, que o tornou o *abençoado filho do divino Júlio* (distinguindo-o em *dignidade* dos demais triúnviros), além do boato propagado por ele, no ano de 36 a.C., de que algumas de suas propriedades do Palatino haviam sido atingidas por raios sobrenaturais (o que poderia indicar alguma espécie de presságio ou designação divina), tendo por este motivo, consagrado no local um templo ao deus Apolo (COLLARES, 2010, p.29).

³⁹ Além do Príncipe, outros patronos ligados a seu círculo também patrocinaram obras literárias voltadas a construção de uma imagem positiva de Otávio Augusto e de seu governo, como Marco Valério Messala (36 AEC - 21 EC) e Caio Cílnio Mecenas (70 - 8 AEC).

⁴⁰ COELHO, A.L. *Poder e Poesia: A imagem de Augusto na literatura do início do Principado. Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: v.6, n.6, 2015, p.38.

⁴¹ Outros poetas, ainda que de modo não necessariamente religioso/sagrado, promoveram algum tipo de apologia a Otávio Augusto em seus versos. É o caso, por exemplo, de Sexto Propércio (43 - 16 AEC), que em suas *Elegias* saudou o Príncipe pela sua vitória na batalha de Áccio e os triunfos imperiais deste, ou então, Ovídio (43 - 17 AEC), que ao invés de destacar os feitos passados de Otávio, comemorou em seus poemas a glória presente de viver naquela Roma que fora pacificada por ele: “Que outros – não eu – exaltem o passado! Alegro-me por ter vindo ao mundo agora. Esta idade meu gosto satisfaz” (*Ars Am.* III, 121-122).

Tal obra levou o título de *Eneida* e foi escrita entre os anos 29 e 19 AEC⁴². Nela, Virgílio promoveu uma articulação entre o mítico e o real para contar a história de Eneias, herói egresso da lendária guerra de Troia com a missão de dar origem a uma nova cidade troiana. Esta narrativa subdividia-se em doze livros que possuíam uma organização muito precisa para o desenlace da história, de modo que os quatro primeiros mostravam Eneias recebendo sua tarefa dos deuses; os subsequentes (V-VIII) apresentando os ritos que tornariam Eneias o pai da Pátria e os últimos (IX-XII) descrevendo Eneias aliando-se com o arcádio Evandro e o etrusco Tarcão e o triunfo deles sobre Turno, o rei dos rútuos⁴³. Em meio a estes episódios aparecem, aqui e ali, referências explícitas a Otávio e a sua predestinação ante a história romana⁴⁴. Ana Lúcia Santos Coelho, no artigo *Poder e Poesia: A imagem de Augusto na literatura do Início do Principado*, informa-nos que uma das passagens em que isso se expôs com maior ênfase, foi no livro VIII, quando Evandro apresentou a Eneias as terras nas quais Roma seria fundada, e deu-lhe as armas feitas pelo deus Vulcano⁴⁵, a pedido da mãe de Eneias, a deusa Vênus⁴⁶. Dentre estas armas, estava um escudo que expunha cenas da futura história de Roma. Uma destas, representada na parte central do artefato exteriorizava justamente a batalha de Áccio e a vitória de Otávio sobre a frota de Marco Antônio, como observa-se na seguinte passagem:

No meio, dava para ver as armadas de bronze, a guerra de Áccio, e via-se que todo o Leucates fervia, Marte instruindo-o, e as ondas resplandecerem de ouro. De um lado César Augusto, conduzindo os ítalos para a batalha com os senadores, o povo, os deuses Penates e os grandes deuses, de pé sobre a popa elevada, a que o seu rosto alegre lança chamas duplas e a constelação do seu pai abre-se sobre sua cabeça⁴⁷.

Tal fragmento evidenciava Otávio, com o auxílio do deus da guerra, Marte, e os bons auspícios do pai adotivo, Júlio César, lutando em defesa dos principais entes da civilização romana (exército, Senado, povo, deuses), contra a frota de seu rival, Marco Antônio, caracterizado nas cenas que seguem a supracitada passagem, apoiado pelas divindades egípcias e acompanhado das armadas orientais e de Cleópatra. Assim, o poeta criava um *contraste* entre um e outro triúmviro, no qual o primeiro (Otávio), estava investido pelos deuses e pelo destino

⁴² COELHO, 2015, p.38.

⁴³ COELHO, 2015, p.39.

⁴⁴ Além do constructo de uma imagem idealizada e positiva de Otávio Augusto, a *Eneida* legitimou um outro componente significativo da civilização romana, a saber, sua tendência *conquistadora e expansionista*. Uma das cenas do poema em que tal perspectiva se mostra claramente se dá numa profecia do deus Júpiter (principal deus do panteão romano) no qual este promete a Roma o *imperium sine fine*, isto é, o poder sem limites (WOOLF, 2017, p.170).

⁴⁵ Deus romano do fogo, que possuía também, dons proféticos.

⁴⁶ Deusa romana da beleza e do amor.

⁴⁷ VIRGÍLIO. *Eneida*, VIII, 675-679.

(*fatum*) a proteger Roma e suas instituições do segundo (Marco Antônio), retratado como símbolo de decadência, voluptuosidade e corrupção⁴⁸. Atrelados a estes vínculos entre sobrenatural e real na composição de uma imagem sagrada e virtuosa do Príncipe, Virgílio preocupou-se, de igual modo, em atribuir-lhe uma *linhagem divina*. Para tanto, usou sua pena para inserir o herói do poema, Eneias, filho da deusa Vênus com o mortal Anquises, na árvore genealógica da *gens Iulia* (da qual descendiam Júlio César e Otávio) com a finalidade de estabelecer uma conexão íntima entre o lendário herói troiano com o Príncipe romano e corroborar ainda mais aquele *componente divino* que lhe fora dado com o título de Augusto⁴⁹.

Seguindo na mesma linha de Virgílio, Quinto Horácio Flaco também dedicou parte de seus versos a cantar a glória de Otávio Augusto diante do Império. Sua obra mais conhecida neste sentido foi um hino escrito em 17 AEC, encomendada pelo próprio Príncipe, que recebeu o nome de *Carmen Saeculare*. A respeito dele, sabemos que foi elaborado para ser cantado na celebração dos jogos seculares (*Ludi Saeculares*) - festejo religioso de origem etrusca que tinha por pretensão marcar o início de uma nova era, em que toda a tradição seria reabilitada⁵⁰. Uma das partes solenes deste evento era caracterizada por uma procissão que partia do monte Palatino (localizado na parte central de Roma e a nordeste do monte Aventino) em direção ao Capitólio (situado a noroeste do Palatino) e retornando novamente ao Palatino, onde um grupo de 27 meninos e 27 meninas aguardavam para concluir o ritual entoando um cântico religioso, que, nesta ocasião, tratou-se justamente do hino composto por Horácio⁵¹. Os temas elementares que perpassam o texto dizem respeito a uma série de invocações aos deuses romanos e suas virtudes, nos quais, incorporavam-se também versos dedicados a exaltação do líder romano. Referente a este último ponto, Horácio empreendeu tal manobra retomando aquela linhagem divina sinalizado por Virgílio na *Eneida*, ressaltando o Príncipe como *o mais ilustre descendente de Vênus e Anquises*⁵² e reforçando as conexões também já manifestas na obra do outro poeta entre Otávio Augusto e Eneias. Esse jogo de equivalências se dá tanto no plano das *virtudes individuais*, onde aquelas que eram referenciadas no herói troiano (como temor aos deuses, brandura e valentia) são pintadas igualmente em Otávio, quanto no plano das *ações*

⁴⁸ PIRES, T. A. L.C. *Propaganda política no Principado Augustano: as artes como forma de discurso (27 a.C. – 14 d.C.)*. **Revista Plêthos**. Rio de Janeiro: vol. 4, n.1, 2014, p.119-120.

⁴⁹ COELHO, 2015, p.40.

⁵⁰ COELHO, 2015, p.41.

⁵¹ SOUZA, D. M. F. de. *Horácio e os jogos seculares: tradição, religião e política no Carmen Saeculare*. Dissertação (mestrado em letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, p.49.

⁵² HORÁCIO, *Carmen Saeculare*, 50.

políticas, no qual o momento de crise e restauração vividos por Eneias com relação ao seu povo são associados a trajetória do Príncipe e seus feitos recentes em Roma⁵³. Dessa maneira, Horácio cancelava mais uma vez a imagem instituída por Virgílio na *Eneida* do líder divino que impediu seu povo de sucumbir e que ao mesmo tempo abria um novo período de paz e prosperidade.

Marco Manílio, por sua parte, escreveu uma obra que ficou conhecida a posteriori com o título de *Astronômicas*. Embora não saibamos precisar o ano em que a mesma foi elaborada, é possível supor que os três primeiros livros, dos cinco que o compõem, tenham sido escritos quando Otávio Augusto ainda se encontrava vivo, haja visto o constante uso de vocábulos que denotavam contemporaneidade entre o poeta e o Príncipe⁵⁴. No que tange ao seu conteúdo, notamos o uso de conceitos próprios da *astrologia* e da *filosofia estoica* em seu cerne, no qual Manílio constrói uma *ligação* entre o Céu e a Terra com o objetivo de dar forma a um poema sobre a beleza do Universo. Acerca desta ligação entre a ordem terrena e a ordem celeste, diz-nos Rodrigo Santos M. Oliveira, no artigo *A ordem astral: A ação do Princeps Otávio Augusto pela legitimidade de seu poder*:

Tal relação entre Céu e Terra é o elemento chave da obra maniliana. Manílio determina e mostra ao leitor o quão interligado estão estes dois espaços, sendo a vida terrena uma projeção dos acontecimentos celestes. Esta unidade universal recebe o nome de “simpatia universal”, a qual, todos, de acordo com os estoicos, estavam condicionados. Desde as estrelas até a menor das plantas, todo o Universo estava unido pela criação do deus que o concebeu⁵⁵.

É no interior deste ordenamento perfeito e racional em que Céu e Terra interagem profundamente, que Marco Manílio arrumou oportunidades para introduzir a personagem do Príncipe Otávio Augusto como um dos fatores basilares desse grande arranjo universal, como podemos visualizar nos excertos abaixo:

Capricórnio, ao contrário, dirige seu olhar para si mesmo (qual outro, em efeito, poderia admirar mais importante, se foi ele quem brilhou com tão bom presságio no nascimento de Augusto)⁵⁶.

[...]

⁵³ SOUZA, 2013, p.78.

⁵⁴ Tal é o caso do uso do advérbio “*agora*” exposto na expressão “O maior legislador *agora* na Terra, depois no céu” utilizado no livro I para se referir a Otávio Augusto.

⁵⁵ OLIVEIRA, 2017, p.16.

⁵⁶ MANÍLIO, *Astronômicas*, II, v. 507-509.

A mim, ó César, da pátria primeiro homem e pai, tu que reges o mundo submisso às tuas augustas leis e que mereces, tu próprio como um deus, o céu concedido antes a teu pai, me inspiras e fortaleces para cantar tamanhas coisas⁵⁷.

[...]

Para eles (povos que vivem abaixo da linha do eixo, ou seja, extremidade inferior do globo) o céu não é menor nem pior em luz, nem menos numerosas nascem as constelações em seu orbe. Também não são inferiores quanto ao resto: são dominados por um único astro, Augusto, estrela que por sorte coube ao nosso orbe, o maior legislador agora na terra, depois no céu⁵⁸.

Os astros, signos e corpos celestes eram “condicionados” dessa forma pela escrita do poeta, a confirmarem o destino de grande legislador e regente que Otávio Augusto teria não apenas sobre Roma, mas igualmente, sobre todo o mundo conhecido⁵⁹. O Príncipe, reafirmado sempre como alguém *sobre-humano*, surgia como peça indispensável para manutenção, harmonia e coesão daquela ordem perfeita que constituiu o objeto primeiro do fazer poético de Manílio.

Estes apoios materiais no campo literário que disseminavam o apoio imaterial heroico-divino de Otávio Augusto, encontravam reforço de igual maneira através de uma profusão imagética que se expressava nos distintos espaços de Roma e suas províncias por meio de obras arquitetônicas, estátuas e monumentos⁶⁰. Sendo assim, aquele que vivesse em algum recanto da civilização romana por esta época e saísse para dar um passeio, facilmente veria espalhado por locais públicos e privados estátuas do Príncipe representando-o em seu auge (jovem e em perfeita forma física) ou relevos e esculturas em edifícios simbolizando sua genealogia divina, sua defesa em favor das tradições romanas ou seu destino/missão de inaugurar uma era de ouro em Roma. Tal relação⁶¹ entre literatura e imagens no seio do Império, dava origem a um *culto à personalidade* que atuava em diferentes frentes visando adaptar a mentalidade dos romanos diante da nova situação política que se desenhava, bem como a dos povos que por eles eram

⁵⁷ MANÍLIO, *Astronômicas*, I, v. 8-12.

⁵⁸ MANÍLIO, *Astronômicas*, I, v. 473-479.

⁵⁹ OLIVEIRA, 2017, p.17.

⁶⁰ WOOLF, 2017, p.171.

⁶¹ Esta relação não se dava aleatoriamente - pelo contrário, linguagem e imagens interagiam de modo conjunto no trabalho de difusão da ideologia imperial, tal como aponta Thiago de A. L. C. Pires no artigo *Propaganda política no Principado de Augusto: as artes como forma de discurso*: “O pesquisador Tonio Hölscher (2004: 83) defende que as imagens e a linguagem romana funcionavam com um mesmo sistema semântico, como uma espécie de gramática de estrutura específica. Tratava-se de um sistema não ‘consciente’, mas um conjunto de elementos coordenados que dialogavam entre si e interagiam organicamente. O ecletismo do estilo artístico romano durante o Principado não refletia um relativismo arbitrário, mas uma seleção de formas de expressão com determinadas mensagens” (PIRES, 2014, p.126).

dominados. Em vista disso, obras poéticas desse rol, como a *Eneida*, passaram por um processo de popularização tamanho, que logo foram admitidas como obrigatórias na educação dos jovens da aristocracia romana e consideradas leitura essencial nos círculos literários desta mesma aristocracia⁶². A persuasão pela via da poesia dava-se também entre a plebe, que, mesmo sendo formada por indivíduos de instrução menor, entrava em contato com as aludidas obras nos festejos públicos (como no caso do hino religioso *Carmen Saeculare*, entoado na celebração dos *jogos seculares*) ou por intermédio de exposições orais realizadas pelos chamados *circuladores* - sujeitos que organizavam círculos de ouvintes ao redor de um *organizador* que declamava estes textos como uma espécie de leitor dramático⁶³. O aparato imagético, por outro lado, para além de traduzir o poder do Príncipe por todos os lados da urbe, também favorecia a divinização de sua figura, já que possibilitava que sua imagem se tornasse objeto de *culto religioso*, com práticas devocionais, sacrifícios e oferendas sendo executados no entorno de estátuas e monumentos feitos em sua honra⁶⁴. Cumpre mencionar, no entanto, que estes cultos e devoções executados neste momento, direcionavam-se a *essência divina* do Príncipe, haja visto que um imperador só poderia ser convertido em divino após sua morte.

Tal aliança entre linguagem e imagem que era de suma importância em Roma, adquiriu tanto mais valor nas numerosas províncias integradas a ela. Isso se explicava em função de que tais províncias, oriundas das conquistas promovidas pelos romanos neste momento da história⁶⁵, possuíam costumes e modos de vida deveras diferentes daquelas dos conquistadores. Estes últimos, por seu turno, exerciam uma postura relativamente tolerante com as tradições dos conquistados, mas procuravam criar uma identidade romana que se harmonizasse com a heterogeneidade das culturas locais⁶⁶. Foi perante estes termos que o *corpus* artístico romano e suas mensagens mais uma vez granjearam especial influência, já que auxiliaram na fabricação dessa identidade, erigindo um senso de unidade em meio as particularidades. Isso consequentemente facilitou a inclusão de diferentes povos sob o emblema de um mesmo império e na obtenção de legitimidade do Príncipe em distintas localidades.

⁶² OLIVEIRA, 2017, p.18.

⁶³ GONÇALVES, A T. M. Prefácio. OMENA, Luciane Munhoz. *Pequenos Poderes na Roma Imperial*. Vitória: Flor & cultura, 2009, p.10.

⁶⁴ OLIVEIRA, 2017, p.19.

⁶⁵ Com efeito, neste período de transição da República para o Império, Roma passou por um expansionismo sem precedentes, passando a ser sede de um vasto império que compreendia territórios longínquos e diversificados, tais como o Oriente Médio, a Península Ibérica e o Norte da África.

⁶⁶ OLIVEIRA, 2017, p.21.

Outro apoio material que atendeu a propósitos propagandísticos de Otávio Augusto esteve nas moedas que foram emitidas em larga escala durante seu governo⁶⁷. Com efeito, tão logo ascendeu ao poder, o Príncipe tratou de instituir uma série de *reformas financeiras*⁶⁸ tencionando dinamizar a economia romana e aqueles elementos vinculados a ela, como o comércio, o financiamento de obras públicas e as operações militares. Frente a tais reformas, a moeda alçou um patamar de destaque. Ela estava no pagamento dos impostos, nas transações comerciais, no soldo dos soldados e em outras tantas instâncias econômicas do Principado. Dada a capacidade de circulação e expressividade que este instrumento passou a ter, Otávio optou por empreender uma reforma monetária. Nesta ele definiu tanto aqueles elementos de caráter técnico - quais metais seriam usados no feitio das moedas, as relações e proporções entre estes e o valor intrínseco e fiduciário das mesmas⁶⁹, quais cunhagens seriam responsabilidade do Príncipe e quais do Senado⁷⁰ – como aqueles de caráter ideológico, ou seja, quais discursos seriam transmitidos em suas faces. Logo, as moedas, para além da função econômica primária que possuíam, adquiriam juntamente uma prerrogativa panfletária⁷¹. Assim, era comum as moedas que traziam como motivos o líder político como *libertador* e

⁶⁷ É preciso considerar, no entanto, que um tal uso das moedas esteve longe de ser uma novidade de seu governo. Em verdade, Otávio Augusto apenas deu continuidade a uma manobra que já era amplamente difundida na antiguidade. Os pesquisadores Maria B. Florenzano, Salvador Vianna e Maurício Barros de Castro, no livro *Faces da moeda* (2009, p.31), nos dão uma dimensão disso, quando identificam nas cidades-estados da Grécia Antiga, um primeiro vínculo entre moedas e poder, que podia se expressar tanto pela possibilidade de poder fabricar/emitir as próprias moedas (um indicativo de poderio econômico de determinadas cidades-estados sobre outras) quanto pelas informações e ideias que traziam grafadas em si com finalidades políticas. Em Roma, por outro lado, tal processo se visualizou já na República, no qual os responsáveis por cunhar moedas, também conhecidos como *triumviri monetalis*, passaram a inscrever nas moedas glórias e feitos honrosos de seus antepassados. Tendo em conta que um tal cargo (*triumviri monetalis*), por estes tempos, significava algo como o início de uma carreira pública (*cursus honorum*), evidenciar em moedas tais feitos e glórias seria uma maneira de propagandar o poder de sua família e seu respectivo status perante a sociedade (FLORENZANO; VIANNA; CASTRO, 2009, p.46).

⁶⁸ Podemos citar como exemplo destas, a realização de um censo regular que objetivava tornar mais equitativa e igualitária a arrecadação de impostos entre as províncias, assim como o estabelecimento de dois novos impostos: um de votação e outro fundiário, que contribuíam para o financiamento do regime imperial. Para mais detalhes a respeito destes e de outros elementos da economia romana no início do Principado, ver: BATISTE, P.B. *La economía en el mundo romano - el contexto económico de la roma antigua como laboratorio conceptual*. Tesis (Doctorado en Historia Antigua) - Universitat Jaume I, Castellón, 2016.

⁶⁹ FLORENZANO et al, 2009, p.48.

⁷⁰ Definiu-se desse modo, que as cunhagens das moedas de ouro e prata seriam de responsabilidade do Príncipe, enquanto as de bronze seriam atribuição do Senado. Marcando esta distinção, estas últimas vinham marcadas com SC, que designava *senatus consulto* (MOSCA, 2011, p.35).

⁷¹ Importa mencionar que Otávio Augusto já havia feito uso panfletário de moedas no intercurso do Segundo Triunvirato. Nota-se esta utilização, por exemplo, em uma moeda cunhada entre os anos de 40 e 38 AEC no qual no anverso da moeda se vê o busto de Otávio com a inscrição *Divi filius* (divino filho) e no reverso o busto de Júlio César na qual também se lê *Divos Iulius* (divino Júlio), passando, dessa forma, a impressão de uma íntima relação entre pai e filho, e, por conseguinte, reforçando a legitimidade que teria como sucessor do agora divino Júlio César (MOSCA, 2011, p.37).

pacificador de Roma⁷², o seu respeito com a ordem republicana e com a legalidade⁷³, a sua devoção religiosa, ou então, a prosperidade e bonança da era inaugurada por ele, anunciada em inscrições como *Felicitas Temporum*, *Restitutio Orbis*, *Victoria* e *Pax Augusta*, que faziam-se acompanhar quase sempre por sua efígie heroica e juvenil⁷⁴. Dessa maneira, o Príncipe se fazia conhecer desde Roma até a mais longínqua província e enfatizava os temas fundamentais à sustentação de seu poder.

Mas apenas uma forte propaganda era insuficiente para garantir o poder, sendo necessário, antes, que as múltiplas mensagens que viemos abordando neste segmento se manifestassem em termos objetivos, donde chegamos aos próximos apoios materiais que tematizaremos: as *obras públicas* e as *concessões* feitas pelo Príncipe aos membros das diferentes camadas sociais romanas.

O primeiro dos itens é comumente apresentado como sendo uma das grandes áreas de atuação de Otávio Augusto, tendo em vista que os trabalhos realizados em sua seara modernizaram e modificaram largamente os espaços de Roma. O historiador romano Suetônio (69 - 141 EC), no seu conjunto biográfico intitulado *A vida dos doze Césares*, oferta-nos um resumido panorama das obras públicas executadas pelo Príncipe em seu governo. Enaltecendo os aspectos “transformadores” destes empreendimentos e procurando criar uma contraposição entre a cidade de Roma anterior a Otávio Augusto com a cidade que veio a ser depois dele, o autor comenta que na fase inicial do Principado “a cidade, do ponto de vista ornamental, não correspondia em absoluto à majestade do Império e, além disso, estava exposta às inundações e incêndios”, tendo sido o referido Príncipe o grande responsável por embelezá-la, a tal ponto que, continua o célebre escritor, ele “se pôde envaidecer de ter deixado uma cidade de mármore no lugar onde encontrara uma de tijolos”⁷⁵. Adiante, Suetônio lista-nos algumas das construções edificadas a mando deste, como o Fórum com o templo de Marte vingador, o templo de Apolo, no Palatino e o de Júpiter Tonante, no Capitólio⁷⁶. Outros edifícios, por sua vez, acabaram levando o nome de alguns de seus familiares, como foi o caso do pórtico e da basílica de Caio e Lúcio, do teatro de Marcelo e dos pórticos de Lívيا e Otávia. Paralelamente, o Príncipe também incentivava os cidadãos, de acordo com suas respectivas posses, a

⁷² MOSCA, 2011, p.38.

⁷³ COLLARES, 2010, p.35.

⁷⁴ CARLAN, C. U. *Arte monetária romana: reflexos de uma propaganda*. I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE. São Paulo: IFCH / UNICAMP, 2005, p.74.

⁷⁵ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.66.

⁷⁶ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.66.

promoverem adornos na cidade, fosse por meio de reformas ou de ornamentações daqueles que já existiam⁷⁷.

Na parte relacionada a organização citadina, o biógrafo romano informa-nos que o Príncipe dividiu o perímetro da cidade em distritos e bairros, além de ter criado postos de sentinelas a fim de prevenir a cidade de incêndios. Para corrigir o problema das enchentes que assolavam Roma, solicitou que se alargassem e dragassem o leito do Rio Tibre, que se encontrava há muito obstruído por resíduos e estreitado pelo desabamento de edifícios⁷⁸. Ademais, almejando tornar fácil o acesso à cidade por todos os lados, encarregou-se de cortar a Via Flamínia até Aríminio⁷⁹, na costa do mar Adriático, reestabelecendo uma das mais importantes estradas romanas⁸⁰.

Ao passo em que promoveu modificações na estrutura física de Roma e arredores, Otávio Augusto empenhou-se por agraciar com benesses e concessões os variados extratos da sociedade que ali viviam. Um dos mais beneficiados foi o próprio Senado, instituição central da antiga ordem republicana e que era indispensável continuar a se ter apoio. Dessa maneira, mesmo que tenha diminuído muito o poder senatorial com a centralização de poderes que aos poucos se deu sobre a sua figura, o Príncipe não descuidou de dar posições meritórias aos senadores em seu governo, como identifica o historiador Marco Antônio Collares no texto *A política sob César Augusto: continuidades e rupturas*:

Os senadores ainda eram preferencialmente escolhidos pelo *princeps* para governar uma província, cuidar de algum assunto público ou se candidatar para alguma magistratura. Mesmo que Augusto tenha transformado o senado num dos instrumentos de sua corte, tornando-se o centro de poder em torno do qual gravitavam os demais nobres, isto não significa que o antigo conselho deixou de ter relevância para a República⁸¹.

Além disso, tal preocupação com o Senado evidenciou-se de igual modo, quando o Príncipe implementou um conjunto de medidas políticas com a intenção de reafirmar o chamado *mos maiorum* – as normas e os usos morais-religiosos tradicionalmente aceitos que

⁷⁷ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.67.

⁷⁸ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.67.

⁷⁹ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.67.

⁸⁰ Como ressaltado anteriormente, tais obras procuravam materializar em alguma medida aquelas mensagens difundidas nas propagandas do Príncipe. Dessa forma, promover uma reforma em prédios da antiga ordem republicana, seria uma maneira de reafirmar seu compromisso com a República; construir monumentos e templos religiosos, uma forma de selar seu compromisso com a religião romana e a moral ancestral; fazer melhorias no espaço da cidade, um modo de demonstrar seu cuidado para com os cidadãos.

⁸¹ COLLARES, 2009, p.201.

direcionavam a vida pública e privada dos cidadãos⁸², cujo “declínio” já havia sido apontado por alguns autores da época como uma das causas da crise republicana⁸³. Deste conjunto de medidas, citamos a título de ilustração, as tentativas de reavivar a religião romana, a redução no número de senadores de mil para trezentos⁸⁴, bem como a redação de leis moralistas na esfera dos costumes, como a *lex Julia de adulteriis coercendis* (lei Júlia sobre a coerção de adultérios), que tornou crime o adultério feminino, e a *lex Julia de maritandis ordinibus* (lei Júlia sobre as ordenações de matrimônio)⁸⁵ que punia homens não casados ou casais sem filhos, num esforço de aumentar a taxa de natalidade.

Aos demais cidadãos, reservou cargos resultantes de trabalhos que a nova administração demandava a fim de aloca-los. Dentre estes estavam postos relacionados a administração dos bairros e distritos que eram criados, a manutenção de prédios públicos, estradas e aquedutos, além de funções para a distribuição de trigo a plebe⁸⁶. Procedimentos semelhantes eram adotados nos territórios anexados ao domínio romano a partir de empreitadas militares, com a outorga de cargos de poder a lideranças das regiões dominadas e incorporação de elementos culturais próprios destas regiões na gestão romana das mesmas. Para o exército, um dos grandes sustentáculos da conservação de seus poderes, Otávio Augusto cedeu honrarias e recompensas durante os anos que ficou à frente do poder⁸⁷, tornando-o também fixo e estabelecendo corpos militares permanentes nas fronteiras do Império com o intento de protegê-lo⁸⁸. Como atestado da primazia que a organização militar ganhou em seu governo, podemos trazer os relatos que

⁸² Armando Torrent Ruiz fornece-nos uma excelente definição para pensarmos o conceito de *mos maiorum*. De acordo com o autor, este “era um conjunto de “normas” de conduta que respondiam a exigências sentidas pelos antepassados como corretas, sem excluir uma certa aura de religiosidade própria da mentalidade do período. (TORRENT RUIZ, Armando. Diccionario de Derecho Romano. Madrid: EDISOFER, S.L, 2005, p.725)

⁸³ Um dos notórios autores a destacar a crise do *mos maiorum* como fator de decadência da República foi Marco Túlio Cícero, como podemos visualizar no seguinte trecho retirado de sua obra *Da República*: “Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insigne, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, dando novo brilho às antigas cores, como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho dos últimos contornos. Que resta daqueles costumes antigos, dos quais se disse terem sido a glória romana? O pó do esquecimento que os cobrem impede, não já que sejam seguidos, mas conhecidos. Que direi dos homens? Sua penúria arruinou os costumes; é esse um mal cuja explicação foge ao alcance da nossa inteligência, mas pelo qual somos responsáveis como por um crime capital. Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que, conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo” (CÍCERO, *Da República*, V, I).

⁸⁴ Suetônio informa que mesmo para os Senadores que perderam espaço no novo ordenamento, Otávio Augusto reservou concessões, tais como a possibilidade de conservarem a insígnia das vestes senatoriais, e o benefício de assistirem espetáculos na orquestra e tomarem parte nos banquetes públicos (SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.71).

⁸⁵ Posteriormente revisada como *lex Papia poppaea*.

⁸⁶ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.71.

⁸⁷ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.72.

⁸⁸ MOSCA, 2011, p.19.

versam sobre o pagamento de soldos aos militares a partir do patrimônio pessoal do Príncipe⁸⁹ e consonantemente a criação no ano 06 AEC de um *aerarium militare* (erário militar) para pagar estritamente os exércitos fixados nas províncias que estavam sob sua alçada, isto é, as províncias imperiais⁹⁰. Quanto a plebe, é sabido que lhe destinou e promoveu políticas sociais com vistas a inclui-la na pauta de suas benesses. Destas, destacamos a criação de um elaborado complexo de aquedutos e sistemas de canalização voltados a possibilitar o abastecimento de água para a maioria das casas romanas, o aumento da distribuição de alimentos⁹¹ e os numerosos espetáculos, festejos e jogos que direcionou ao divertimento público⁹².

Todo este agrupamento de apoios materiais e imateriais levantados ao longo do texto, por seu lado, interligavam-se e contribuíam para lhe dar *segurança governamental* – uma verdadeira novidade em uma Roma que até pouco tempo antes vinha sendo assolada por sucessivos conflitos e guerras civis. Tal segurança, por consequência, ajudou a erigir àquela que talvez tenha sido o grande pilar de sua legitimidade na condução do Império: a famosa *pax romana*. Maria Cristina Nicolau Kormikiari e Felipe Perissoto, no capítulo que escrevem sobre Otávio Augusto, presente na coletânea *Imperadores Romanos – de Augusto a Marco Aurélio*, descrevem-nos a relevância de tal feito:

Entretanto, a paz foi talvez o maior legado do Principado de Augusto para sua época. Contrastando com o longo período de instabilidade social decorrente das guerras civis, Augusto pôde finalmente instaurar a *Pax Romana* por meio de reformas institucionais; um amplo programa de obras públicas, com a distribuição de terras e de assentamento em novas colônias aos veteranos, além da celebração de jogos e espetáculos para o povo. Tácito afirma, nesse sentido, que “Augusto nos deu as instituições sobre as quais ganhamos a paz – sob um principado”, enfatizando a reforma institucional como principal elemento do estabelecimento da paz⁹³.

Foi também a *pax romana* que deu ao principado de Augusto, o *status* de um governo modelar, a ser seguido pelos demais que viessem a ocupar o poder e desejassem fazer uma

⁸⁹ SILVA, G. V. da. *Política, Ideologia e a Arte Poética em Roma: Horácio e a criação do Principado*. **Politeia**. Vol. 01, n.1, 2001, p.32.

⁹⁰ COLLARES, 2010, p.22.

⁹¹ EHRHARDT, Marcos Luís. *O arquiteto do social: Seneca e a construção de modelos para a sociedade romana do principado a partir da Historia Magistra Vitae*. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p.42.

⁹² SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*. 2012, p.74.

⁹³ KORMIKIARI & PERISSOTO, 2019, p.16-17.

administração virtuosa⁹⁴. Sêneca, que veio ao mundo nos anos finais da governança daquele que foi o primeiro governante deste sistema, seria, anos mais tarde, um dos autores a chancelar tal tese.

CAPÍTULO 2: ENTRE A FILOSOFIA E O PODER

“Tu não podes escapar ao inevitável, mas podes vencê-lo! Abre-se caminho à força, e esse caminho será a filosofia a te indicar. Dedicar-te a ela, se de facto queres salvar-te, se queres viver seguro e feliz, se queres, enfim, e isso é o fundamental, ser livre”.

(Sêneca. *Cartas a Lucílio*)

“Por isso, quando vires, com frequência, uma toga pretexta ou um nome célebre, no foro, não tenhas inveja, já que essas coisas se obtêm a custo da própria vida”.

(Sêneca. *Sobre a brevidade da vida*)

No primeiro capítulo desta primeira parte, apresentamos um panorama geral do cenário em que nosso personagem desponta, a saber, o advento de um novo regime político que ficou conhecido nas linhas da História como Império Romano ou Principado. Feito este primeiro percurso, cumpre agora localizarmos sua figura dentro deste cenário, e como se deu o contato com as duas áreas que perpassaram toda a sua biografia e que já enunciamos no título deste

⁹⁴ Há que se abrir um pequeno espaço para problematizarmos a real efetivação dessa “paz” para além dos propósitos propagandísticos. Com efeito, o que temos nesse domínio, sobremaneira, é uma descrição idealizada da realidade, de tal modo que a “paz” aqui referida foi mantida, não raras vezes, através da violência, opressão e dominação cultural de Roma sobre outros povos. Ademais, é importante lembrar que a estabilidade interna adquirida contrastava muitas vezes com as recorrentes campanhas militares nos territórios de fronteira, bem como com a repressão aplicada a revoltas internas, o que nos sugere uma paz controversa, firmada mediante força militar e centralização de poder. Para mais informações sobre as contradições e nuances envolvendo o conceito de *pax romana* ver: GOLDSWORTHY, Adrian. *Pax Romana: War, Peace and Conquest in the Roman World*. London: Yale University Press, 2016.

segundo capítulo: a *filosofia* e o *poder*. A fim de darmos início a esta tarefa, convém que redirecionemos nosso olhar ao lugar em que se deu o nascimento de Sêneca, qual seja, a cidade de Córdoba, à época, capital da província da Bética. Nesta importante cidade, Sêneca deu seus primeiros passos no seio de uma família deveras abastada. Para visualizar essa situação familiar distinta, basta atentarmo-nos a figura de seus progenitores: seu pai, Marco Aneu Sêneca (Sêneca, o Velho) pertencia a elite municipal da cidade, enquanto que sua mãe, chamada Hélivia, advinha de uma família de dignitários de um povoado vizinho⁹⁵.

Esta ênfase na sua origem nobre, não aparece apenas como um informe biográfico ilustrativo, pelo contrário, ela nos auxilia a compreender o ingresso futuro de Sêneca no caudaloso território da política e do poder. Isso porque, uma das condições substanciais para qualquer indivíduo que almejasse uma carreira pública por esta época, era a de pertencer a uma família rica⁹⁶. Só este aporte, no entanto, não bastava. Também era preciso estabelecer contatos com sujeitos que possibilitassem a ascensão no chamado *cursus honorum*, algo que o pai de Sêneca conseguiu quando, em determinado momento, deixou a esposa em Córdoba, e se encaminhou com os filhos⁹⁷ em direção à Roma, o grande centro cultural e político do Império⁹⁸, a fim de estabelecer uma carreira como literato e orador⁹⁹. É importante de igual maneira, sublinharmos esta carreira intelectual de Sêneca, o Velho, haja visto que, foi por meio dela que o mesmo conseguiu estabelecer os contatos que caracterizamos como de suma importância para alcançar os cargos públicos. Tal constatação se explica em função da conjuntura do momento, na qual se tinha: 1) um ambiente cultural fervilhante; 2) um grupo político ávido por artes, filosofia e literatura e 3) o *clientelismo* oriundo da República romana que se mantinha igualmente forte no Principado.

Para compreendermos melhor essa peculiar forma de ingresso na vida pública romana, vale uma atenção especial ao vocábulo em destaque no terceiro item do parágrafo acima: o

⁹⁵ VEYNE, Paul. *Sêneca e o estoicismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2016. p.08.

⁹⁶ VEYNE, 2016, p.08-09.

⁹⁷ Os irmãos de Sêneca se tornaram igualmente célebres. O mais velho, Aneu Novato, foi adotado *a posteriori* pelo orador Júnio Galião (vindo a ser conhecido depois por este último nome) e se tornou senador e governador da Grécia. Já o mais novo, Aneu Mela, veio a ser procurador imperial. Ficou conhecido também por ter sido o pai do notório poeta Lucano.

⁹⁸ O historiador Alex Aparecido da Costa nos dá uma dimensão da importância que Roma assumiu dentro deste contexto: Roma, capital do Império, tornou-se o polo de atração de uma população de homens, mulheres e crianças vindas de diferentes regiões do mundo romano. Ela se transformou, sobretudo, num centro político e administrativo e num centro de consumo (COSTA, 2012, p.975).

⁹⁹ No tocante a carreira intelectual do pai de Sêneca, sabemos que este escreveu uma história de sua época, além de um livro sobre oratória intitulado *Controvérsias*.

clientelismo. Esta palavra marcava um sistema de relações sociais no qual as esferas do *público* e do *privado* enlaçavam-se e misturavam-se constantemente¹⁰⁰, com os sujeitos públicos envolvidos nesta prática trocando apoios e favorecimentos pessoais entre si. A inserção em tal tipo de relação (Patrono/Cliente) apresentava uma série de características singulares. Uma das primeiras que destacamos, era a necessidade de um capital *cultural* e *social* comum entre os indivíduos envolvidos¹⁰¹. Consoante a isto, outro elemento importante, consistia na vivência daquele binômio que traz em seu cerne os conceitos chave do clientelismo: a amizade (*amicitia*) e a fidelidade (*fides*). A partir destes laços, firmavam-se os pactos entre patrono e cliente, que traziam consigo, um conjunto de deveres e obrigações a serem cumpridos por ambas as partes¹⁰². Por fim, dado esse forte caráter de *assistência mútua*, era fundamental que seus membros tivessem tanto *algo a pedir* como *algo a oferecer* para que o elo de clientela se efetivasse plenamente¹⁰³.

Daí as motivações de Sêneca, o Velho, com as atividades políticas e culturais de seu tempo. Elas não se reduziām a um ofício meramente teórico ou contemplativo, possuindo antes, funções bastante pragmáticas - servia tanto como elemento de distinção social (inserindo-o num rol de indivíduos equivalentes), quanto como aquele “algo a oferecer” de que as redes de patronos e clientes necessitavam para se concretizar. Lembremos novamente, de que o grupo governante daquele tempo manifestava avidez por cultura, sobretudo se esta relacionava-se com a arte da eloquência/oratória. Desse modo, a partir dos componentes acentuados, abria-se uma via de acesso para que os demais itens da lista do clientelismo fossem pouco a pouco

¹⁰⁰ As leituras e análises a respeito das esferas do *público* e do *privado* na Antiguidade requerem certo cuidado, haja visto que nós contemporâneos estamos inseridos num contexto histórico e político nos quais tais conceitos ganham outra carga de significação. Exemplo disso é que hoje entendemos a separação entre público e privado como um princípio ético fundamental no espaço da vida pública e dos sujeitos nela envolvidos. No contexto do *Principado*, por sua vez, o panorama a respeito disso era outro. Como bem sinaliza Thiago David Stadler (2013), no livro *O Império Romano em Cartas: Glórias Romanas em Papel e Tinta*, estamos a falar de conceitos que por esta época encontravam-se em margens fluidas e possuíam um outro entendimento, tendo em vista que se encontravam inseridos “em sistemas políticos nos quais a simbologia e as demonstrações pessoais tornam-se fundamentais no que se refere ao capital social” e numa circunstância em que o binômio público/privado “recai em posturas adotadas por indivíduos de vida pública imersos em uma sociedade repleta de vicissitudes entre o bem coletivo e as manifestações pessoais”. Tal fato de acordo com Stadler, nos leva a um quadro em que as noções de público e privado formam um modelo de coexistência. Nas palavras do historiador: “Essa ideia pode ser entendida como uma alusão ao fato de que aquilo que se fazia “atrás das portas” - privado – era igual e de mesma intensidade ao que se fazia no Senado” (STADLER, 2013, p.56).

¹⁰¹ STADLER, 2013, p.52.

¹⁰² STADLER, 2013, p.62.

¹⁰³ STADLER, 2013, p.64.

subscritos, e, por conseguinte, para que os favores e proteções dos poderosos fossem angariados.

No caso específico do pai de Sêneca, o “grande favor” que ele almejava, consistia na obtenção de alguma carreira pública no seio do Império. Entrementes, em determinado momento de sua estadia em Roma, ele deixou de querê-la e passou a se dedicar exclusivamente à carreira das letras. As razões dessa mudança podem ser encontradas numa obra que escreveu sobre oratória intitulada *Controvérsias*, na qual manifestou receio pelos possíveis perigos que se vinculavam aos cargos e honras públicas sob a égide do Principado¹⁰⁴. Seja como for, a influência que ele adquiriu nos núcleos do poder se manteve expressiva e beneficiou mais tarde os seus próprios filhos na conquista de postos políticos, já que, como informa o historiador Paul Veyne, “o regime de clientela ou o nepotismo favoreciam clãs familiares inteiros”¹⁰⁵.

Antes de rumar para os ditames da vida pública, porém, o jovem Sêneca, juntamente com seus irmãos, recebeu uma educação de renome, ofertada somente aos filhos da aristocracia romana. Por “educação de renome”, entenda-se aqui, um ensino que era orientado para a filosofia e para a retórica/oratória¹⁰⁶. Duas áreas que se encontravam em alta e inseridas em circunstâncias bastante positivas nesta fase inicial do regime imperial. No caso específico de Sêneca, teve como mestres destas duas amplas áreas, professores como Átalo e Papírio Fabiano. O que estes mestres tinham em comum era o fato de terem sido adeptos e partícipes de um movimento filosófico estabelecido por um certo Quinto Séxtio, durante o Principado de Augusto. Este movimento filosófico possuía tons ecléticos e trazia em seu cerne concepções de filosofias helenísticas antigas (sobretudo do estoicismo) aliadas aos ensinamentos neopitagóricos, propondo, em linhas gerais, uma vida ancorada na simplicidade, na ascese e num rotineiro exame de consciência¹⁰⁷. Tais ideias influenciaram, por óbvio, seus respectivos

¹⁰⁴ Sêneca, *o Velho. Controvérsias*, II, pref., 3-4.

¹⁰⁵ VEYNE, 2016, p.09.

¹⁰⁶ Nos dias de hoje, sobretudo em função das concepções socrático-platônicas acerca das áreas da filosofia e da retórica, tendemos a enxergar as mesmas como antagônicas/opostas. Este conflito também se fazia presente em alguma medida por esta época, e de maneira específica, na biografia de Sêneca. Podemos vislumbrar isso quando Paul Veyne nos informa de que o Sêneca pai, profundamente inclinado a arte da eloquência, num primeiro momento, não nutriu muita estima pelos dons intelectuais do Sêneca filho, dado o interesse que mostrava pela filosofia (VEYNE, 2016, p.10). Este último, porém, parecia não ver oposição entre filosofia e retórica, enxergando antes, uma *complementariedade* entre as duas. José Manuel García González, no artigo *Aproximación a la retórica de Séneca a través de las Cartas a Lucilio*, nos explica essa “pacificação” promovida pelo filósofo. Segundo González, dado que a filosofia nessa conjuntura era encarada como um *modo de vida* e tinha conotações práticas, visando uma “transformação” da alma humana, seria fundamental, de acordo com Sêneca, para que as lições deste modo de vida alcançassem sua finalidade (adequar/transformar a alma humana) o bom uso das palavras – campo no qual a retórica podia auxiliar com maestria (GONZÁLEZ, 2013, p.91).

¹⁰⁷ DUARTE, Ricardo. Introdução. In: SÊNECA. *Tragédias: volume 1*. Lisboa: edições 70, 2021, p.7.

ensinamentos, e, haveriam de influenciar, outrossim, o jovem aluno que passaram a ter diante deles. Podemos visualizar os ecos desta influência sobre o rapazote através das palavras do próprio, quando, já maduro, rememorou os ensinamentos destes mestres nas obras que publicou e em cartas endereçadas ao amigo e discípulo Lucílio. Sobre Átalo, por exemplo, enalteceu a sua simplicidade e capacidade de distinguir o que era útil ou não na vida, ressaltando o ímpeto que tinha de imitar suas condutas quando era moço e confidenciando a manutenção de algumas destas atitudes quando da escrita da carta:

Átalo via-se a si mesmo como um rei, mas a mim parecia-me estar muito acima dos reis um homem que se arrogava o direito de os criticar. Quando ele se punha a enaltecer a pobreza e a mostrar até que ponto tudo quanto excede a utilidade se torna numa carga supérflua e difícil de suportar, dava-me frequentemente vontade de sair reduzido à condição de pobre. Quando começava a ridicularizar os nossos prazeres e a enaltecer a castidade do corpo, a sobriedade da mesa e a isenção do espírito, não somente em relação aos prazeres ilícitos, mas também aos meramente inúteis, a minha vontade era unicamente cercear os prazeres do estômago. Alguns desses impulsos, Lucílio, tenho-os conservado até hoje¹⁰⁸.

De Papírio Fabiano, por outro lado, promoveu uma defesa enfática de seu estilo de escrita, quando recebeu de Lucílio uma carta na qual o discípulo fazia uma crítica de um dos escritos do mesmo. Na ocasião, pontuou que embora o estilo de escrita do mestre carecesse de alguns dispositivos que a tornassem mais “atrativa”, o que realmente interessava nela não estava nesse detalhe, mas sim, no fato de que tudo o que ali era descrito foi também vivenciado, enaltecendo assim, a coerência e disposição de Fabiano de colocar em prática os ensinamentos que pregava:

O seu discurso não aflora, sem dúvida, todos os pontos, carece de síntese, nem todas as palavras são estimulantes e certas, admito. Muitas frases passam ao lado do alvo, por vezes o estilo deixa-nos indiferente, por ineficaz. Mas em cada página há sempre algo de luminoso, há uma vastidão imensa, mas que não cansa. Há enfim nele um mérito inigualável: é evidente que tudo quanto escreveu foi sentido¹⁰⁹.

Já do filósofo Quinto Sécúlio, que não chegou a conhecer, mas cujos pensamentos tomou nota por meio dos dois mestres anteriores e pela leitura dos livros que fazia em sintonia com tais aprendizados, Sêneca tinha em grande estima os exercícios espirituais¹¹⁰ propostos por ele

¹⁰⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, VIII, 14-15.

¹⁰⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XVI, C, 11.

¹¹⁰ A filosofia neste período, como veremos de modo mais aprofundada adiante, era encarada neste período como *modo de vida*. Nesse sentido, estes exercícios, de conotações bastante práticas, auxiliavam/treinavam o sujeito de modo que ele pudesse alcançar o modo de vida e os princípios propostos por determinado movimento filosófico.

com vistas ao autoconhecimento e progresso de si mesmo, como podemos observar no trecho de um diálogo que escreveu sobre a ira:

Isto fazia Séxtio, terminado o dia, depois de se recolher ao descanso noturno, interrogava sua alma: “Qual de teus males hoje sanaste? A que vício te opuseste? Em que estás melhor?”. (...) Que há de mais belo que esse costume de examinar todo o seu dia? Que sono é aquele que advém após a inspeção de si, tranquilo, profundo e livre, quando a alma foi elogiada ou advertida e, como um auto-observador e um censor secreto, ela chega ao conhecimento de seus hábitos. Utilizo-me desse recurso e diariamente advogo minha causa diante de mim mesmo¹¹¹.

No entanto, apesar do caráter eclético que marcava os ensinamentos de Séxtio, Papírio e Átalo, foi o componente de estoicismo¹¹² que entusiasmou e exerceu maior impacto sobre a formação de Sêneca. Impacto que definiu muitas de suas ações, assim como a produção intelectual que geriu ao longo da vida. Tendo então em perspectiva a importância que este movimento filosófico teve nos contornos biográficos de sua *persona*, convém abrir um singelo espaço dentro de nosso texto para compreendermos como se deu a inserção do estoicismo em Roma, além de suas principais abordagens, teorias e ideias, visando, *a posteriori*, tematizarmos os usos e interpretações que Sêneca fez delas.

Contudo, antes de adentrarmos na seara da filosofia estoica propriamente dita, é necessário apontar o significado que o termo *filosofia* possuía neste contexto, deveras diferenciado daquele que hodiernamente costumamos atribuir a ele. Com efeito, se pensarmos brevemente na palavra “filosofia”, é possível que, num primeiro momento nos venha à cabeça uma série de conceitos abstratos como *verdade, razão, prova, mente, matéria, ser etc.*, seguido da figura do intelectual que escreve incontáveis artigos e livros tentando defini-los e cujo hermetismo alcançará um ou outro indivíduo igualmente instruído que tentará decodificá-las. Em linhas gerais, a filosofia aparece como uma coisa técnica e eminentemente acadêmica. Projeção esta, que em nada se alinha com as correntes filosóficas surgidas e desenvolvidas na Antiguidade, pois a filosofia aparecia como um *modo de vida* ou *arte de viver*. Evidentemente, tais correntes não descuidavam do desenvolvimento da teoria, entretanto, estas só ganhavam sentido se aplicadas de modo prático à vida. O historiador das ideias, James Miller, na sua obra *Vidas Investigadas*, nos ajuda a reconstruir esse quadro:

¹¹¹ SÊNECA, *Da Ira*, III, 36.

¹¹² O estoicismo leva tal nome em função do local em que seus membros se reuniam, quando do seu surgimento, para filosofar, a saber, o Pórtico de Atenas (Pórtico, em grego, se diz *Stoa*, por isso aqueles que frequentavam a escola do Pórtico foram chamados: os *de Stoa*, isto é, os *estoicos*.)

Para a maioria dos pensadores gregos e romanos, de Platão a Agostinho, teorizar não era senão uma forma de viver a vida filosoficamente. Para Sócrates e para os inúmeros filósofos clássicos que tentaram seguir seus passos, o principal problema não era ratificar determinada série de proposições (mesmo quando a capacidade de definir termos e de analisar argumentos era um componente constitutivo do ensinamento da escola), mas explorar o tipo de pessoa e a espécie de personalidade que poderiam ser desenvolvidos ao se encarar a busca pela sabedoria com seriedade¹¹³.

Em face disso, alguém poderia ser considerado filósofo sem nunca ter escrito uma obra sequer de cunho filosófico - bastava que se vivesse a filosofia. Daí que cheguemos a um outro constitutivo do entendimento de filosofia neste recorte histórico: a *coerência* fundamental que deveria existir entre o *discurso filosófico* e a *ação*. Diferentemente dos dias de hoje, nos quais conseguimos vislumbrar um indivíduo escrevendo teorias sobre a justiça sem ser alguém que poderíamos classificar como “justo”, nas circunstâncias em que Sêneca está inscrito, um raciocínio do tipo seria impensável. Thiago David Stadler, no texto *Filosofia e Cultura em Marco Túlio Cícero*, sintetiza com rigor esta concepção:

Ninguém seria digno de receber o nome de filósofo e, ao mesmo tempo, manter a contradição entre o dizer e o viver. Ou há filósofo no plasmar da doutrina com a vida, ou filósofo não é. No fundo, a filosofia enquanto estudo da sabedoria não tratava de estudar doutrinas em uma espécie de ócio civicamente improdutivo. (...) Pensando assim, a filosofia enquanto estudo da sabedoria daria conta da instrução de um humano sábio e temperante, firme e tranqüilo, livre de aflições e perturbações¹¹⁴.

Percebemos, dessa forma, um modo de se pensar o fazer filosófico que transcendia a *teoria*¹¹⁵, promovendo incursões e aperfeiçoamentos diretos na vida do sujeito se este aplicasse coerentemente suas instruções na sua prática cotidiana. Em suma, entrevemos uma filosofia de traços fortemente práticos associada a traços *farmacológicos*, no sentido de que esta (a filosofia), só ganhava pleno sentido quando auxiliava no melhoramento do agir e viver humanos. Sêneca nos fornece um excelente retrato disso quando, em uma de suas cartas a Lucílio, diz: “Se queres saber o que a filosofia traz de útil a humanidade, dir-te-ei: seus preceitos”¹¹⁶.

¹¹³ MILLER, 2011, p.12.

¹¹⁴ STADLER, 2022, p.49.

¹¹⁵ A filosofia na Antiguidade era o próprio início, meio e fim de um caminho que partia da doxa (opinião), seguia para a ortodoxa (opinião correta), para chegar na episteme (conhecimento) e transcender à sophía (sabedoria). É nesse percurso que a theoría era entendida enquanto contemplação.

¹¹⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, IV, 48,7.

Dentre os célebres movimentos filosóficos¹¹⁷ da Antiguidade que tinham preceitos a oferecer nesta linha, estava o *estoicismo* – filosofia surgida na Grécia por volta do ano 300 AEC., através do filósofo Zenão de Cítio (322 - 262 AEC). Embora de origem grega, ela não tardou a se difundir rapidamente pelos diferentes centros culturais do período helenístico, tais como Pérgamo, Babilônia, Selêucia, Tarso, Sidon, Alexandria e Rodes¹¹⁸. Em Roma, ao que tudo indica, sua inserção se deu no século II AEC, ainda na República, com os dois notórios nomes da chamada Segunda Fase¹¹⁹ da filosofia estoica: Panécio de Rodes (187 - 110 AEC) e Possidônio (135 - 51 AEC). Ali, seus ensinamentos encontraram fácil adaptação e adesão, a ponto de o estoicismo ter se tornado, já no início do regime imperial, nas palavras de Andityas Soares de Moura Costa Matos “a corrente filosófica mais característica da sociedade romana”¹²⁰. As razões desta afirmação podem ser entendidas através de algumas das principais ideias da filosofia estoica, cujo *modo de vida* propunha ao humano, resumidamente, *viver em conformidade com a natureza*. Esta natureza de que falam os estoicos, distante de representar um termo abstrato, dá forma e exprime tudo aquilo que existe, sendo definida por seu caráter causal, ordenado, racional e providencial¹²¹. Mediante estas noções, chegamos a um outro aspecto importante da natureza estoica: não há espaço para o *acaso* em seu cerne. Tudo o que nela existe e ocorre, existe e ocorre em função de uma finalidade específica. No caso dos humanos, sua finalidade reside em levar uma vida ancorada na razão¹²², que, em última

¹¹⁷ Para além do estoicismo, podemos inserir no rol destes movimentos filosóficos também o cinismo, o pirronismo e o epicurismo.

¹¹⁸ MATOS, A. S. de M.C. *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009, p.55.

¹¹⁹ O estoicismo é costumeiramente dividido em três grandes fases: o *estoicismo primeiro*, tendo como principais representantes Zenão de Cítio (322 - 262 AEC), Cleano de Assos (312 - 212 AEC) e Crisipo de Solis (277 - 204 AEC); *estoicismo médio*, tendo como principais nomes Panécio de Rodes (187 - 110 AEC) e Possidônio (135 - 51 AEC) e o *estoicismo tardio*, também conhecido como *estoicismo latino* ou estoicismo imperial, no qual temos nas figuras de Sêneca (4 AEC - 65 EC), Epicteto (50 - 125 EC) e Marco Aurélio (121 - 161 EC) seus principais filósofos.

¹²⁰ MATOS, 2009, p.55.

¹²¹ Os estoicos procuravam educar sua visão buscando rastros dessa natureza causal/providencial em absolutamente todos os acontecimentos. Não havia nada que não fosse justificável ante o olhar da sua filosofia. Mesmo aqueles acontecimentos que poderíamos julgar ruins à primeira vista, possuem sua razão de ser. O historiador Paul Veyne, nos fornece um extrato de como funcionava esse raciocínio: “O otimismo estoico decidira antecipadamente encontrar explicações que justificassem a natureza por inteiro. As tempestades engolem navios? Sim, mas se o vento não existisse, nada varreria o céu nem purificaria os climas, de modo que epidemias assassinas seriam um mal pior que certos naufrágios” (VEYNE, 2016, p.66).

¹²² A razão ocupa nos humanos a mesma posição que os instintos ocupam nos demais animais. É ela que lhe indica as funções naturais a serem exercidas pelo humano a fim de que este se torne realizado, virtuoso e feliz (VEYNE, 2016, p.71).

instância, significa viver uma vida virtuosa, correspondendo àquilo que a natureza estabeleceu e quer para nós.

Esta vida virtuosa exige daquele que a ela se propõe, uma atuação de excelência moral, centrada na observância das virtudes¹²³ e na extirpação¹²⁴ completa das paixões¹²⁵ e dos vícios delas decorrentes, além de uma profunda aceitação e resignação frente aos acontecimentos do destino que fogem ao controle humano¹²⁶. Seguindo o passo a passo deste receituário, o sujeito terminaria por encontrar aquele que se mostra um dos objetivos mais caros as filosofias antigas: a felicidade.

Para além destas ideias que desembocavam num viver propriamente seu, o estoicismo possuía ainda uma visão bastante específica do todo e do conjunto de indivíduos nele presentes, a qual guiou-se por um forte ideal cosmopolita¹²⁷. Tal ideal surgiu a partir da concepção de que todos os humanos provieram de uma mesma fonte (a natureza), fazendo parte de uma grande irmandade cujo lar comum é o mundo. Sua filosofia ganhava assim, ares e contornos universalistas. Visualizando rapidamente este ideário¹²⁸, conseguimos apreender agora o porquê de sua popularidade em Roma nos primeiros anos do Império - ele mostrava-se flexível e bastante compatível tanto com o novo momento político do período (chegando ao ponto mesmo de justificá-lo) quanto com a mentalidade romana em voga¹²⁹. Abaixo, elaboramos uma tabela visando exemplificar alguns termos em que ocorria esta aproximação:

Noções da filosofia estoica	Noções romanas que se mostravam compatíveis
-----------------------------	---

¹²³ Por virtudes, entenda-se aqui as quatro virtudes cardeais: *sabedoria, justiça, coragem e temperança*. De acordo com os estoicos, embora a natureza não nos tenha dotado inatamente com as virtudes, ela nos dotou com pré-noções que nos permitem reconhecê-las. É como se cada indivíduo carregasse em si, a semente da moralidade, a qual cabe desenvolver ao longo de sua vida para que cresça e se efetive (VEYNE, 2016, p.84).

¹²⁴ Diferentemente de Aristóteles, que na *Ética a Nicômaco* sugere uma moderação das paixões, e, sob determinadas óticas, enxerga-as sob um viés positivo, os filósofos estoicos não abrem espaço para as mesmas em sua teoria. Isso se explica, porque as paixões representam a antítese mesma da vida centrada na razão que a sua filosofia propõe. Contaminado pelas paixões, que é a própria irracionalidade, o indivíduo age em desconformidade com a natureza, o que inevitavelmente o levará ao terreno da infelicidade e do sofrimento.

¹²⁵ Segundo Diógenes Laércio no livro *Vidas e Doutrinas dos filósofos ilustres*, "*As principais paixões [...] segundo Zenão [...] constituem quatro classes: dor, medo, desejo e prazer.*" (*Vidas*, VII, 110)

¹²⁶ Podemos citar como exemplos desses acontecimentos as doenças, os fenômenos da natureza e a morte.

¹²⁷ O ideal estoico do cosmopolitismo já estava presente nos primórdios do estoicismo, com seu fundador, Zenão de Cítio, elaborando uma república ideal intitulada *Politeia*, sem fronteiras ou divisões como aldeias, cidades e nações, em que todos os homens eram considerados concidadãos de uma só sociedade e um só mundo. (GAZOLLA, R. *O ofício do filósofo estóico: o duplo registro da stoa*. São Paulo: Loyola, 1999, p.55)

¹²⁸ Importa mencionar, que o conjunto das ideias estoicas aqui expostas, tem a finalidade de fornecer um breve apanhado do que foi o movimento filosófico que ditou os rumos intelectuais de Sêneca. Tal filosofia, contudo, conta com uma gama muito maior de conceitos e teorias. Para um olhar mais abrangente sobre as mesmas, ver: INWOOD, Brad. *Os Estóicos*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

¹²⁹ MATOS, 2009, p.59.

Natureza causal/racional	Ideia de Império; manutenção do <i>status quo</i> ¹³⁰
Excelência moral/resignação	Senso de dever romano (<i>officis</i>) ¹³¹
Virtude/extirpação das paixões e dos vícios	Valorização das tradições; virtudes ancestrais romanas (<i>mos maiorum</i>) ¹³²
Cosmopolitismo	Expansionismo romano

Tais paralelos conquistaram celeremente os círculos pensantes ligados ao poder imperial, os quais entravam em contato com os ensinamentos estoicos através do estudo minucioso dos escritos originais dos primeiros filósofos gregos, pelos apontamentos ciceronianos ou, então, por meio de iniciações públicas e privadas oferecidas por professores estoicos¹³³. Sêneca, como vimos anteriormente, encontrava-se inserido neste rol, vindo mais tarde, ele mesmo, a se tornar um dos principais difusores desse movimento filosófico. Sua trajetória neste campo ateuve-se sobremaneira a parte ética e moral, com escritos de caráter propedêutico que propunham, em sua maioria, exercícios e métodos para se chegar ao ideal estoico da vida virtuosa.

Em conformidade com a atividade intelectual, Sêneca atuava igualmente como advogado e orador, além de ascender no tradicional *cursus honorum* romano – o trajeto contínuo de magistraturas que os postulantes a cargos políticos no seio do Império deveriam percorrer para angariá-los. Estes ofícios, todavia, foram interrompidos quando, por volta dos seus vinte e cinco anos, manifestou problemas de saúde e se viu obrigado a rumar para o Egito a fim de poder tratar-se. A respeito dessa fase de sua vida, sabemos que sua estadia na província durou cerca de seis ou sete anos, os quais aproveitou para dar prosseguimento aos seus estudos de filosofia. Datam desta época, por exemplo, uma obra sobre fenômenos da natureza intitulado *Questões naturais*, e um outro livro, hoje perdido, ao qual nomeou como *Da Região e Dos Ritos Sagrados Egípcios*. Após ter recobrado gradativamente a saúde, retornou a Roma no ano

¹³⁰ MATOS, 2009, p.60.

¹³¹ MATOS, 2009, p.59.

¹³² MATOS, 2009, p.59.

¹³³ ARNOLD, E.V. *Roman stoicism: being lectures on the history of the stoic philosophy with special reference to its development within the roman empire*. Freeport: Books for Libraries, 1971, p.381.

31 EC. De volta ao centro do Império, Sêneca preocupou-se em continuar seus passos pelas vielas do poder, retomando primeiramente, seu percurso pelas magistraturas do *cursus honorum*.

Dessa forma, tornou-se questor¹³⁴ em 33 ou 34 EC - ocupação esta que lhe deu acesso ao senado romano. Em seguida, como era habitual, passou para o posto de edil¹³⁵ ou tribuno da plebe¹³⁶. Por esta altura, Otávio Augusto já se encontrava morto, de tal sorte que o prosseguimento de seu Império passou, inicialmente a Tibério César (42 AEC- 37 EC), e, sequencialmente a Caio César (12 - 41 EC), o famoso Calígula. Com este segundo, nosso personagem conheceu os lados sombrios do poder e aqueles perigos de que falava seu pai nas *Controvérsias*, quando apontou os motivos que o levaram a renunciar à carreira pública. Ricardo Duarte, na *Introdução* que escreveu para o primeiro volume das *Tragédias* de Sêneca, nos explica de que forma isso se deu¹³⁷. Segundo o historiador, neste período, Sêneca já se notabilizava pela eloquência de seus discursos e pela celebridade literária. Tal fama teria despertado a inveja do excêntrico imperador, que, considerando-se o “maior orador de Roma”, visualizou na figura do filósofo um concorrente. O auge de tal sentimento, manifestou-se quando, ao ver um discurso garboso do mesmo no Senado, o príncipe cogitou condená-lo a morte. Este intento, porém, teria sido desfeito por uma de suas amantes, que argumentara que o filósofo não tardaria a morrer, tendo em vista que possuía uma saúde frágil. Apesar de ter escapado da morte, é provável que Sêneca tivesse se obrigado a deixar de lado a carreira de advogado, objetivando não despertar ainda mais a ira do príncipe.

No ano 41, justamente em função destes traços tirânicos que marcavam sua personalidade, Calígula foi assassinado com sua esposa, Milônia Cesônia (06 - 41 EC), e sua filha, Júlia Drusila (39 - 41 EC), numa conspiração que envolveu integrantes da ordem senatorial e membros da guarda pretoriana¹³⁸. Com o principal posto do Império em aberto, quem assumiu o título de príncipe foi Cláudio (10 AEC - 54 EC), o tio de Calígula, com quem Sêneca vivenciou iguais mazelas já no começo de seu governo. As atribuições acerca deste período, têm por principal figura, a esposa de Cláudio, Messalina (20 - 48 AC). A imperatriz

¹³⁴ Cargo que constituía o primeiro passo na hierarquia política do Império. Tal função requeria a execução de tarefas administrativas e era ocupado por integrantes da classe senatorial com idade inferior a 32 anos.

¹³⁵ Magistratura responsável por verificar/fiscalizar os bens e serviços públicos de Roma.

¹³⁶ Magistratura responsável pelos assuntos/interesses dos plebeus.

¹³⁷ O historiador toma por referência os escritos do historiador romano Dião Cássio.

¹³⁸ COSTA JUNIOR, C.L.J. *Sêneca na Córsega: alguns apontamentos acerca do exílio na Consolatio ad Helviam*. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH/PR, 2016, Curitiba. Anais Eletrônicos, 2016. p.3-4.

aparece descrita nas fontes antigas como uma mulher arguta e com profunda influência sobre as decisões políticas do marido, o qual é retratado quase sempre como uma figura submissa ante as ações da mesma¹³⁹. Consta-se que um dos episódios em que esta influência se fez notar, envolveu uma manobra de Messalina para se livrar da irmã de Calígula, Júlia Livilla (18 - 42 EC)¹⁴⁰. A solução encontrada para tal, foi arquitetar uma acusação de adultério¹⁴¹ para incriminá-la. Eis que nessa intriga palaciana, Sêneca, cujo prestígio nos círculos políticos se mostrava um incômodo igualmente para Cláudio¹⁴², foi o escolhido para compor a trama extraconjugal forjada. Frente a tais acusações¹⁴³, ambos foram condenados a penas severas: Júlia Livilla, foi relegada a ilha de Ventotene (sendo condenada à morte por inanição pouco tempo depois) e Sêneca, condenado à pena capital, posteriormente comutada em uma sentença de exílio na ilha da Córsega, naquilo que foi considerada uma demonstração de misericórdia pela parte de Cláudio.

Apesar de nos escritos deste período (como *Consolação a Hélvia*) Sêneca referir-se a pena sofrida única e exclusivamente como “exílio”, é preciso considerar que neste momento do Principado, a penalização mediante exílio envolvia duas formas jurídicas de afastamento bastante específicas: a primeira delas era a *relegatio*, um tipo mais brando, que excluía a perpetuidade da pena e permitia ainda ao condenado, a manutenção de sua cidadania e de seus bens/patrimônios¹⁴⁴. Já a segunda tipificação, consistia na *deportatio*, um gênero de exílio mais rigoroso, no qual o sujeito perdia sua cidadania e tinha os seus bens/patrimônio confiscados e entregues ao fisco do Império¹⁴⁵. O historiador Renan Frighetto informa-nos que o exílio do filósofo certamente foi o de primeiro tipo, *relegatio*¹⁴⁶. No entanto, mesmo sendo um exílio de caráter “suave” se comparado a *deportatio*, não devemos desconsiderar o impacto que tal

¹³⁹ Das quais podemos destacar o conjunto biográfico de Suetônio intitulado *A vida dos doze Césares* e os *Anais*, de Tácito.

¹⁴⁰ Cesar Luis Jerce da Costa Junior, no artigo *Sêneca na Córsega: alguns apontamentos acerca do exílio na Consolatio ad Helviam*, elenca dois motivos pelos quais interessava a Messalina livrar-se de Júlia Livilla. O primeiro deles, se deveu ao fato de Júlia não lhe prestar os devidos *honores*, essenciais à imagem pública da imperatriz. O segundo deles, deve-se a razão de que Messalina considerava a irmã de Calígula uma rival em potencial (JUNIOR, 2016, p.05).

¹⁴¹ Acusações de depravação moral eram uma constante nessa época para se atingir e derrotar possíveis inimigos políticos (MILLER, 2012, p.122).

¹⁴² VEYNE, 2016, p.15.

¹⁴³ No caso específico de Sêneca, é possível que ele tenha sido enquadrado, a partir destas acusações, no crime de *Maiestas*, que, para além de contemplar ações relacionadas a rebeliões e sedições militares, abrangia também, ofensas cometidas contra o Príncipe ou algum membro de sua família. O suposto adultério, dessa forma, foi interpretado como uma destas ofensas (FRIGHETTO, 2019, p.31-32).

¹⁴⁴ FRIGHETTO, 2019, p.29.

¹⁴⁵ FRIGHETTO, 2019, p.29.

¹⁴⁶ FRIGHETTO, 2019, p.32.

medida exerceu sobre Sêneca. Com efeito, para alguém que começava a adquirir notoriedade no âmbito do poder, já contando com reconhecida carreira intelectual, ser excluído destes meios e encaminhado para uma ilha politicamente inexpressiva há de ter sido equivalente a uma “morte social”¹⁴⁷.

São os anos de exílio (41 - 49 EC), ironicamente, que nos permitem observar a maior convergência entre aqueles dois espectros fundamentais da vida de Sêneca e que até este ponto viemos abordando separadamente, quais sejam, a *filosofia* e o *poder*. Sendo assim, nota-se uma tendência nos escritos filosóficos deste recorte temporal, em se utilizar da filosofia como um *instrumento* para refletir sobre o próprio tempo, criticar (ainda que veladamente) o contexto político, e, também, como um mecanismo para se voltar ao centro do Império e a posição social que nutria antes. Estes usos da filosofia são perceptíveis já num dos primeiros e mais famosos textos de seu exílio, o qual recebeu o nome de *Consolação a Hélivia*. Nesta obra, como o próprio título sugere, Sêneca elabora uma série de comentários com o objetivo de consolar sua mãe, que a partir da penalização que lhe foi imposta, ficou alijada de sua presença. Para dar forma a este consolo, num primeiro momento ele se serve da teoria estoica para pensar a própria condição de exilado, argumentando que o exílio, se analisado criteriosamente, em nada representa um mal. A fim de sustentar tal alegação, o filósofo traz à baila as noções de natureza, cosmopolitismo e virtude estoicas.

Dessa maneira, no tocante ao primeiro conceito (*natureza*), ele esforçou-se para estabelecer os processos de mudança (no qual incluiu o exílio, que em sua visão nada mais é do que uma *mudança de lugar*¹⁴⁸) como algo que a natureza, em sua sábia constituição, desejou às suas múltiplas criações e ao gênero humano¹⁴⁹. Em harmonia com este raciocínio, aparece o ideal *cosmopolita*, a partir do qual o exílio jamais poderia representar um castigo, tendo em consideração que “nada daquilo que está dentro dos confins do mundo é estranho ao homem”¹⁵⁰. Dando prosseguimento a desconstrução do caráter negativo que recai sobre tal penalidade, o filósofo ponderou ainda, que nenhum espaço será desagradável ao humano que em qualquer lugar carregar consigo a *virtude*¹⁵¹. Mesmo procurando passar à genitora e aos

¹⁴⁷ Renan Frighetto chega a comparar a humilhação resultante desse processo de exclusão resultante do exílio a uma *Damnatio Memoriae* - condenação que objetivava apagar a memória daquele que a ela fosse condenado daquele espaço com o qual este encontrava-se ligado (FRIGHETTO, 2019, p.32).

¹⁴⁸ SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, VI, 1.

¹⁴⁹ SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, VI, 6 – 8.

¹⁵⁰ SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, VIII, 5.

¹⁵¹ SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, IX, 3.

demais leitores da *Consolação* a imagem de que a punição mediante o exílio em nada lhe afetava, Sêneca não deixou de desferir aqui e ali observações de teor crítico direcionadas àqueles que o alçaram à posição de exilado, seja ao mencionar a corrupção de sua época¹⁵², os excessos da *gens* Júlio-Claudiana¹⁵³, ou então, ao deixar reprimendas contra aqueles que tentaram lhe derrubar. Numa destas passagens, por exemplo, o pensador manifestou que tentativas de causar dano a outrem sempre se mostrarão frustradas se aquele enfrentar com resignação as desgraças que lhe surgem e conservar em seu âmago traços virtuosos¹⁵⁴. Modelo este no qual seguramente tentava se enquadrar tencionando demonstrar sua altivez frente os ímpetos tirânicos em voga. As críticas aos ímpetos tirânicos retornaram de modo mais incisivo em outro texto desta fase: o diálogo *Sobre a ira*, que Sêneca endereçou ao discípulo Novato. Almejando refletir sobre aquela que classifica como a mais terrível e violenta de todas as paixões¹⁵⁵, o filósofo se atém a sua definição, ao modo como ela se manifesta e a exercícios de ordem prática para extirpá-la do espírito. Neste ínterim, tais críticas se mostram indiretamente nas inúmeras partes em que o autor reitera o quanto tal paixão é tanto mais perniciosa quando invade aqueles que exercem um cargo de poder, ou de forma direta, quando ao elencar uma série de exemplos históricos¹⁵⁶ dos que sucumbiram, Calígula, membro direto da *gens* Júlio-Claudiana, foi mencionado como um dos maiores expoentes da mesma¹⁵⁷.

A última obra filosófica desse período, porém, é especialmente reveladora acerca de como o exílio atingia Sêneca e de como ele desejava voltar a Roma e a sua vida pública. Tal obra fora chamada *Consolação a Políbio*, texto emblemático do conjunto senequiano que tinha por tarefa primeira, consolar o destinatário que recém havia perdido o irmão. Ocorre que este destinatário era ninguém menos que um conselheiro e protegido do príncipe, exercendo na corte de Cláudio, a responsabilidade de intermediar os pedidos de cidadãos de todo o Império para com o mesmo¹⁵⁸. Sabendo da influência de Políbio, Sêneca deixou de lado a verve crítica

¹⁵² SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, XII, 4.

¹⁵³ SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, X, 4.

¹⁵⁴ SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, XIII, 2.

¹⁵⁵ SÊNECA. *Sobre a ira*, I, 1.

¹⁵⁶ A história dentro da obra senequiana adquire uma finalidade propedêutica. Como bem evidencia o historiador Marcos Luis Ehrhardt: “Ele (Sêneca) propõe, assim, uma pragmática pedagógica da história: ela é educadora (*magistra*) da vida individual e social, pelos exemplos ou contraexemplos que podem oferecer a um leitor seletivo predisposto a constituir-se como sujeito ético” (EHRHARDT, 2008, p.30).

¹⁵⁷ Sêneca, a título de ilustração, cita como atos condenáveis do príncipe a tortura de magistrados simplesmente por mero prazer, além do assassinato de senadores (SÊNECA, *Sobre a ira*, III, 18-19).

¹⁵⁸ TREVISAM, M. *Breve introdução à Consolação a Políbio de Lúcio Aneu Sêneca*. In: SÊNECA, *Consolação a Políbio*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007, p.07.

que dominou os outros dois escritos, para, em meio a consolação, tecer elogios a Cláudio, pintando a sua imagem como a de um líder altamente benevolente. Como amostra dessa benevolência, retomou a própria situação que o conduziu ao exílio, quando o príncipe optou então por comutar sua sentença de morte em *relegatio*.

Na verdade, não me derrubou com intentos de nunca reerguer, ou melhor, sequer me derrubou, mas segurou-me impelido pela sorte e a cair, e, indo abaixo, suavemente pousou-me com brandura usando as mãos divinas: implorou ao Senado por mim e não só me entregou a vida, como ainda a pediu¹⁵⁹.

Seguido deste exemplar de “clemência” passada do príncipe, o filósofo aproveitou para suplicar mais uma vez sua intercessão, dessa vez, solicitando o perdão que poderia devolver o *status* social que tinha antes de sua exclusão política:

Estará sob seu arbítrio: pondere ele de que tipo quererá que seja minha causa; ou sua justiça note que é lícita ou a clemência a faça lícita. Um e outro benefício seu será o mesmo para mim, quer entenda que sou inocente, quer o deseje. Enquanto isso, um grande consolo de minhas infelicidades é ver sua misericórdia percorrendo o mundo inteiro¹⁶⁰.

Esta manobra, contudo, pouco efeito surtiu. Sêneca só conseguiu retornar novamente a Roma no ano de 49, pouco tempo após a morte de Messalina¹⁶¹. Fator decisivo para este retorno, foi a intervenção da última¹⁶² esposa de Cláudio, descrita como igualmente influente sobre as decisões do marido, a imperatriz Agripina (15 - 59 EC), que pediu seu regresso com o intuito de que se tornasse tutor do seu filho de casamento anterior, Lúcio Domício (37 - 68 EC). Com a morte de Cláudio, em 54, Lúcio Domício, é aclamado como novo Príncipe e se torna o célebre Imperador Nero. Nesta alternância, Sêneca, de tutor converteu-se em um dos conselheiros mais próximos do novo César, possuindo, ainda que indiretamente, o controle do Império por um espaço de cinco anos. Fase que veremos a fusão definitiva entre filosofia e poder nas mãos de Sêneca.

¹⁵⁹ SÊNECA. *Consolação a Políbio*, XIII.

¹⁶⁰ SÊNECA. *Consolação a Políbio*, XIII.

¹⁶¹ Messalina foi sumariamente executada após revelar a prática de bigamia com o senador Caio Sílio, com quem havia planejado também, depor o Príncipe. (MILLER, 2012, p.123)

¹⁶² O Príncipe Cláudio teve um total de quatro esposas no intercurso de sua vida: Plútia Urgulanila (9 AEC – 30 EC); Aelia Paetina (8 EC - ?) e as duas mais conhecidas, Valéria Messalina (20 EC - 48 EC) e Agripina, a Jovem (15 EC – 59 EC).

CAPÍTULO 3: NOS BASTIDORES DO PALÁCIO IMPERIAL - DE COMO NERO CHEGOU AO TRONO DO PRINCIPADO

No final do capítulo anterior, explicitamos a tentativa de Sêneca de tentar voltar por meios próprios ao centro do Império, solicitando a intermediação de um protegido de Cláudio em uma consolação e tecendo largos elogios ao Príncipe a fim de voltar a Roma. Esta tentativa, no entanto, restou infrutífera. Sêneca só conseguiu retornar a Roma no ano 49 EC, por intervenção da nova esposa de Cláudio, Agripina, *a Jovem*, que desejava tê-lo como tutor de seu filho Lúcio Domício - o futuro príncipe Nero. As motivações que envolveram o chamado de Sêneca, no entanto, passaram longe de envolver apenas fatores educacionais ou propedêuticos. Destarte, em seu chamado encontravam-se maquinações políticas, que vinculadas a outros estratagemas, envolviam, em última análise, anseios para com o poder da própria imperatriz.

Para que compreendamos estes anseios, é preciso que localizemos Agripina no palco do poder imperial, donde ela teve desde suas origens familiares uma posição proeminente. Com efeito, esta mulher, cuja história tem seu início no ano 15 EC, era bisneta por parte de sua mãe, Agripina, *a Velha* (14 a EC – 33 EC), de Otávio Augusto¹⁶³. No que se refere ao lado paterno, por outro lado, a situação não era de menor destaque, haja visto que seu pai era Germânico Júlio César (15 a EC – 19 EC), o homem que foi adotado por Tibério em função da pressão do primeiro dos príncipes, que via nele (Germânico) um possível futuro condutor do Império¹⁶⁴.

¹⁶³ TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. *Livia e Agripina Menor: a presença feminina no jogo político*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.68.

¹⁶⁴ Marilena Vizentin, no livro *Imagens do poder em Sêneca - Estudo sobre o De Clementia* explica-nos o processo de como se deu a escolha de Tibério para a sucessão imperial e as condições impostas por Otávio Augusto no processo: “(...) Augusto, o primeiro a assumir os encargos do Principado, procurou de todas as formas assegurar a sucessão de seu governo a um membro de sua família. (...) Como não possuísse filhos, procurou adotar seus parentes mais próximos com o intuito de que um deles pudesse substituí-lo posteriormente. Assim, sucessivamente, Augusto adotou Agripa, Druso, Lúcio e Caio, mas não foi feliz em nenhuma de suas escolhas, pois todos morreram precocemente. Foi pressionado então por Livia, sua esposa, a adotar um dos filhos de seu primeiro casamento, Tibério, que por sua vez, comprometeu-se a adotar o filho de seu irmão Druso, Germânico, já que Augusto via nele um possível sucessor de Tibério.” (VIZENTIN, Marilena. *Imagens do Poder em Sêneca - Estudo sobre o De Clementia*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005, p.43)

Apesar da expressiva genealogia¹⁶⁵, Agripina, *a Jovem*, não demoraria a perceber que a inserção na família augusta trazia junto de si, para além de louros, muitos óbices. A explicação dessa afirmação reside no fato de que, após a morte e sucessão de Otávio Augusto, a despeito da estabilidade que se havia conseguido em Roma e nas Províncias, a casa imperial se tornou um centro de intrigas, disputas e rivalidades que tinham em seu cerne a manutenção e busca daquele vocábulo que mais se repetiu até aqui: *poder*.

Foi tendo por circunscrição este tecido de querelas, que a jovem Agripina viu, num primeiro momento, sua mãe e seus dois irmãos mais velhos, Nero Júlio César (c. 6 EC – 31 EC) e Druso Júlio César (c.7 EC – 33 EC) serem condenados ao banimento e posterior pena capital, por suspeitas de estarem conspirando contra Tibério¹⁶⁶. Longe de representar um aviso sobre os perigos que envolviam a seara política nesta nova configuração, este episódio envolvendo sua mãe e irmãos, assomados a consciência de sua genealogia privilegiada, hão de ter sido modelares para Agripina, que neles enxergou a necessidade de estar, participar e se impor nas dinâmicas que envolviam os jogos políticos da casa imperial. Laura Leonor Firmiano Teixeira, na dissertação intitulada *Livia e Agripina Menor: A presença feminina no jogo político*, pondera como se deu esse processo:

A forte imagem da mãe provavelmente fez com que suas filhas considerassem a ideia de uma participação mais efetiva, ou de buscarem parcerias e contatos para alcançarem seus objetivos. (...) Especialmente Agripina Menor – que ocupa

¹⁶⁵ Convém sublinhar dentro desta genealogia ainda, os outros oito irmãos que Agripina teve, dos quais somente cinco, entretanto, conseguiram chegar à maioridade. Estes oito irmãos trataram-se de Nero Júlio César, Druso Júlio César, Tibério Júlio César, um filho de nome desconhecido (muitas vezes referenciado como Ignoto), Caio, o Velho, Caio o Jovem (que se tornaria o futuro Príncipe Calígula), Júlia Drusila e Júlia Livila. Destes, morreram ainda na infância Tibério, Ignoto e Caio, o Velho.

¹⁶⁶ Este conflito de Agripina, *a Velha* com Tibério tem início após a morte de seu marido Germânico. Tácito, nos *Anais*, auxilia-nos a compreendê-lo. De acordo com o historiador, após a morte de Otávio Augusto, formaram-se divisões na corte a respeito de quem deveria suceder a Tibério quando da morte deste último. Em um lado, haviam os partidários de Druso (13 a EC – 23 EC), o filho legítimo de Tibério, e de outro, os partidários de Germânico, o homem a quem o Príncipe adotou por influência de Otávio Augusto (TÁCITO, *Anais*, II, 43). Nesta divisão, a inclinação do Príncipe encaminhava-se em direção ao filho legítimo. Entretanto, conforme assinala Tácito, as preferências da maior parte dos entes do Império iam no sentido de Germânico (TÁCITO, *Anais*, II, 43). Em certa circunstância, contudo, este mesmo personagem que gozava de maior primazia, cumprindo uma missão a que fora enviado nas províncias orientais, entrou em conflito com o então governador da Síria, Cneu Calpúrnio Pisão (44 a EC – 20 EC), que então preparou sua morte, supostamente por envenenamento (TÁCITO, *Anais*, II, 69). Foi a partir deste episódio, que começaram as animosidades entre Agripina, *a Velha* e Tibério (TEIXEIRA, 2013, p.77). Da parte da primeira, havia a suspeita e imputação da responsabilidade da morte de Germânico ao Príncipe. Por outro lado, na via de Tibério, ocorria a percepção, endossada por Sejano (20 a EC – 31 EC), o prefeito da guarda pretoriana, de que Agripina, *a Velha*, contava com um forte grupo de apoiadores em setores diversos da sociedade romana, que poderiam vir a representar, ao fim e ao cabo, uma ameaça a sua posição de Príncipe (TÁCITO, *Anais*, IV, 17). Cedendo às pressões de Sejano, Tibério vai aplicando pouco a pouco sanções que visavam afetar a destacada mulher, como a punição de amigos que lhe eram próximos, o impeditivo de que pudesse se casar novamente (TEIXEIRA, 2013, p.78-79) e por fim, a condenação dela mesma e de seus dois filhos mais velhos, Nero Júlio César (c. 6 EC – 31 EC) e Druso Júlio César (c.7 EC – 33 EC), ao banimento e sequencial pena capital. (SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.130-131)

importante posição nos próximos eventos do Império - aprendeu como se colocar nas disputas pelo poder e lidar com as intrigas palacianas utilizando-se de valiosos aliados¹⁶⁷.

Neste sentido, podemos visualizar Agripina tomando parte ativa nestes imbróglios já no Principado de seu irmão, Calígula, quando após a morte da irmã Drusila (16 EC – 38 EC), ela, sua outra irmã, Livila (c. 18 EC – 41 EC) e o viúvo de Drusila, Marco Emílio Lépido (14 EC – 39 EC), somaram forças e tramaram contra o Príncipe com o intuito de derrubá-lo, objetivando alçar Lépido ao trono do Principado, naquilo que ficaria conhecido como a *Conspiração das três adagas*¹⁶⁸. Esta articulação inicial de Agripina, porém, acabou sendo descoberta, e os três sofreram punições. No caso específico de Agripina, a penalidade imposta a ela foi uma *deportatio* (exílio seguido da perda de bens) nas ilhas Pontinas¹⁶⁹. Tal sanção contudo, foi prontamente revertida quando Cláudio, após o turbulento fim do Principado de Calígula, ascendeu a condição de Príncipe e removeu sua pena, possibilitando a ela o retorno a Roma¹⁷⁰. Nesta volta ao centro do Império, Agripina ficou sabendo da morte de seu primeiro marido, Cneu Domício Enobarbo (2 a EC – 41 EC), reencontrou seu filho Lúcio Domício (37 EC – 68 EC), e contraiu um novo matrimônio com o notório senador Caio Salústio Passieno Crispo (? - 47 EC)¹⁷¹. A palavra *poder*, todavia, não saiu de seu vocabulário, e ela voltou a se envolver mais diretamente com ele nesta nova conjuntura a partir da morte de seu marido, em 47 EC e subsequente assassinato da Imperatriz Messalina, no ano seguinte, quando enfim se casou com o Príncipe Cláudio e abriu caminho para um de seus maiores estratagemas: o de fazer seu filho Lúcio Domício, Príncipe.

Antes de nos encaminharmos para o modo como isso se deu e os artifícios usados por Agripina para tal, cabe abriremos espaço para algumas rápidas considerações a respeito dos intentos que envolveram este matrimônio. Os relatos historiográficos antigos divergem acerca de como teria acontecido a escolha de Agripina, de modo que Tácito, nos *Anais*, informa-nos que a decisão sobre a nova esposa de Cláudio foi influenciada pela opinião de libertos, donde Palas, que considerou Agripina, apresentou os argumentos mais convincentes para que o Príncipe a desposasse¹⁷². Já na obra *A vida dos doze Césares*, Suetônio nos narra que Cláudio

¹⁶⁷ TEIXEIRA, 2013, p.85.

¹⁶⁸ SUETÔNIO, *Vida dos doze Césares*, 2012, p.154-155.

¹⁶⁹ No que toca a punição dos outros dois envolvidos, Livila e Lépido, a primeira foi igualmente deportada para as ilhas Pontinas e o segundo foi condenado à pena capital. (TEIXEIRA, 2013, p.83)

¹⁷⁰ TEIXEIRA, 2013, p.86.

¹⁷¹ TEIXEIRA, 2013, p.87.

¹⁷² TÁCITO, *Anais*, XII, 2.

foi seduzido por Agripina, tendo decidido por conta própria casar-se com ela¹⁷³. Apesar dessas divergências pontuais, ambos convergem na principal conquista que ele teve para com ela, a qual podemos definir com um termo: *legitimidade*. Isso se explica a partir de um singelo detalhe que atingia a figura de Cláudio: ele tinha uma ligação indireta com a família de Otávio Augusto, sendo sobrinho-neto de Augusto¹⁷⁴. Sua elevação a Príncipe, lembremos, se deu no cenário de instabilidade que marcou o fechamento do Principado de Calígula, acontecendo de maneira rápida, a partir da aclamação da guarda pretoriana¹⁷⁵. O que aqui, na forma escrita, pode soar como um pequeno detalhe, à época adquiria grande relevância, tendo em vista que, numa paisagem política sublinhada por conspirações, possuir uma ligação mais próxima com Augusto era essencial para garantir legitimidade e segurança. Casar-se então com uma descendente direta de Augusto, Agripina, era um meio de vincular as duas famílias e garantir a salvaguarda que a ligação com o primeiro Príncipe proporcionava. Tácito corrobora esta perspectiva nos *Anais*, ao descrever os argumentos que pesaram em favor de Agripina:

As causas, porém, que deu Palas para que Agripina fosse preferida reduziram-se às seguintes: que já trazia consigo um neto de Germânico, bem digno de poder aspirar ao império não só pela sua alta nobreza, mas até por ser da mesma família dos Cláudios, cujos descendentes viriam a ficar assim todos enlaçados. Além disso, por esse modo, se acautelava que uma mulher fecunda e ainda na flor de seus anos fosse ilustrar outra família estranha, comunicando-lhe o sangue dos Césares¹⁷⁶.

Seja como for, foi Agripina quem obteve maiores vantagens com este casamento. Com ele, ela tanto conseguiu intervir politicamente nas ações políticas do governo de Cláudio¹⁷⁷, quanto estabelecer a rota necessária para elevar Lúcio Domício ao posto máximo do Império. No que toca este último ponto, seus planos seguiram um tracejado que contemplou variadas esferas. Primeiramente, ela fez com que Lúcio Domício fosse adotado pelo Príncipe, além de

¹⁷³ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.191.

¹⁷⁴ Cláudio era irmão de Germânico, o pai de Agripina. Existiram boatos de que o pai de ambos, Nero Cláudio Druso (38 a EC – 9 a EC) era filho, em verdade, de Otávio Augusto. O Príncipe, no entanto, nunca o reconheceu como tal. (TEIXEIRA, 2013, p.91).

¹⁷⁵ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.179-180.

¹⁷⁶ TÁCITO, *Anais*, XII, 2.

¹⁷⁷ Tácito, a partir de juízos negativos, dimensiona a influência de Agripina no Principado de Cláudio: “Grandes mudanças se operaram desde então na vida pública: tudo obedecia a uma mulher, que se imiscuía na administração, embora não como Messalina, por meros caprichos; a sujeição passou a ser mais forte, mais viril.” (TÁCITO, *Anais*, XII, 7). Por questões de ordem temática, neste texto daremos destaque apenas as atitudes de Agripina que foram substanciais para a ascensão de Nero ao trono do Principado. Para mais informes sobre o agir político de Agripina no Principado de Cláudio em outras instâncias, ver: BARRET, Anthony. *Agrippina: sex, power and politics in the Early Empire*. London: Routledge, 1996.

obter a permissão para que o filho, agora chamado Nero, tomasse a *toga uirilis*¹⁷⁸ antes da idade prevista¹⁷⁹. Consonantemente, ela tratou de manter o arranjo familiar entre a família de Augusto com a família dos Cláudios, providenciando o casamento de Nero com Otávia, filha de um casamento anterior do Príncipe¹⁸⁰. Não descuidava a Imperatriz, igualmente, de tomar medidas visando alavancar a popularidade de Nero diante da população romana e de fazer decrescer a de Britânico - filho que Cláudio tivera em seu casamento anterior com Messalina, como bem sinaliza Tácito na seguinte passagem:

Também o César, de muito boa vontade, aceitou as adulações do senado, que decidiu que Nero principiasse o seu consulado aos vinte anos de idade e que, no entanto, fosse cônsul designado, tivesse o poder proconsular fora de Roma e recebesse o título de príncipe da juventude. Ainda se fez mais, porque em seu nome se deu um donativo aos soldados, liberalizaram-se presentes ao povo e, nos jogos do Circo, que de propósito foram celebrados para lhe granjear o amor da multidão, apareceu Britânico singelamente vestido de pretexto e Nero com as roupas triunfais; queria-se que este fosse visto com todas as insígnias imperatórias e o outro no seu traje pueril, para que se conhecesse a diferença de fortuna que já distinguia os seus destinos¹⁸¹.

Apenas estes procedimentos, entretanto, não bastavam. Era preciso ter também, os aliados certos para dar cabo do desígnio de fazer Nero, Príncipe. Foi assim que, numa primeira frente, Agripina recorreu a via educacional, se livrando dos antigos tutores e angariando permissão para recrutar outros de sua confiança. Neste recorte, temos Sêneca, que se encontrava no exílio em função de tramas palacianas da Imperatriz anterior, obtendo a permissão de voltar a Roma, no ano 49 EC, para servir como preceptor de Nero na corte de Cláudio¹⁸². Os propósitos enredados neste chamado, como já é de se supor, transpunham o mero ensino, encontrando dimensão muito mais importante em fatores de ordem política. James Miller, no panorama biográfico que traçou do filósofo na obra *Vidas investigadas – De Sócrates a Nietzsche*, baseado nos relatos de Tácito, dispõem quais eram as motivações dessa convocação. De acordo com o autor, Agripina esperava com a presença do filósofo na cena política: 1) adular a população romana, tirando do ostracismo um reconhecido homem das letras; 2) oferecer a Nero um tutor distinto e de grande reputação; e, 3) valendo-se de sua

¹⁷⁸ De acordo com a definição de Coré Ferrer Alcantud, a toga viril era “um símbolo distintivo dos homens que dedicavam a vida à política e a administração da cidade; homens que através do corpo projetavam as regras, normas e cânones da masculinidade” (FERRER-ALCANTUD, Coré. *Mujeres y política en la antigua Roma: poder, identidad, roles e influencia en la res publica*. Tese. Departamento de Historia, Geografía y Arte de la Universitat Jaume I, Castellón de la Plana, 2017, p.264)

¹⁷⁹ TÁCITO, *Anais*, XII, 26.

¹⁸⁰ VIZENTIN, 2005, p.45.

¹⁸¹ TÁCITO, *Anais*, XII, 41.

¹⁸² MILLER, 2012, p.123.

trajetória no campo político, contar com seus conselhos no seu projeto particular de dominação¹⁸³. Paralelamente, ela procurou demarcar sua posição num outro segmento importante para a conversão de alguém em Príncipe, a saber, a *guarda pretoriana*. A manobra neste setor, teve por marca maior a remoção dos comandantes das cortes pretorianas Lúcio Geta e Rúfio Crispino, que na percepção de Agripina, poderiam ser fiéis a memória de Messalina e a causa de seu filho Britânico. No lugar deles, alocou um único comandante, Afrânio Burro (1 EC - 62 EC), que era tido na conta de brilhante soldado e que, no mais, ficaria em dívida de gratidão com ela por conta da nomeação¹⁸⁴.

Tendo neutralizado Britânico, conseguido o aconselhamento político de Sêneca e o apoio militar da guarda pretoriana através de seu comandante Afrânio Burro, Agripina sentiu-se enfim instada a dar seu maior passo em direção ao seu projeto, conseguindo por meio do médico Xenofonte, envenenar¹⁸⁵ a Cláudio e abrir o caminho para a sucessão de Nero, que não mais possuía obstáculos para ser alçado à condição de Príncipe¹⁸⁶. Estamos no mês de outubro do ano de 54 EC. Neste marco, pôs-se fim a um ciclo e inaugurou-se outro, cheio de expectativas e possibilidades. Nero contava então dezessete anos. Possuía o fulgor da juventude e um Império em suas mãos.

CAPÍTULO 4: A CLEMÊNCIA - UMA VIRTUDE NO PALCO DO PODER

“A verdadeira felicidade consiste em proporcionar salvação a muitos e, da própria morte, fazê-los retornar à vida, merecendo a coroa cívica pela clemência. Não há ornamento mais digno da proeminência do príncipe e nada mais belo do que a famosa coroa: “por ter salvo a vida de cidadãos”, nem os carros manchados de

¹⁸³ MILLER, 2012, p.123.

¹⁸⁴ TÁCITO, *Anais*, XII, 42.

¹⁸⁵ Historiadores contemporâneos, como Guy Achard, levantam controvérsias em relação ao episódio do envenenamento de Cláudio por Agripina. Como um dos pontos centrais para esse questionamento, profere que os antigos romanos não tinham condições suficientes à época de diferenciar um envenenamento de uma simples indigestão. (ACHARD, Guy. *Néron*. Paris: PUF, 1995, p. 21-23)

¹⁸⁶ TÁCITO, *Anais*, XII, 67,68.

sangue dos bárbaros, nem os despojos obtidos na guerra.”

(Sêneca, *Tratado sobre a Clemência*)

Embora as fontes historiográficas antigas demarquem Sêneca como um importante personagem no passo a passo que levou Nero a se tornar Príncipe, pouco sabemos a respeito do que exatamente ele fez em termos práticos nesse percurso. No que se refere ao auxílio prestado a Agripina, por exemplo, não há nenhum indício de que ele tenha ajudado ou encorajado a mesma nos seus planos controversos, assim como não existem indícios de que não o tenha feito¹⁸⁷. O mesmo vácuo persiste em relação ao ensino que ele ministrou a Nero enquanto foi seu tutor e ao conteúdo deste ensino. Nas poucas menções relativas a essa fase nas obras de Tácito e Suetônio, somos informados na obra do primeiro que Agripina suprimiu os estudos filosóficos do currículo do filho por considerá-los desnecessários, e na do segundo, que Sêneca omitiu as obras dos primeiros retóricos de Nero visando concentrar toda a admiração do pupilo sobre si mesmo o máximo de tempo possível¹⁸⁸. Se verídicas, tais afirmações nos dão conta de que o filósofo não educou Nero nos dois assuntos em que mais se encontrava apto a fazê-lo: filosofia e retórica. Em outro nível, autores contemporâneos levantam a hipótese de que, tendo por base o interesse de Nero pelas artes e pelo teatro, teria sido nesta época que o filósofo redigiu a maior parte de suas tragédias, valendo-se desta manifestação cultural para complementar a formação moral do ilustre aluno¹⁸⁹. Ainda assim, neste escopo ficamos no terreno da mera suposição. Mais certas são as concepções nas quais Sêneca teria instruído Nero quando este já se encontrava revestido da condição de Príncipe e ele, de *amicus princeps*¹⁹⁰. A estas, temos acesso a partir da obra que, dentre todas as que escreveu, figurou como a mais abertamente política: o *Tratado sobre a Clemência* (*De Clementia*).

Publicado no ano 56 EC, dois anos após Nero subir ao poder, este pequeno tratado tinha como destinatário aberto justamente a sua pessoa e, seguindo na toada do que ficou conhecido

¹⁸⁷ MILLER, 2012, p.123.

¹⁸⁸ MILLER, 2012, p.123.

¹⁸⁹ Para mais detalhes a respeito desta teoria, ver: MELO, José Joaquim Pereira. *Tragédia Seneciana: a formação pelo exemplo. Teoria e Prática da Educação*. Maringá: v.22, n.2, 2019, pp. 109-127.

¹⁹⁰ Significando literalmente *amigo do príncipe*, eram conselheiros que atuavam na corte do Príncipe auxiliando-o com seus pareceres em questões políticas, administrativas e militares.

como *tratados da realeza*¹⁹¹, propunha-se a oferecer conselhos e preceitos destinados à esfera política, a fim de que ele pudesse realizar um governo próspero e benfazejo. Para tanto, Sêneca criou um plano argumentativo muito preciso. Num primeiro nível, ele tratou de justificar a posição do Príncipe e a necessidade de centralização que o seu cargo envolvia. A explicação neste aspecto colocava esse agente na condição de um fator de *coesão e estabilidade*, sem o qual o Império prontamente se dissolveria. Conforme pontua Sêneca:

Portanto, é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador; pois ele é o vínculo, cujo poder intervém na coesão das forças públicas. Ele é o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmos nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta ideia de império lhes fosse retirada¹⁹².

Tamanho poder colocava o Príncipe para exercer uma função sumamente *divina* no plano terreno; afinal de contas, ele adquiria a função de elemento ordenador e possuía poder de vida e morte sobre todos os habitantes que estivessem sob sua alçada¹⁹³. Daí que ele deveria procurar a reprodução do agir divino ao ocupar esta posição¹⁹⁴. Foi com base neste *agir divino* que Sêneca elaborou seu modelo de ação para o mandatário, o qual implicava um modo de proceder no tocante à coisa pública direcionado pela virtude, e, mais especificamente, pela virtude da *clemência*.

Assim, a supracitada virtude entra no texto de Sêneca como um traço de comportamento próprio das figuras que detêm algum cargo de autoridade¹⁹⁵. Isso fica claro nas próprias definições de clemência dadas pelo autor, ora compreendida como a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar¹⁹⁶, ora entendida como a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer uma penalidade¹⁹⁷, ou ainda como a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida¹⁹⁸. Em última análise, a clemência era como que o singelo

¹⁹¹ VIZENTIN, 2005, p.91.

¹⁹² SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.53.

¹⁹³ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.39.

¹⁹⁴ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.56.

¹⁹⁵ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.54.

¹⁹⁶ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.45.

¹⁹⁷ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.45.

¹⁹⁸ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.45.

toque de *humanidade* que envolvia aquele poder absoluto e impedia que ele resvalasse quer para os excessos da *crueldade*¹⁹⁹, quer para a permissividade abusiva da *compaixão*²⁰⁰.

Sob esta conceituação, moldava-se pouco a pouco a imagem de um Príncipe solenemente bom e justo, que, apesar do elevado poder que detinha, usufruiria dele com vistas não a sujeição de seu povo, mas sim como *garantidor* da sua liberdade. A clemência aparecia assim como a pedra de toque que separava o bom governo da tirania.

Para além da óbvia intencionalidade pedagógica que envolvia o texto, Sêneca sobrepôs outros intentos sobre esta camada mais visível. Notavelmente, um dos mais destacados foi o propósito *propagandístico*²⁰¹ e *legitimador*. Tal propósito adquire importância se lembrarmos o contexto que envolveu a ascensão de Nero ao trono do Principado. Para começar, como vimos no capítulo anterior, havia um histórico de conflitos que envolviam a casa imperial e vários de seus integrantes, a ponto de palavras como *conspiração*, *assassinato*, *deportação*, *exílio* e *suspeita* serem alguns dos mais marcantes das páginas da história dos governos de Tibério, Calígula e Cláudio. Consoante a estes entraves da corte, tinha-se ainda a turbulenta relação com o Senado nos principados mencionados, em tudo diferente daquela relação pacífica que Otávio Augusto havia inicialmente firmado²⁰². A paisagem a que chegamos, desse modo, é a de um regime político razoavelmente novo que já demonstrava um elevado desgaste moral e político²⁰³. Assomado a isso, havia uma desconfiança generalizada em relação a Nero, visto como demasiadamente jovem e altamente influenciável pela presença feminina de sua mãe²⁰⁴.

Frente a este cenário complicado, o *Tratado sobre a clemência* assumiu como uma de suas missões comunicar ao povo romano que aqueles acontecimentos despóticos de governos

¹⁹⁹ A crueldade para Sêneca é o atributo de quem possui razão para punir, mas que não possui senso de medida nesta punição, ultrapassando a medida do humano e admissível. (SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.46).

²⁰⁰ A compaixão, embora tenha aparência de virtude, é colocada por Sêneca na conta das paixões, haja visto que o que há nela não é o senso de humanidade (racional) que se encontra na clemência, mas sim, um sofrimento da alma (irracional) diante das misérias e infortúnios alheios. (SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.47-48)

²⁰¹ Maria Helena da Rocha Pereira afirma que a clemência era uma virtude especialmente adequada as finalidades de propaganda, haja visto que ela gozava de uma aura extraordinária no tempo das guerras civis, além de ser particularmente ligada à figura de César, a quem o Senado honrou com um templo oferecido à *Clementia Caesaris*, na qual a clemência personificada aparecia de mãos dadas com o general. Posteriormente, ela adquiriria relevância também com Otávio Augusto, sendo, juntamente com a *uirtus*, *iustitia* e *pietas*, uma das quatro virtudes em que se alicerçava a sua *auctoritas*. (PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: FCG, v.2, 1984, p.358-363)

²⁰² EHRHARDT, 2008, p.51.

²⁰³ EHRHARDT, 2008, p.65.

²⁰⁴ TÁCITO, *Anais*, XIII, 6.

anteriores ficariam no passado e que Nero, à maneira de Augusto na época das guerras civis, inauguraria uma nova era de paz e concórdia. Percebemos ecos dessa mensagem já nas primeiras páginas do Tratado, onde, antes de teorizar sobre a clemência, Sêneca já destaca a bondade natural do Príncipe²⁰⁵ e descreve seu governo recém iniciado como modelar e restituidor de virtudes perdidas no campo político.

Sem dúvida, agora, uma vez que se removeu a cobiça do alheio, origem de todos os males da alma, convinha pôr-se de acordo com a equidade e o bem, fazer ressurgir a piedade e a integridade junto à lealdade e à modéstia, e fazer os males praticados em longo período de soberania, finalmente darem lugar a um século de felicidade e pureza²⁰⁶.

As palavras do autor iam criando, dessa forma, um ambiente de expectativa onde aquela suspeita inicial que se tinha para com o jovem Príncipe dava lugar a uma esperança na devolução da saúde e vigor moral que ele haveria de trazer para aquele Império desgastado pelos vícios dos Príncipes anteriores²⁰⁷. Ante o temor da novidade, Sêneca, com a legitimidade que possuía, declarava aos seus concidadãos que Nero era uma novidade positiva.

A par dessa necessidade mais imediata, uma segunda camada envolvida no texto senequiano almejava objetivos mais longevos e duradouros, que serviriam tanto a Nero como a outros príncipes que viessem depois dele. Falamos aqui daquele que contemplava a *fundamentação política do regime imperial*. Neste ponto, o contexto do período mais uma vez há de nos ser útil para a compreensão deste desígnio. O principal elemento a ser recordado no que concerne esta questão é a ausência de substância teórica do novo regime instituído por Otávio Augusto. Conforme nos indica Maria Luiza Corassin “Embora sendo um momento chave na transformação institucional, a instauração do Principado não foi acompanhada por uma reformulação teórica do pensamento político”²⁰⁸. Nem poderia ser de outro jeito, já que em termos oficiais, ele chegou assentado sob as bases e símbolos da antiga ordem republicana²⁰⁹. Isso abriu margem para uma desarticulada estrutura política e administrativa²¹⁰ que redundou em uma centralização de poderes excessiva nos primeiros sucessores de Augusto, formando-se um terreno fértil para querelas com outros agentes políticos, sobremaneira com

²⁰⁵ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.41.

²⁰⁶ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.44.

²⁰⁷ EHRHARDT, 2008, p.66.

²⁰⁸ CORASSIN, Maria Luiza. *Sêneca entre a colaboração e a oposição*. **Letras Clássicas**. São Paulo: n.3, 1999, p.276.

²⁰⁹ CORASSIN, 1999, p.276.

²¹⁰ EHRHARDT, 2008, p.65.

aqueles da ordem senatorial²¹¹. Com o *Tratado sobre a Clemência*, Sêneca tentou fornecer uma resolução para este problema, delimitando com maior rigor as prerrogativas do Príncipe²¹². Neste esteio, como já vimos no rol dos argumentos, ele justificou uma centralização de poderes mais acentuada sobre a figura do regente, definindo-a como necessária para a manutenção do Império, mas realçou a virtude da clemência como instância moderadora deste, que a partir dela, agiria com vistas a proteção da liberdade e destituído de arbitrariedade²¹³. Nas entrelinhas, isso queria dizer que o governante respeitaria os demais entes constituintes do Império. Tal procedimento, ao fim e ao cabo, mostrar-se-ia vantajoso para o Príncipe, que ganharia segurança e legitimidade para governar, haja visto que, atuando em prol da liberdade, contaria com a lealdade de seu povo e evitaria ataques ou sedições contra seu governo²¹⁴. Em outra via, o povo e as instituições também saíam ganhando, tendo em vista que conservavam intactos o seu poder de atuação naquela nova configuração.

Finalmente, tendo ainda em conta a conjuntura repressiva dos governos de Tibério, Calígula e Cláudio, aventamos uma terceira possibilidade de Sêneca com seu tratado, o qual visava alcançar uma *moderação do aparato jurídico* e das *decisões judiciais*. A especificidade do filósofo para esta área não é aleatória, pois nesta época a administração da justiça ficava ao encargo do Príncipe²¹⁵. Seria de bom alvitre, portanto, que na seara do Direito, o mandatário, por meio da citada virtude, dotasse a letra dura da lei com um caráter humanitário²¹⁶. Não se estava a defender o perdão puro e simples, mas sim de um abrandamento da lei nos casos em que fosse possível, utilizando a pena capital somente quando se mostrasse extremamente necessária para o benefício público e após terem sido esgotadas todas as outras possibilidades de atenuamento²¹⁷. Esta *clementia principis*, aliás, era ainda mais aconselhada pelo cordovês ao Príncipe naqueles casos que envolviam os poderosos do Principado (leia-se: os personagens da aristocracia senatorial), cuja graça ou castigo teriam impacto em todo espaço romano, pois, coligadas aquelas funções propagandísticas e políticas, seria uma boa oportunidade de

²¹¹ EHRHARDT, 2008, p.51.

²¹² EHRHARDT, 2008, p.66-67.

²¹³ GUARINELLO, Norberto Luiz. Prefácio. In: VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca - Estudo sobre o De Clementia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p15.

²¹⁴ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.64.

²¹⁵ VIZENTIN, 2005, p.52.

²¹⁶ BRAREN, Ingeborg. Prefácio. IN: SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.21.

²¹⁷ VIZENTIN, 2005, p.126-127.

demonstrá-la para os demais cidadãos, além de evitar a formação de oposições que pudessem ameaçar a sua posição²¹⁸.

Vemos assim, através das supracitadas dimensões que o *Tratado sobre a Clemência* contemplou, uma obra que atendia às necessidades impostas pela conjuntura daquele momento em diferentes escopos. Por meio dela, Sêneca contrapunha o recém-iniciado governo de Nero aos controversos governos de Tibério, Calígula e Cláudio, acrescentando-lhe uma aura de felicidade e paz; outorgava uma fundamentação teórica a um regime carente de uma definição mais elaborada e moderava o sistema judiciário, acrescentando-lhe um singelo toque de humanidade. A virtude da clemência reluzia no palco do poder.

Sabendo então dessa importância adquirida pelo tratado senequiano e pela virtude nele aludida, é legítimo que deixemos transparecer aquela questão que fazemos sempre que nos deparamos com um texto que tem por intenção instruir um governante: “ele seguiu seus conselhos?”. No caso de Nero, a resposta para tal questão divide pareceres de historiadores até os dias de hoje. Em uma frente, por exemplo, temos autores como Paul Veyne, que na obra *Sêneca e o estoicismo*, minimizou o impacto político do escrito. O historiador francês sugere que o *Tratado sobre a Clemência* teve por finalidade exclusiva moldar a opinião pública e legitimar o governo de Nero, apresentando-o como clemente²¹⁹. Segundo Veyne, o tratado tinha um caráter propagandístico mais do que instrutivo, servindo para amenizar a percepção negativa de uma forma de governo que caminhava a passos largos para algo assemelhado a uma monarquia, algo que os romanos desprezavam profundamente²²⁰. Neste aspecto, Sêneca teria manipulado a virtude da clemência de modo a fazê-la parecer mais do que ela realmente era, informando que a mesma bastaria para fazer a diferença num governo de um homem só entre o tirano e o bom príncipe²²¹. Tentar ir além deste ponto, destaca o historiador, seria incorrer em mera retórica. De acordo com ele, se ninguém falou de iniciativas políticas senequianas é porque estas não existiram. No mais, ele nada teria a fazer de inovador nesta esfera, uma vez que o parco conteúdo da política estoica não teria qualquer outro conteúdo a oferecer a não ser o de proibir ao governante tiranizar os seus súditos²²².

²¹⁸ VIZENTIN, 2005, p.127-128.

²¹⁹ VEYNE, 2016, p.28-29.

²²⁰ VEYNE, 2016, p.29.

²²¹ VEYNE, 2016, p.28 - 29.

²²² VEYNE, 2016, p.33.

Numa outra via, por sua vez, encontramos autores como o brasileiro Norberto Luiz Guarinello, que, em suas publicações, atribuiu máxima influência do referido tratado sobre os primeiros anos da administração neroniana. No artigo intitulado "Nero, o estoicismo e a Historiografia romana" (1996), ele considerou que o *Tratado sobre a Clemência*, longe de representar a visão pessoal de Sêneca, expressava, na verdade, o programa político de um grupo estoico (que teria por representantes maiores Sêneca e Thrasea Paetus²²³) que, durante os oito primeiros anos do governo de Nero, teria atuado conjuntamente com ele no estabelecimento de suas ações governamentais e políticas públicas²²⁴. Teria sido essa possibilidade de participação estoica no governo, aliás, que teria feito a aristocracia senatorial saudar seu governo como o início de uma nova era, ao invés de uma simples propaganda, como aponta Veyne²²⁵. Esta “fase estoica” dos primeiros anos do Príncipe, no entanto, teria ficado esquecida e marginalizada nas linhas da História em razão do rompimento do grupo com Nero a partir de 62 EC e da memória negativa que a posteriori se construiu acerca do Príncipe²²⁶.

Marilena Vizentin, em seu livro sobre o tratado denominado *Imagens do Poder em Sêneca: Estudo sobre o De Clementia*, adotou uma posição mais cética em relação à ingerência que tanto o texto quanto seu autor tiveram sobre Nero. Para tanto, ela cita a dificuldade em se demarcar nas fontes históricas sobre o Principado neroniano o que foi ou não feito sob os auspícios de Sêneca, uma vez que estas não atribuem a ele qualquer iniciativa política precisa, tampouco versam sobre suas intervenções enquanto senador²²⁷. Em busca de evidências adicionais, Vizentin recorre ao campo da numismática, na tentativa de encontrar uma correspondência entre a virtude destacada na obra de Sêneca e as moedas emitidas no período, que, por esta época, também tinham uma função propagandística²²⁸. No entanto, ela não visualiza a exaltação da clemência nem uma única vez nas moedas²²⁹. Dessa forma, apesar de reconhecer bons elementos da administração de Nero em diversos momentos, Vizentin se exime de declará-los como frutos da companhia senequiana, ainda que declare que isso pudesse ter acontecido²³⁰. Em vez disso, prefere ir além de considerar o *Tratado sobre a Clemência*

²²³ Líder do grupo estoico no Senado durante os anos da administração neroniana.

²²⁴ GUARINELLO, Norberto Luiz. *Nero, o estoicismo e a Historiografia romana*. **Boletim do CPA**, Campinas, n.1, 1996, p.58.

²²⁵ GUARINELLO, 1996, p.58.

²²⁶ GUARINELLO, 1996, p.60-61.

²²⁷ VIZENTIN, 2005, p.49.

²²⁸ Muito embora tivessem uma finalidade propagandística, esta não pretendiam ter um efeito imediato, sendo antes a consequência, e não o fim da temática monetária. (VIZENTIN, 2005, p.76)

²²⁹ VIZENTIN, 2005, p.77.

²³⁰ VIZENTIN, 2005, p.66.

como uma 'obra de circunstância', analisando-o a partir de uma ótica que o vê antes como uma teoria de poder que se expressa a uma temporalidade futura.

Independentemente do impacto efetivo do *Tratado sobre a Clemência* no Principado de Nero, é certo que, das três principais fontes que nos trazem informações sobre ele - *Anais*, de Tácito; *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio; e *A História Romana*, de Dião Cássio - duas delas (*Anais* e *A vida dos Doze Césares*) demarcaram os primeiros anos de sua administração (aqueles que vão de 54 E.C. a 62 E.C.) como sendo significativamente “bons” e bastante respeitáveis do ponto de vista político. Em algum momento, porém, esse cenário mudou. Sêneca se afastou da casa imperial, possivelmente devido aos conflitos políticos ou mudanças de política interna, e Nero passou a ser retratado a partir daquela face que lhe é mais conhecida – a do *tirano*. Compreender quais foram as razões que levaram a essa mudança de entendimento sobre o Príncipe e como ela refletiu no pensamento político posterior de Sêneca é o que buscaremos na segunda parte de nossa dissertação.

SEGUNDA PARTE: NO FECHAR DAS CORTINAS, A MELANCOLIA E O SONHO DE UM OUTRO IMPÉRIO POSSÍVEL.

CAPÍTULO 1: NERO: DE BOM PRÍNCIPE A TIRANO

“Acho importante o conhecimento de vários membros desta família para que se evidencie melhor que, se Nero degenerou das virtudes dos seus antepassados, contudo, reproduziu os vícios de cada um deles, como se houvesse herdado pelo sangue”.

(Suetônio. *Vidas dos doze Césares*)

“Por Júpiter, que artista morre comigo”.

(Últimas palavras pronunciadas por Nero, de acordo com Dião Cássio)

Roma resplandece em chamas. Casas, edifícios públicos e monumentos são consumidos pelo fogo. Nas ruas, homens, mulheres e crianças correm desesperados de um lado para o outro, em busca de alguma proteção. Aqui e acolá veem-se sujeitos lamuriando-se pelos bens que possuíam em suas propriedades e que então não passam de cinzas. Uma mãe grita em altos brados que não conseguiu salvar o filho. A destruição é geral. O único lugar que resta protegido é uma das residências do Imperador, elevada acima de um monte donde pode-se visualizar toda a cidade. Ali, em uma das sacadas, aquele assiste o grande espetáculo das labaredas que pouco a pouco vai varrendo tudo. Indiferente ao sofrimento de seu povo, ele toca sua cítara, cuja melodia suave enreda-se com os brados de agonia que lhe chegam dos cidadãos. A tragédia não lhe afeta pelo simples motivo de que foi ele próprio quem ordenou que ela acontecesse, como uma resposta ao Senado, que ousou questionar seu poder, impedindo a construção de suas imponentes e magníficas obras. *Agora, pensa ele, terão que permitir de qualquer forma, haja visto que tudo o que até então se tinha, há de converter-se em pó.*

Embora o nome do personagem a quem se atribui os episódios descritos na cena acima figure no título deste subcapítulo, é possível dizer que, mesmo que seu nome se encontrasse omitido, a grande maioria dos leitores não encontraria dificuldades em saber de quem se trata. Com efeito, a representação do Príncipe incendiário de Roma, é apenas uma, dentre diversas imagens que se construíram de Nero e que fícuram fortemente no imaginário coletivo. Vinculado a esta, encontramos igualmente, o Nero perseguidor de cristãos, o Nero matricida, o Nero devasso e imoral, o Nero inclemente para com qualquer um que lhe fizesse algum tipo de oposição. Imagens que, sobrepostas umas às outras, o colocaram na galeria de *personae non gratae* da História, transformando-o num arquétipo de *tirano*. Arquétipo este, que ao longo do tempo, foi e continua sendo sublinhado continuamente. Para que se tenha uma dimensão disso, basta que vejamos algumas das representações do polêmico Príncipe no âmbito da arte e da cultura. No espaço das artes plásticas, por exemplo, temos a célebre pintura de John William Waterhouse (1849 –1917), intitulada *O remorso de Nero após o assassinato de sua mãe*

(1878)²³¹, donde se observa um Nero soturno e melancólico, após o ordenamento do assassinato de Agripina. Num retrato mais atual, encontramos a tela do artista Eric Armusik (1973), que levou o nome de *A loucura de Nero* (2009), e que tematizou a cena que abriu esse capítulo, sabidamente, a do incêndio de Roma no ano 64 EC. Na referida obra, vemos um Príncipe de tonalidades perversas, sentado de costas para uma janela, de onde se é possível ver o centro do Império sendo devorado pelo fogo ardente. No campo literário, por sua vez, um dos livros mais conhecidos é o romance do escritor polonês Henryk Sienkiewicz (1846-1916), *Quo Vadis* (1896), o qual inspirou um filme homônimo lançado no ano de 1951. Tanto num como noutro, resplandece a figura caricata de um Nero despótico, excêntrico e megalomaniaco, capaz de cometer todo e qualquer tipo de atrocidade a fim de levar adiante seu projeto pessoal de poder. Até mesmo na área da informática e da tecnologia, o Príncipe deixou sua marca negativa, servindo de nome a um software muito popular no início dos anos 2000, o *Nero Burning ROM*, que tinha por objetivo, vejam só, “queimar” CDs. Esta série de exemplos, ao qual poderíamos acrescentar muitos outros²³², nos confirma a tendência que até aqui viemos destacando: Nero entrou para a História - pelo menos naquela que repercute no senso comum – de mãos dadas com as palavras *excesso*, *maldade* e, principalmente, *tiranía*.

Convém, no entanto, obliterarmos por um instante estas referências negativas que recaem sobre o Príncipe e lançarmos sobre ele e seu governo um ponto de interrogação. Em suma, havemos de perguntar: *Nero foi realmente um tirano em sua época? Ocorreram exageros na construção dessa versão? Se sim, por qual razão?* O que se objetiva com a interposição destas questões, não é um revisionismo histórico que intente transpor sua imagem de “mau Príncipe” para a de “bom Príncipe”, mas sim, demonstrar as ambiguidades e nuances que perfizeram seu governo e que transcendem as simples definições dicotômicas de bem ou mal (tão perigosas quando aplicadas a História). Almejamos com isso, entender, *a posteriori*,

²³¹ As referências artísticas/culturais aqui citadas podem ser visualizadas no anexo presente ao fim da dissertação.

²³² Podemos acrescer a estes, o uso da figura de Nero no campo jornalístico, a partir da crise das democracias liberais e ascensão de governos de extrema direita em diversas partes do mundo em anos mais recentes, no qual o já citado Príncipe se tornou como que um parâmetro de comparação e crítica a estes mesmos governos e seus autoritarismos/excessos. Neste sentido, tomemos a título de ilustração o texto do jornalista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em junho de 2018, no qual ele elabora uma crítica acerca das ações condenáveis do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, até àquela altura. Neste escrito, a comparação com Nero surge de maneira explícita já no título, em que se lê: “*Trump, o Nero laranja, volta a atacar*”. Comparativo semelhante surgiu em uma entrevista dada pelo ambientalista Felipe Milanez ao portal *Brasil de Fato*, em setembro de 2020, comentando a política ambiental do governo do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e em particular, sobre a inação do mesmo diante dos incêndios que acometiam a Amazônia naquele período. Neste caso, a comparação do mandatário se deu mais uma vez com a figura clássica do Nero “incendiário de Roma”, como podemos observar no destaque da entrevista usado na manchete: “*Bolsonaro é o Nero dos incêndios na Amazônia*”, diz ambientalista Felipe Milanez”.

de modo mais específico, as motivações que levaram Sêneca a se retirar do círculo imperial neroniano nos anos finais de sua vida, bem como, apreender as percepções que este traçou a respeito da conjuntura social e política naquela que veio a ser sua última obra, a saber, as *Cartas a Lucílio*.

Porém, antes de incorrermos nas principais fontes históricas acerca do Principado de Nero para realização deste exame, importa analisar, de modo inicial, as características da *História* e do *fazer historiográfico* desse período, deveras definidor na maneira de como este ou aquele personagem ou acontecimentos eram retratados. Para tanto, a fim de alcançarmos esta compreensão, precisamos abstrair a visão que temos da História nos dias de hoje, qual seja, o de um conhecimento cientificamente conduzido, que busca a verdade acerca dos eventos passados através de métodos criteriosos que envolvem profunda análise documental, crítica interna e externa das fontes, revisão pelos pares, dentre outros procedimentos semelhantes. Notadamente, esta preocupação muito cara a nós contemporâneos, não se interpunha para os antigos, que entendiam a história e o seu fazer de forma bastante singular. Para início de discussão e apreensão deste entendimento, é preciso considerar que, na Antiguidade, o gênero historiográfico sequer se deixava entrever como uma disciplina autônoma em sentido estrito²³³, colocando-se antes, como um dos muitos braços que possuía o *gênero retórico*²³⁴. Podemos observar a intersecção existente entre ambos, no célebre diálogo escrito por Marco Túlio Cícero, *De Oratore*:

Quanto a História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade, que outra voz confia a eternidade senão a do orador?²³⁵

²³³ BELCHIOR, Ygor Klain. *Nero: bom ou mau imperador? Retórica, política e sociedade em Tácito (54 a 69 d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2016, p.62.

²³⁴ Ygor Klain Belchior, por meio da obra *Retórica*, de Aristóteles, nos apresenta três gêneros principais que a constituíam, os quais possuíam classes de ouvintes, técnicas de convencimento, temporalidades e objetivos distintos. Tais gêneros, levavam o nome de *deliberativo*, *jurídico* e *epidídico*. O primeiro destes, voltava-se para temáticas que afetavam o ouvinte diretamente, como finanças, guerra e paz, segurança nacional e legislação; sua temporalidade, por sua vez, dirigia-se ao futuro da comunidade, e seu objetivo central era deliberar ou dissuadir a respeito de coisas que poderão acontecer, visando, como fim último, o bem e a felicidade. O segundo tipo, como o próprio nome sugere, está ligado a questões de ordem jurídica, como processos, acusações e defesa. Sua temporalidade, outrossim, é o passado, haja visto que trata de coisas que já ocorreram, e sua intenção maior, é o convencimento dos juízes. Já o terceiro tipo, denominado epidídico, trata do encômio (elogio) e do vitupério (censura), objetivando incitar em sua audiência, o feitio de coisas boas ou más. Apesar de se utilizar do passado, sua temporalidade é o presente e o futuro, tendo em vista que visa a ação dos indivíduos nestes dois tempos. Apesar de Aristóteles não ter pontuado explicitamente em qual destes gêneros se situava a História, seus sucessores (como Cícero) a alocaram dentro deste último. (BELCHIOR, 2016, p.141-142).

²³⁵ CÍCERO, *De Oratore*, II, 36.

E ainda:

Percebeis quão grande tarefa é a história para o orador? Talvez pela riqueza e variedade do discurso; e não a encontro ensinada em separado nos preceitos dos retores, pois são bastante evidentes²³⁶.

Tendo em vista este vínculo apontado por Cícero entre História e Retórica nos trechos anteriores, é de se pressupor, desde já, que o discurso historiográfico visava, sobremaneira a conquista, cativação e convencimento de uma audiência com vistas ao cumprimento de alguma finalidade. No caso particular da História, tal finalidade concentrava-se naquele que era o intuito maior desta dentro deste contexto: servir como “mestra da vida” (*magistra vitae*). Isso quer dizer que o passado e seus indivíduos, assim como as suas ações e seus feitos, deveriam ser transmitidos com o propósito de instruir os contemporâneos a respeito de quais condutas seguir para se alcançar um modo de vida benfazejo, e quais condutas evitar para que erros de outras épocas não tornassem a se repetir²³⁷. Ao fim e ao cabo, o passado fornecia exemplos ao presente.

Neste sentido, era usual que autores que se propusessem a tal tarefa, remexessem as gavetas da eloquência objetivando encontrar artifícios que lhes auxiliassem a salientar estes exemplos e torná-los dignos do interesse de sua recepção. No rol destas técnicas, algumas adquiriam primazia no constructo dos efeitos pretendidos. Entre essas, podemos citar a utilização da *amplificação* (*amplificatio*), que consistia, em linhas gerais, no aumento e realce de certa característica presente em alguma temática ou personalidade²³⁸. Em se tratando de História, tal recurso era empregado, fundamentalmente, no *louvor* das virtudes e *censura* das atitudes indecorosas de figuras históricas, que poderiam ser operadas também a partir de comparativos entre a figura que constituía o objeto central de análise, com demais exemplos históricos, a fim de medir a aproximação e/ou afastamento do comportamento do primeiro com aqueles outros que um dia foram motivo de enaltecimento ou condenação²³⁹. Assomado a estes usos, encontramos igualmente a aplicação da *metáfora* em muitas das narrativas, a qual

²³⁶ CÍCERO, *De Oratore*, II, 62.

²³⁷ EHRHARDT, 2008, p.05.

²³⁸ Importa mencionar que essa amplificação comportava duas faces: uma amplificação que poderia ser por aumento de certa característica e outra que poderia ser designada como amplificação por diminuição. Para que se entenda mais claramente o sentido deste elemento retórico e suas duas facetas poderíamos compreendê-lo melhor através do verbo *exagerar*. (LIMA, Francisco de Assis Costa de; BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. *Figuras retóricas como reforço a amplificatio na Oratio pro Sextio*. **DLCV**, João Pessoa, PB, n.1, v.15, 2019, p.99)

²³⁹ BELCHIOR, 2016, p.143.

cumpria uma função persuasiva, que auxiliava a propagar conceitos de modo impactante, além de contribuir para clarificar ou dissimular esta ou aquela proposição²⁴⁰. É possível, no entanto, que os aportes mais significativos na edificação do discurso historiográfico, residissem na *demonstração* (*demonstratio*) e na *écfrase* (*ékphrasis*). Com relação a primeira, esta intencionava, de acordo com a *Retórica a Herênio*²⁴¹, exprimir “um acontecimento com palavras tais que as ações pareçam estar transcorrendo e as coisas pareçam saltar diante dos olhos”²⁴². Resumidamente, este era o momento em que o autor usava ornamentos e ferramentas estilísticas visando vivificar seu discurso com o objetivo de gravar as imagens e exemplos mencionados na memória dos ouvintes e leitores²⁴³. Incumbência parecida adquiria a *écfrase*, que devia dar visibilidade a qualquer objeto e situação descrita. Esse expediente possuía grande importância na descrição de indivíduos, o que, em consonância com a *amplificação*, possibilitava por parte da audiência, o acesso ao *êthos*²⁴⁴ dos personagens que estavam sendo alvo de investigação²⁴⁵.

Se bem articulados, tais elementos seriam capazes de obter a conquista do convencimento dos espectadores, gerando um *efeito de verdade* para aquilo que foi relatado²⁴⁶ e efetivando, por conseguinte, o sentido *propedêutico* da História. No tocante a este último aspecto (o sentido propedêutico da História) é preciso lembrar, contudo, um singelo detalhe: embora ele fosse a intenção principal nos textos historiográficos, não era raro que, nos seus contornos, encontrássemos outros intentos, sobretudo aqueles de ordem política. Sob estes termos, era perfeitamente possível que alguém escrevesse uma *historia magistra vitae*, intencionando promover nas entrelinhas a *damnatio memoriae* de uma figura histórica, a legitimação de outra, ou ainda, a defesa de uma determinada concepção política. Tudo dependia de quem tinha a pena e o papel nas mãos, e de como este, a partir dos supracitados artifícios

²⁴⁰ BELCHIOR, 2016, p.143.

²⁴¹ Tratado de Retórica escrito por volta de 80 AEC. Sua autoria é objeto de controvérsia até os dias de hoje, sendo, ora atribuída a Cícero, ora a um médico desconhecido.

²⁴² *Retórica a Herênio*. IV, 68.

²⁴³ BELCHIOR, 2016, p.143.

²⁴⁴ Importa abriremos um singelo espaço para comentarmos as diferenças existentes entre *éthos* e *êthos*. Com efeito, as distinções existentes entre ambos vão além de uma mera questão de grafia. Desse modo, o *éthos*, com epsilon, está associado à tradição, ao que é corriqueiro e usual. Implica nos costumes adquiridos e repetidos ao longo do tempo e que se tornam como que uma segunda natureza do ser humano. Já o *êthos*, com eta, usado no espaço do nosso texto, possui uma conotação mais abstrata, vinculando-se às características ou qualidades morais de uma pessoa que se manifesta em seu comportamento. Mais informes sobre esta temática podem ser encontrados em: SPINELLI, Miguel. *Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e êthos com eta*. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, v.32, n.2, 2009, pp.9-44.

²⁴⁵ BELCHIOR, 2016, p.143.

²⁴⁶ BELCHIOR, 2016, p.144.

retóricos, optava por representar o passado. A História convertia-se, assim, num importante instrumento de *poder*²⁴⁷.

Foi no cerne desta tradição e deste fazer historiográfico, que os principais autores que trataram da vida de Nero e que serviram de base para tudo o que posteriormente se veio a falar dele, erigiram seus principais escritos. Estamos falando, especificamente, de Públio Cornélio Tácito (55 EC – 116 EC), Caio Suetônio Tranquilo (70 EC – 150 EC) e Dião Cássio (150 EC - 235 EC). Apesar das particularidades de cada um, os três compartilharam algumas características em comum no que tange vida e obra. Uma das primeiras que destacamos, é que todos deram forma a seus textos, num recorte histórico em que a dinastia Júlio-Claudiana já havia terminado, e outras se consolidado. Tácito, por exemplo, embora tenha nascido e vivido seus primeiros anos sob o Principado de Nero, só publicou sua obra máxima, os *Anais*²⁴⁸, em alguma ocasião entre os anos de 115 e 120, o que compreende os anos finais do Principado de Trajano (98 EC – 117 EC) e os anos iniciais do Principado de Adriano (117 EC – 138 EC). Suetônio, por sua vez, que nasceu poucos anos após o fim do Principado neroniano, só veio a publicar seu conjunto biográfico, *A vida dos doze Césares*²⁴⁹, no ano de 121, também sob o Principado de Adriano. Já Dião Cássio, mais longinquamente, sequer experienciou algo temporalmente próximo do governo de Nero, tendo nascido durante o Principado de Antonino Pio (138 EC - 161 EC), e publicado sua *História Romana*²⁵⁰ apenas na primeira metade do

²⁴⁷ Em seu livro intitulado *Plínio, o Velho: Nos caminhos da História Natural*, Thiago David Stadler fornece-nos um excelente exemplo de como a historiografia da época transformava-se neste *instrumento de poder*. Recorrendo a História Natural do referido autor, ele deixa entrever como mesmo os pequenos feitos e ações comuns dos romanos poderiam servir para legitimar seu poderio e identidade cultural. Conforme pontua Stadler: “Contudo, quando imagino que todo domínio carece doutras legitimações que não apenas a armamentista entendo que as construções discursivas que usassem ou apresentassem outras “lutas”, que não as de carne e sangue, poderiam contribuir para a ampliação e propagação da *humanitas* romana e, por conseguinte, do fortalecimento do poder dominante. Se além das armas, as ideias, imagens, fantasias, realizações que um cidadão comum pudesse vislumbrar como suas, pudessem contribuir para a legitimação geográfica e cultural tem-se na História Natural uma excelente amostra de como transformar *sangue e carnificina* numa narrativa histórica legitimadora dos feitos comuns romanos, ou como alguns espíritos irão proclamar, feitos ligados a uma História do cotidiano romano.” (STADLER, Thiago. *Plínio, o Velho: Nos caminhos da História Natural*. Campo Mourão: FECILCAM, 2021, p.55-56)

²⁴⁸ Conjunto de dezesseis livros (alguns historiadores estimam que fossem dezoito) que compreende o final da vida de Augusto e ascensão de Tibério ao poder até os momentos finais do governo de Nero. Esta obra, como boa parte da tradição textual antiga, chegou-nos aos dias de hoje incompleta, de modo que apenas dois terços dela restam integralmente preservados. (BELCHIOR, 2016, p.52)

²⁴⁹ Conjunto biográfico que narra a biografia dos doze primeiros imperadores romanos, de Júlio César a Domiciano. Sua estrutura costuma seguir um padrão comum: uma primeira parte positiva, em que se enumeram as ações positivas do imperador analisado e uma segunda parte, na qual se tematizam os vícios e ações negativas. (JOLY, Fábio Duarte. *Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero*. **História**. São Paulo, v.24, n.2, 2005, p.115)

²⁵⁰ Obra monumental que cobre a história de Roma desde sua fundação até a morte do Imperador Severo Alexandre, em 235 EC. O texto original dos livros XXXVI a LIV (que abarcam os anos 68 aEC a 10 aEC) foi

século III, no intercuro da Dinastia dos Severos (193 EC – 235 EC). Tais considerações, nos encaminham a outra constatação: os três historiadores redigiram seus textos em momentos nos quais recordações de caráter negativo acerca da Dinastia Júlio-Claudiana, e, mais especificamente, daquele que fora seu último governante, já começavam a se espalhar no imaginário coletivo. O constructo dessas recordações teve início já nos governos subsequentes, que, de alguma forma, procuraram criar uma imagem positiva deles mesmos a partir de um contraponto negativo com o anterior. Dentro desta perspectiva, podemos identificar, a título de ilustração, moedas correntes dos principados de Galba, Vitélio e Vespasiano, com legendas que propagandeavam inscrições como *Libertas Restituta* e *Adsertor Libertatis Publica*, que colocavam implicitamente, o governo de Nero como um tempo de “escravização” de diversas camadas sociais do Império e os novos principados como restituidores da liberdade perdida²⁵¹. Paralelamente a esta prática, identificamos igualmente, uma rede de testemunhos históricos diretos, formado por autores como Aufídio Baso, Servílio Noniano, Fábio Rústico, Clúvio Rufo e Plínio, o Velho, que trouxeram as primeiras críticas aos Júlio Claudianos²⁵², influenciando decisivamente a escrita historiográfica posterior²⁵³, entre os quais se inserem, os autores que ora examinamos. Para além das obras tardias e da memória negativa já razoavelmente consolidada, há um terceiro componente vincutivo que cumpre evidenciar: os três ocuparam postos políticos²⁵⁴ relacionados a uma das instituições que mais se indispôs com Nero quando

preservado na íntegra, enquanto se conservaram apenas parte dos livros LV a LX (até 46 EC) e os livros LXXIX e LXXX (de 217 a 220 EC). O restante da obra consiste em pequenos resumos, elaborados por autores bizantinos nos séculos X a XII. (VIZENTIN, 2005, p.51)

²⁵¹ JOLY, 2005, p.112.

²⁵² ALFARO, Juan Pablo. *Memoria y proyecto político en el Panegírico de Plinio*. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**. Espírito Santo, n.8, 2016, p.88.

²⁵³ Esta rede de testemunhos historiográficos diretos acerca da dinastia Júlio Claudiana restam perdidos. Tudo o que sabemos da mesma se dá, justamente, em função de textos posteriores que os mencionam.

²⁵⁴ Tácito nasceu numa proeminente família romana, tendo iniciado sua carreira política na ordem equestre. Sequencialmente, durante o Principado de Vespasiano (69 – 79 EC.) acumulou as primeiras magistraturas, atuando por esta época, possivelmente como questor. No entanto, sua carreira política ascendeu mesmo quando o historiador se casou com a filha do Cônsul Cnaeus Júlio Agrícola. A partir daí ele exerceu, primeiramente, durante o governo de Tito (79 – 81 EC.), o tribuno, e posteriormente, já sob a governança de Domiciano, chegou à ocupação de Senador. Paralelamente a tal função, Tácito ocupou igualmente outros cargos importantes, como pretor, sacerdote quindecenviral (aquele que era responsável pela organização dos jogos seculares), cônsul suplente e procônsul da Ásia Menor. (BELCHIOR, 2016, p.50-51). Acerca de Suetônio, de quem dispomos de poucas informações biográficas, é sabido que proveio de uma família pertencente a ordem equestre, tendo sido educado em Roma. Embora não tenha sido diretamente Senador, ele esteve envolvido nos círculos senatoriais, principalmente em função da amizade que nutriu com o escritor e Senador, Plínio, o Jovem (61 – 114 d.C.) e com outros intelectuais ligados ao Senado, como o próprio Tácito. Embora não tenha exercido tal ofício, ele ocupou posições públicas relevantes nos governos de Trajano (98 - 117 EC) e Adriano (117 – 138 EC), tendo sido, sob o primeiro, diretor das bibliotecas imperiais, e sob o segundo, secretário de correspondências do Imperador. (JOLY, 2005, p.115). Dião Cássio, outrossim, nasceu também em uma família de renome. Seu pai fora Senador e governador na Sicília e na Dalmácia. É certo que viveu seus primeiros anos na Província, tendo ido, como era de costume nestes casos, para Roma por volta de 180 EC a fim de aprimorar sua formação e dar cabo de uma carreira

este governou: o *Senado Romano*. Sendo assim, é plausível aventarmos a hipótese de que as insatisfações da ordem senatorial para com os anos neronianos, tenham encontrado nas páginas de três indivíduos profundamente ligados a esta, um excelente meio de manifestar-se.

Para que verifiquemos, entretanto, se tal hipótese encontra respaldo, há que se colocar no horizonte a seguinte questão: *em quê, exatamente, consistia a insatisfação desta classe de historiadores envolvidos com o Senado no que se refere ao governo de Nero?* A resposta para esta pergunta, como veremos adiante, possui variações em termos de acontecimentos e ópticas de análise a depender de qual texto se esteja perquirindo, entretanto, somos capazes de visualizar um ponto de convergência que atravessa as narrativas de Tácito, Suetônio e Dião Cássio no que toca esta insatisfação: as supostas afrontas do Príncipe com aquilo que poderíamos chamar *ideal senatorial*. Este último conceito, abarcava em seu interior, alguns princípios fundamentais daquilo que os senadores caracterizavam como um “bom governo”. Dentre estes, podemos elencar a consideração de que o Príncipe deveria ser o *primeiro dos senadores* e o *melhor cidadão entre seus iguais*, o que pressupunha, simplificada, que o imperador deveria tratar os senadores como amigos e conselheiros, consultando-os nas mais diferentes situações que envolvessem o Império, evitando a concentração de poderes²⁵⁵. Outro elemento substancial que vem neste esteio, é o respeito que o Imperador teria ante as prerrogativas do Senado, especialmente com aquelas de caráter judicial, como julgamentos e pronunciamentos sobre a condenação de algum de seus pares²⁵⁶. Por fim, ressalte-se ainda como um dos preceitos de máxima importância deste ideal, a obediência as *tradições* e ao *mos maiorum*, dos quais, conjuntamente com o Senado, o Imperador haveria de ser guardião²⁵⁷. Dentro da historiografia de que então falamos, tal perspectiva converteu-se numa espécie de *régua moral* a partir da qual os supracitados historiadores julgaram o governo de certos Príncipes. Analisemos agora, como isso se aplicou no caso de Nero.

pública. Sobre seu *cursus honorum* têm-se apenas duas datas certas com relação aos cargos que ocupou: em 214, quando sabemos que exerceu o posto de *amicus* na corte de Caracala, na Nicomédia, e em 229, quando é cônsul pela segunda vez, junto com o Imperador Alexandre Severo. É sabido, porém, que ocupou outras atribuições políticas antes disso, como *curator*, cônsul suplente, pretor, além de outros cargos administrativos em África, Dalmácia e Panônia Superior. No que se refere ao posto de Senador, em específico, pode-se inferir que tenha chegado a ele por volta do ano 192 EC, momento a partir do qual, na sua *História Romana*, ele passa a se dirigir ao Senado como “nós”. (ESTEVEZ, Anderson Martins. *Dion Cássio: um Historiador no Reino de Ferro*. In: SEBASTIANI, B.B; JÚNIOR, F.R; COSTA E SILVA, B.da. *Problemas de Historiografia Helenística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p.196-197).

²⁵⁵ FAVERSANI, Fábio. *Estado e governo em Sêneca*. In: ARAÚJO, S.R.R.de; ROSA, C.B.da; JOLY, F.D. (Orgs.). *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2010, p.70.

²⁵⁶ FAVERSANI, 2010, p.70.

²⁵⁷ COLLARES, Marco Antonio Correa. *O Senado romano diante do poder Augustal: funções, prerrogativas e organização*. PHOÏNIX. [S.L], v.16, n.1, 2020, p.79.

A primeira frente na qual podemos encontrar ecos desse ideal, é nas companhias que circundam o Príncipe em sua corte e na influência que exercem sobre ele em determinados momentos de seu Principado. Com efeito, nas três fontes que mencionamos, em maior ou menor grau, conseguimos ver um Nero pouco autônomo e consideravelmente dependente da orientação de terceiros. Essas companhias, por sua vez, são usadas como um dos meios de avaliar o governo dele: Nero será considerado um bom príncipe, na medida em que sofre influência de indivíduos bem quistos pelo Senado, ao passo que será desqualificado, quando estas companhias estiverem distantes desta instituição e daquilo que ela enxerga como adequado para a sociedade²⁵⁸.

Começamos examinando o primeiro caso, ou seja, aqueles nos quais Nero se deixa levar pela ingerência de homens da elite senatorial, como seu tutor, Sêneca e o então prefeito da guarda pretoriana, Afrânio Burro. Nos *Anais* de Tácito, os dois aparecem como instâncias moderadoras de Nero, que, tendo como que uma propensão natural a tirania, só não a exerceu já de pronto em função do controle exercido pelos dois, situados como *exemplas* de virtude.

Os assassinios seriam cada vez mais frequentes se Afrânio Burro e Aneu Sêneca os não tivessem coibido. Ambos diretores do jovem imperador e ambos amigos, coisa muito rara entre os validos de palácio, tinham um igual merecimento, fundado em virtudes diferentes. Burro fazia-se respeitar pelos seus talentos militares e austeridade de costumes; Sêneca, pela arte de ensinar a eloquência e pelas graças e honesta amenidade de carácter (...)²⁵⁹

Tamanha relevância adquirem estas figuras, que as ações políticas do Príncipe tidas como positivas, não raro serão colocados exclusivamente na conta delas. Vemos isto em Tácito, quando ele menciona o discurso de Nero ao Senado na ascensão deste a condição de Príncipe. Neste discurso, estão presentes boa parte dos elementos que constituem o ideal senatorial, como o respeito ao *mos maiorum*, o comprometimento de Nero de respeitar as prerrogativas dos senadores, a promessa de acabar com as intrigas e venalidades palacianas e a afirmação de que os interesses republicanos seriam independentes dos negócios de sua casa²⁶⁰. Apesar da retidão do discurso, o novo Príncipe é colocado nos *Anais* como mero leitor dele, já que a responsabilidade pelo conteúdo recai sob a pena de Sêneca. Coloca-se, desse modo, um ar de suspeita sob o Príncipe, como se ele, por si só, fosse incapaz de sustentar tais posições. Já Dião

²⁵⁸ JOLY, Fábio Duarte. *Hierarquia, status e poder nos Anais, de Tácito: uma leitura dos livros neronianos*. In: ARAÚJO, S.R.R.de; ROSA, C.B.da; JOLY, F.D. (Orgs.. *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2010, p.129.

²⁵⁹ TÁCITO, *Anais*, XIII, 2.

²⁶⁰ TÁCITO, *Anais*, XIII, 3, 4.

Cássio, na *História Romana*, além de referendar este episódio do discurso senatorial²⁶¹, tomará um rumo ainda mais extremo, colocando todas as boas ações do governo neroniano como sendo obra de Sêneca e Burro, que teriam dado cabo delas enquanto o Príncipe aproveitava licenciosamente a sua juventude²⁶².

Por outro lado, conforme os eventos tidos como “negativos” do Principado neroniano vão sendo apresentados, estes indivíduos e até mesmo o próprio Senado passam a ser alvos de responsabilização e crítica por parte destes historiadores, seja pela adulação e complacência com um Príncipe já indigno, seja pela atuação direta que exerceram em algum dos vícios de Nero. Em Tácito, observamos essa crítica explicitamente na passagem em que são relatados o assassinato de Agripina, mãe de Nero, a mando de seu próprio filho, que a acusou de conspiração contra o seu governo²⁶³. Sêneca, nesta situação, foi censurado pelo autor romano por ter escrito e lido o discurso que justificava o matricídio, enquanto a maioria do Senado recebeu comentários depreciativos por aceitar a justificativa, e, não obstante isso, estabelecer festividades e honrarias aos deuses em favor da vida de Nero, e medidas em desfavor da memória de Agripina.

Assim já nada admirava em Nero, cujas atrocidades eram superiores a qualquer mau conceito que dele se pudesse formar: porém o que muito se estranhava era que Sêneca tivesse ousado fazer por escrito uma semelhante confissão. Contudo, pela notável baixa dos principais senadores, se decretou o darem-se ações de graças em todos os templos, que as festas de Minerva, tempo em que se fingia ter-se descoberto a conspiração, fossem celebradas com espetáculos e jogos anuais; que no senado se dedicasse uma estátua de ouro a esta deusa e a seu lado se pusesse a do príncipe e que o dia natalício de Agripina se contasse para o futuro em o número dos dias infelizes²⁶⁴.

Suetônio, por seu turno, culpabilizará, em alguma medida, a educação que foi ofertada por Sêneca ao jovem Nero quando este ainda não havia sido alçado à Príncipe, e que se refletiria em comportamentos não tão bons futuramente. Nestes termos, ele critica o filósofo por supostamente não ter apresentado a arte dos antigos oradores a Nero, visando concentrar inteiramente sobre si a admiração do pupilo²⁶⁵. O efeito imediato disto foi a ausência daquele

²⁶¹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 3.

²⁶² DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 4.

²⁶³ Agripina, como veremos adiante, pelo poder e influência que teve em sua época, e, mais especificamente, no Principado de Nero, será colocada quase sempre como uma influência negativa pelos autores que ora analisamos. No entanto, há que se ter em conta que um episódio de matricídio afrontava diretamente princípios do *mos maiorum*, como as virtudes da *pietas* e *clementia*, razão pela qual terá sido duramente criticado e colocado como um dos grandes exemplos da crueldade de Nero.

²⁶⁴ TÁCITO, *Anais*, XIV, 11, 12.

²⁶⁵ SUETÔNIO, *Vida dos doze Césares*, 2012, p.231.

que era considerado um dos grandes elementos formativos para o exercício da política (a arte da *retórica*) na formação de Nero, e a consequente aproximação deste com outras artes que tinham pouca valia no campo político ou que até podiam atrapalhar o desempenho destas funções, como a música, o teatro e a poesia²⁶⁶.

Dião Cássio, em outra via, listará as contradições entre Sêneca e sua filosofia, desde quando este, tendo lançado condenações à tirania em seus escritos, optou por no plano concreto, “transformar-se no tutor de um tirano”²⁶⁷. Adiante, o historiador ainda classificará Sêneca como alguém que, em um determinado ponto, abandonou as virtudes e se entregou aos vícios, sendo um dos mais notórios, a prática da pederastia, no qual teria se envolvido com rapazes adolescentes e ensinado estas mesmas práticas a Nero²⁶⁸. O filósofo é enquadrado dessa forma, como alguém que estimulou o Príncipe a desenvolver a lascívia. Já no que diz respeito a instituição senatorial, Dião Cássio repete a mesma crítica feita por Tácito a subserviência de alguns senadores ante atitudes controversas do Príncipe, como o já referido assassinato de Agripina²⁶⁹.

Visualizamos desse modo, em Tácito, Suetônio e Dião Cássio, um *corpus* de influências positivas que se concentra basicamente em homens da elite senatorial, sendo os mais destacados, sobretudo em função da proximidade com Nero, Sêneca e Burro. Este *corpus* senatorial é colocado numa posição de *ambiguidade* em suas obras, no qual serão tidos em alta conta conforme o grau de influência e decisão que conseguirem exercer sobre a *persona* de Nero. No entanto, conforme os papéis se invertem e Nero passa a agir ou com alguma autonomia, ou contrariamente ao interesse dos Senadores, recebendo, ainda assim, o aval de algum destes, suas avaliações também se alteram, sendo considerados fracos e subservientes, quando não responsáveis pelas atitudes malfazejas do Príncipe.

Tal ambiguidade não se fará presente no rol de um segundo grupo identificado pelas fontes, cuja presença no entorno de Nero é majoritariamente negativa e só faz decrescer o seu caráter. Dentro deste agrupamento, dois tipos se evidenciam com maior recorrência: as *mulheres* e os *libertos*. Longe de ser algo ocasional, a crítica imputada a nomes desses setores possui razões muito específicas. A principal delas, concerne à mudança de *status* que esses

²⁶⁶ BELCHIOR, 2016, p.135.

²⁶⁷ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 10.

²⁶⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 10.

²⁶⁹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 15.

grupos tiveram na sociedade romana nos Principados de Cláudio e Nero²⁷⁰. Para compreendermos essa mudança, precisamos olhar em retrospecto o lugar comum que mulheres e libertos ocupavam tradicionalmente nesta mesma sociedade. Começemos pelas mulheres, que, em se tratando de uma sociedade eminentemente patriarcal, tinham, por esse motivo, um espaço restrito de atuação, com papéis limitados no mais das vezes ao lar, ao casamento e a algumas funções religiosas, sem quaisquer possibilidades de participação na vida pública, em cargos políticos ou militares²⁷¹. Já os libertos, eram igualmente desfavorecidos, de modo que, ainda que tivessem conseguido a manumissão, persistia sobre eles o estigma da escravidão, o qual era reforçado pelos laços de clientela que ainda continuavam a ter com o patrono, seu antigo proprietário²⁷². Ocorre que nos já citados governos de Cláudio e Nero, podemos perceber uma alteração dessa ordem, com mulheres e libertos circulando livremente pela corte imperial, e, mais do que isso, ocupando posições de poder e relevância nos jogos palacianos. Uma tal subversão da pirâmide social representava um acinte aos valores senatoriais, que viam nisso algo degradante. Daí a razão pelas quais personagens pertencentes a tais classes serão tão desqualificados, e daí a razão pela qual Nero será adjetivado negativamente quando estabelece relações ou se deixa guiar por eles²⁷³.

Vejamos alguns casos nos quais estas retratações se manifestam, iniciando pelas mulheres. Duas das mais destacadas nesses relatos historiográficos, serão a própria mãe de Nero, Agripina e sua segunda esposa, Popeia Sabina²⁷⁴. A primeira aparecerá descrita sempre como uma mulher impetuosa, ambiciosa e ávida por poder, praticando toda a sorte de manobras para conservá-lo. Os autores enfatizam os crimes que ela teria cometido para que Nero fosse elevado ao trono do Principado²⁷⁵ e a influência que ela manteve sobre ele em seus primeiros anos de governança. A presença feminina no centro das decisões, dessa forma, será causa suficiente para que se joguem ares de desconfiança²⁷⁶ sob o governo do jovem Príncipe, bem

²⁷⁰ JOLY, 2010, p.108.

²⁷¹ ULPIANO, *Digesta*, 50,17.

²⁷² JOLY, 2010, p.115.

²⁷³ JOLY, 2010, p.129.

²⁷⁴ De acordo com os escritos de Tácito, Popeia Sabina era uma mulher da aristocracia romana, sendo os seus antepassados de uma ilustre família consular. Antes do casamento com Nero, teve como maridos Rúfio Crispino, que fora comandante da guarda pretoriana no Principado de Cláudio até o ano 51 EC, e Marco Sálvio Otão, amigo de Nero e futuro imperador (por um brevíssimo período) quando da queda deste, em 68 EC.

²⁷⁵ Dentre estes, podemos citar o assassinato do marido e então Príncipe, Cláudio e o do Procônsul da Ásia, Júnio Silano, entendida por ela como uma possível ameaça a permanência do filho no posto máximo do Império. (TÁCITO, *Anais*, XIII, 1)

²⁷⁶ Um dos momentos em que isso fica marcado no relato taciteano, se dá quando o historiador narra, logo no início do livro XIII, a invasão da Armênia pelos Partos e a suposta desconfiança que muitos romanos tiveram

como classificações que o situam, direta ou indiretamente, como alguém fraco e débil²⁷⁷. Já a segunda que aqui trouxemos, Popeia Sabina, será encarada como uma “mulher fatal”, que através de seus ardis, caprichos e encantos, leva Nero a cometer os mais variados tipos de vícios, da luxúria a crueldade²⁷⁸. Ao fim e ao cabo, sua presença no séquito neroniano “contamina” o Príncipe, levando-o a desrespeitar os sólidos costumes romanos.

Se a presença de mulheres em posições influentes ao redor de Nero compromete o Império e a moral do seu condutor, a presença de libertos em condições e postos de relevância serão tematizados como se colocassem o Príncipe em um estado de subalternidade, invertendo-se, portanto, a ordem clássica dos papéis, que seria a do liberto em condição de submissão, e não o contrário. Suetônio ilustra essa percepção quando traz à baila na biografia de Nero, um episódio no qual este último cogitou desposar uma liberta chamada Acte²⁷⁹, tendo tentado ainda, acrescentar-lhe a honraria de uma linhagem real, no que subornou alguns personagens consulares para que confirmassem tal genealogia. Honraria esta, tida como desmedida em relação a um liberto, já que a sociedade romana, embora consentisse o casamento de patronos com libertos, considerava o escravo, livre ou não, um estrangeiro/desenraizado, que perdera suas ligações familiares e comunitárias. Ofertar uma genealogia a um destes, ainda mais de caráter real, seria uma forma de tentar suplantar essa condição e elevar o *status* dele no âmbito social²⁸⁰. Tácito, em outra frente, assinala o agradecimento feito por Nero ao liberto Aniceto, responsável direto pela morte de Agripina, quando este vai lhe reportar a consumação do crime. Na ocasião, Nero diz que só naquele momento ganhava a liberdade e que essa lhe era concedida por um liberto²⁸¹. Marca-se com isso, uma discrepância no plano das relações clientelares²⁸²,

sobre como seria a conduta do Príncipe ante tal conflito, haja visto que “nada se podia esperar de um Príncipe com dezessete anos e que era governado por uma mulher” (TÁCITO, *Anais*, XIII, 6).

²⁷⁷ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 3.

²⁷⁸ Dentre as atitudes indecorosas de Popeia Sabina, Tácito menciona o envolvimento amoroso dela com Nero quando ela ainda se encontrava casada com seu segundo marido, Otão e o Príncipe com sua primeira esposa, Otávia (*Anais*, XIII, 46). Recaem sobre ela também, a acusação de adultério que lançara contra Otávia, levando Nero a se divorciar dela e relegá-la para a Campânia (*Anais*, XIV, 60) e a posterior acusação lançada contra esta mesma mulher de sedição, quando o povo, num ímpeto de revolta contra o fim do primeiro casamento do Príncipe, correu ao Capitólio destruir as estátuas da nova esposa (*Anais*, XIV, 61). Na ocasião, Popeia teria estimulado Nero a puni-la com um castigo exemplar, no que o Príncipe a atendeu, punindo Otávia inicialmente com a deportação para a ilha Pandatária (*Anais*, XIV, 63), e, sequencialmente, com a pena capital (*Anais*, XIV, 64). Dião Cássio, por seu turno, na *História Romana*, reforçará o já aludido envolvimento de Popeia com Nero em condição de adultério (*História Romana*, LXI, 11), além de imputar sobre ela, o estímulo para que o Príncipe se livrasse de Agripina (*História Romana*, LXI, 12) e os gastos desmesurados que teria com luxos e artifícios de beleza (*História Romana*, LXII, 28).

²⁷⁹ SUETÔNIO, *Vida dos doze Césares*, 2012, p.215.

²⁸⁰ JOLY, 2010, p.115-116.

²⁸¹ TÁCITO, *Anais*, XIV, 7.

²⁸² JOLY, 2010, p.122.

com o Príncipe, máximo portador de benefícios/favores, agradecendo a um ex escravo pela concessão de um dos maiores benefícios que se poderia dar a alguém, a saber, o da liberdade. Igualmente ultrajantes, serão consideradas a oferta de ofícios militares e políticos a esta classe. O historiador dos *Anais* ressalta a situação de constrangimento a que o exército romano foi submetido ante a alguns inimigos, quando o liberto Políclito foi enviado por Nero no ano 61 EC para exercer atividades militares em posição de comando nas províncias da Britania, Itália e Gália²⁸³. Já Dião Cássio, no espectro político, critica Nero quando este, ao viajar para uma festividade artística, deixa interinamente no comando do Império, um liberto de nome Helio, com todas as prerrogativas legais que lhe pertenciam e que poderiam ser utilizadas por ele enquanto estivesse fora²⁸⁴. O autor, em tom hostil, ironiza o acontecimento dizendo que quem se tornou escravo nestas circunstâncias, em verdade, foi o povo romano²⁸⁵.

Mas, se até aqui a ótica prevalecente de influências negativas a Nero se deu com categorias marginalizadas da sociedade romana, também na seara da política tradicional conseguimos encontrar presenças consideradas danosas ao Príncipe. Dentro desta, o nome mais recorrente é o de Ofônio Tigelino. Pertencente a ordem equestre, Tigelino entra em cena nos textos relativos a Nero depois da morte de Afrânio Burro, no ano 62 EC, assumindo os trabalhos que este ocupava, de prefeito do Pretório e comandante da guarda pretoriana. Suas descrições, concentram-se em afirmá-lo como uma *antítese dos ideais senatoriais*, encarnados nas fontes, como já visto, por Sêneca e Burro. Tácito demarca esta antítese ao comentar a mudança de ares que o Império sofreu quando da entrada de Tigelino nos círculos imperiais.

A morte de Burro diminuiu o valimento de Sêneca, e o partido da virtude²⁸⁶ deixou de ter a mesma autoridade, faltando-lhe já um dos seus primeiros apoios e inclinando-se Nero, cada vez mais, para os homens perversos²⁸⁷.

Dessa alternância fundamental, depreende-se um Nero que aos poucos vai trocando as vestes de um Príncipe de valores republicanos para as de um Príncipe centralizador de poder²⁸⁸. Troca esta, que muito se deverá ao estímulo do novo chefe da guarda pretoriana, cujo vício mais aludido e no qual conduz similarmente Nero, é o da *crueldade*. O referido vício,

²⁸³ TÁCITO, *Anais*, XIV, 39.

²⁸⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXIII, 12.

²⁸⁵ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXIII, 12.

²⁸⁶ Grifo nosso.

²⁸⁷ TÁCITO, *Anais*, XIV, 52.

²⁸⁸ BELCHIOR & FAVERSANI. *O papel da clemência senequiana na narrativa dos Annales de Publius Cornelius Tacitus*. **Revista Archai**. Brasília: n. 03, 2009, p.151.

outrossim, refletir-se-á no retorno das intrigas e rivalidades a casa imperial, que terão por alvo, personagens importantes da elite senatorial, colocados agora, sob a constante suspeita de quererem destronar o Príncipe e usurpar seu poder²⁸⁹. Dião Cássio enumerará em sua obra as consequências desse embate, relatando confisco de bens e propriedades, desterros, e execuções de personalidades notáveis²⁹⁰. Esse enfrentamento acirrado com o Senado a partir da influência de Tigelino, citado pelas fontes, marca uma guinada no governo de Nero e de como ele é desenhado: se até então, com as presenças anteriores, ele estava sendo enxergado como um mau Príncipe, com o prefeito da guarda pretoriana ao seu lado ele já é inserido dentro dos moldes de um tirano.

Este mesmo padrão de análise que perpassa as personalidades que circundam Nero, repete-se na avaliação das ações desempenhadas por ele ao longo de seu Principado, ganhando respaldo positivo quando se aproximam do ideal senatorial e conotações negativas quando se afastam deste²⁹¹. Neste sentido, numa primeira instância, ele será tido como um bom Príncipe quando expõe respeito aos costumes e tradições dos romanos. Tácito, nos *Anais*, tematiza fortemente a dignidade do Príncipe ao se deixar guiar por estes na seguinte passagem:

No mesmo ano, o César pediu ao senado que se levantasse uma estátua a seu pai, Gneu Domício, que se concedessem as insígnias consulares a Ascônio Labeão, que havia sido seu tutor, e proibiu que à sua pessoa se erigissem estátuas maciças de ouro ou de prata, como alguns lhe ofereciam. Apesar de que os padres também houvessem concordado em que o ano principiasse em dezembro, por ser o mês em que nascera Nero, não consentiu ele que se alterasse o antigo costume das Calendas de Janeiro²⁹².

O Príncipe sobreleva-se nesta ocorrência, como um homem de princípios austeros, que coloca o Império à frente de si mesmo ao promover um devotamento ao *mos maiorum*, o qual transparece no culto aos ancestrais, na honraria concedida a um homem nobre que lhe educou e na recusa de ostentações e elevações pessoais. Representação parecida, se dá na biografia de Nero escrita por Suetônio, na qual o autor traz à tona deliberações do Príncipe em que a coisa pública, a coletividade e a virtude figuram em primeiro lugar. São circunscritas nessa listagem,

²⁸⁹ Na lista de personalidades citadas por Tácito colocadas sob suspeita por parte de Tigelino, podemos citar, a título de ilustração, o próprio Sêneca (*Anais*, XIV, 52), os nobres romanos Rubelio Plauto e Fausto Cornélio Sula (*Anais*, XIV, 57), bem como o célebre autor de *Satíricon*, Petrônio (*Anais*, XVI, 18).

²⁹⁰ DIÃO CÁSSIO, LXIII, 11.

²⁹¹ Dos três historiadores que até então viemos analisando, apenas Dião Cássio mantém um tom de hostilidade permanente com relação ao Principado neroniano, referindo-se a este como um período marcado unicamente por acontecimentos negativos (os únicos momentos positivos, como já explicitado anteriormente no texto, serão colocados sob a guarida de Sêneca e Burro).

²⁹² TÁCITO, *Anais*, XIII, 10.

as ações tomadas pelo Príncipe para diminuir os impostos mais pesados, a redução do prêmio concedido a delatores pela lei Pápia, a distribuição de uma espécie de pensão a nobres senadores que não possuíam fortuna e a oferta gratuita de uma ração anual de trigo às cortes pretorianas.²⁹³

A deferência com o Senado e seus membros é outro ponto que dispõe Nero numa condição benfazeja, com o Príncipe sendo localizado positivamente nos textos quando age em consonância com ele (consultando-o e levando em consideração suas decisões) ou quando lhe confere algum benefício/distinção. Assim o é quando indica para a chefia de um conflito na Armênia, um general benquisto pelo Senado, denominado Domício Corbulão²⁹⁴; ao demonstrar benignidade com um senador e um cavaleiro que vinham sofrendo acusações²⁹⁵, ao solicitar um parecer sobre uma investida de guerra ou paz contra os Partos²⁹⁶ e até mesmo, quando ordena a aplicação de suplícios a partícipes de uma seita exótica que começava a se manifestar no Império²⁹⁷, cujos membros se denominavam “cristãos” e afrontavam as consolidadas tradições romanas²⁹⁸.

Basta, no entanto, que o Príncipe ouse transpor limites e propor novidades que de algum modo se contraponham a visão da elite senatorial, para que suas ações tornem a ser colocadas em tipificações negativas novamente. Isso se faz especialmente notável em Tácito, Suetônio e Dião Cássio, nos excertos em que abordam o gosto de Nero com divertimentos populares e seu entusiasmo pelas artes da poesia, da música e do teatro. Há um vasto número de passagens nas quais a crítica referente a estas propensões do Príncipe aparecem, mas, de um modo geral, todas

²⁹³ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.206.

²⁹⁴ TÁCITO, *Anais*, XIII, 8.

²⁹⁵ TÁCITO, *Anais*, XIII, 10.

²⁹⁶ TÁCITO, *Anais*, XV, 25.

²⁹⁷ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p. 209.

²⁹⁸ Embora seja sempre colocado como um dos atos de tirania de Nero, há que se esclarecer que a perseguição aos cristãos compreendida como algo negativo se firmou tardiamente (mais especificamente, na consolidação do cristianismo como religião institucionalizada). Neste momento do Império que ora tematizamos, e em outros subsequentes, tal perseguição foi vista como correta e legítima. Para entendermos as razões disso, precisamos ter em conta que a relação que os romanos nutriam com suas próprias divindades, vinculava profundamente estas últimas ao Império, e, por conseguinte, aos seus sucessos e fracassos. Da boa relação com os deuses, dependia o bom desempenho das tropas em uma batalha ou a fartura de uma colheita, por exemplo. Nestes termos, um sacrilégio que fosse cometido com alguma dessas divindades poderia pôr tudo a perder. Dessa forma, um romano que se recusasse a prestar culto ou participar dos rituais concernentes a um determinado deus punha em perigo, não a si mesmo, mas sim, todo o Império e sua coletividade. Foi precisamente neste ponto que a perseguição aos cristãos foi justificada por mais de três séculos: para além das excentricidades dessa seita aos olhos dos romanos (como a crença em um deus único em detrimento de todos os outros), os cristãos se recusavam a participar destas cerimônias honoríficas dos romanos, deixando assim, Roma sujeita as represálias divinas. (MAIA, Alaércio Bremmer. *Marco Aurélio e o Estoicismo na construção de um Império moral*. Monografia (Licenciatura em Filosofia) - Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2020, p.31-32.)

caminham para um mesmo rumo: o personalismo a que tais atitudes conduzem Nero (levando-o a colocar o Império em segundo plano) e o descompromisso com as coisas tidas como realmente sérias e dignas de enfoque. Suetônio traduz esse ponto de vista com maestria neste fragmento da biografia de Nero, no qual contou o retorno deste de uma viagem feita ao exterior em que fora participar de um concurso artístico:

De volta da Grécia, entrou em Nápoles, onde estreara como artista, num carro tirado por cavalos brancos, passando por uma brecha aberta na muralha, segundo o uso dos vencedores nos jogos sagrados. A mesmíssima coisa fez em Âncio, mais tarde em Alba, finalmente em Roma; aqui, porém, entrou no carro que servira outrora aos triunfos de Augusto, vestido dum manto de púrpura, com uma clâmide respingada de estrelas de ouro, à testa a coroa olímpica e a pítica na mão direita, enquanto as outras coroas eram carregadas pomposamente diante dele, com inscrições que indicavam o lugar, o nome dos seus concorrentes, o assunto dos cânticos e das peças em que saíra vencedor. Claquistas seguiam o carro, como nas ovações, aos gritos de que eram eles os augustanos e os soldados do seu triunfo²⁹⁹.

Nesta imagem reproduzida acima pelo autor, percebemos todas as marcas de um *triumfo*, cerimônia romana utilizada desde os tempos republicanos para a celebração de conquistas e vitórias militares³⁰⁰. Destarte, Suetônio se utiliza dessa imagem para parodiar o Principado de Nero, apresentando uma inversão do que era configurado como normal³⁰¹: ao invés de o Príncipe chegar a Roma trazendo a subjugação de um inimigo ou uma conquista territorial depois de uma batalha, coisas valorosas para o Império, ele traz neste cerimonial tão importante, prêmios e louros advindos de um concurso artístico, algo que só diz respeito a sua individualidade e que nada acrescentava ao Império. O historiador Paul Veyne, no livro *Sêneca e o estoicismo*, explicita a problemática envolta neste modo de agir de Nero:

Ele (Nero) não almeja sacralizar seu poder, e sim, impor como públicos os traços de sua individualidade, que eram os mais alheios à esfera política e às relações de poder. Deu-se então uma inversão de tudo o que era reputado sério na vida; Nero não tinha gosto senão para os prazeres e as artes. Ora, um governante decerto pode cultivar a eloquência ou a filosofia, que dizem a verdade e se dirigem a todos, mas não pode ser artista, pois a arte é um prazer individual³⁰².

Este “prazer individual” de que nos fala Veyne, até possuía apelo entre a plebe romana, que se identificava com os múltiplos espetáculos promovidos pelo Príncipe e gostava de vê-lo performar nos palcos, mas em compensação, gerava um descontentamento profundo entre os

²⁹⁹ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.213.

³⁰⁰ JOLY, 2010, p.126.

³⁰¹ BELCHIOR, 2016, p.29-30.

³⁰² VEYNE, 2016, p.37-38.

homens do círculo senatorial, que só conseguiam ver naquilo tudo, as demonstrações de um histrião e uma negligência com assuntos de maior valia à vida do Império.

A negligência com questões relacionadas ao bem comum, serão exteriorizadas, da mesma forma, com críticas voltadas aos gastos dispendidos por Nero em obras públicas e afins. Com efeito, Tácito, Suetônio e Dião Cássio não hesitarão em construir o perfil de um Príncipe oneroso, sem qualquer compromisso com o fisco imperial e cego para com as consequências que uma gastança desmesurada acarretaria ao tesouro do Império. Suetônio resumiu esse traço de caráter assinalando que ele (Nero) “achava que as riquezas e o dinheiro só serviam para serem gastos³⁰³”. Esta visão de mundo equivocada do Príncipe, não tardará a ser vinculada a outros vícios que dela serão decorrentes, como a *crueledade* e o *sacrilégio*. A equação para se entender tal vínculo é simples: como o Príncipe não possuía dinheiro suficiente para dar conta de tantos projetos e luxos, ele se verá obrigado a recorrer a métodos controversos para suprir as deficiências financeiras. Neste caminho, serão elencados atos como criação de novos impostos³⁰⁴, suspensão de pagamentos a soldados³⁰⁵, reversão para o tesouro imperial de testamentos daqueles que houvessem “se mostrado ingratos com o Príncipe”³⁰⁶, confisco de bens e propriedades de cidadãos romanos³⁰⁷, e até mesmo, roubo de oferendas e estátuas de ouro pertencentes a templos das divindades³⁰⁸.

Mas o ápice da associação entre um Príncipe dispendioso e ações torpes e cruéis, se deu possivelmente nos relatos daquele episódio pelo qual Nero é costumeiramente lembrado até os dias de hoje: o incêndio de Roma. Ocorrido no ano 64 EC., este incêndio consumiu boa parte das casas, edifícios e templos da capital do Império. Para que se tenha uma dimensão da devastação, Tácito narra que dos quatorze bairros que Roma possuía, somente quatro tiveram a sorte de se conservar inteiros³⁰⁹. Foi também o historiador dos *Anais* quem primeiro lançou as sombras de suspeita entre a autoria do incêndio com Nero³¹⁰. Para fundamentar tais

³⁰³ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.215.

³⁰⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 6.

³⁰⁵ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.217.

³⁰⁶ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.217.

³⁰⁷ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXI, 6.

³⁰⁸ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.217-218

³⁰⁹ TÁCITO, *Anais*, XV, 40.

³¹⁰ Ainda que lance suspeita sobre o envolvimento de Nero com o incêndio de Roma, o tom de Tácito com relação a esse episódio é de dubiedade. Ele destaca que na ocasião do incêndio, Nero se encontrava fora de Roma, mais especificamente, na cidade de Âncio (*Anais*, XV, 39). O autor não se furta de destacar também, a ajuda dada pelo Imperador nas mais diferentes frentes aos atingidos pelo incêndio, com ênfase sobretudo nos mais humildes (*Anais*, XV, 39). Ademais, o episódio do Príncipe que tocava cítara e declamava poesia, tão enfatizadas

suspeitas, Tácito esquadrinha o perfil gastador e megalomaniaco do Príncipe, o qual supostamente aspirava promover uma grande reforma cidadina e trocar o nome da cidade de Roma pelo seu³¹¹. Para tanto, a saída encontrada foi a de colocar a cidade abaixo mediante uma tragédia que fosse capaz de justificar empreendimentos portentosos e gastos elevados. Suetônio e Dião Cássio seguem na mesma trilha de Tácito, com o diferencial de que serão muito mais taxativos que este último. Consequentemente, o que se vê é uma descrição que tira o incêndio do campo da suspeita e reivindica categoricamente a autoria de Nero, com o acréscimo de detalhes sórdidos, como a clássica cena na qual o Príncipe, para além de assistir a destruição da qual fora mentor, tocava cítara e declamava poesia enquanto o fogo varria a cidade por todos os lados³¹².

A *imprudência e inclemência* do Príncipe repercutida nos acontecimentos acima, mostrar-se-á igualmente explorada pelos autores no campo das execuções e penalidades impostos a terceiros. Neste cenário, Nero é pintado como um perseguidor implacável, aplicando os mais duros castigos àqueles que lhe deixassem insatisfeito de alguma forma ou representassem uma ameaça à sua permanência no poder. Correm pela página das supracitadas obras, sangue de personalidades eminentes que vão desde o círculo familiar, como nos casos de sua mãe Agripina e seu meio irmão Britânico³¹³, até os mais exímios homens do Senado romano, do qual Sêneca, seu também tutor e conselheiro, foi um dos exemplares mais ilustrativos. Estas punições, não obstante, são tanto mais amplificadas e realçadas com delineamentos atrozes, quanto mais envolvem os personagens senatoriais. Como exemplo, vejamos a descrição que Suetônio fez das reprimendas aplicadas pelo Príncipe aos envolvidos na *Conspiração de Pisão* - conjuração planejada pelo senador Caio Calpúrnio Pisão no ano 65 EC com vistas a destituir Nero do poder:

Um cometa – astro este que passa vulgarmente como anunciador da morte aos soberanos – aparecera durante muitas noites seguidas. Impressionado com o fenômeno, ao saber, conforme lhe ensinara o astrólogo Babilo, que os reis tinham por costume conjurar tais desgraças com um assassinio estrepitoso, descarregando-as, assim, sobre a cabeça dos nobres, resolveu dar cabo dos cidadãos mais aristocratas. Fê-lo com tanto mais boa vontade e com a aparência dum motivo legítimo quanto duas conjurações haviam sido descobertas nesse tempo. A primeira e a mais

posteriormente por Suetônio e Dião Cássio, foi colocada pelo historiador dos *Anais* na categoria do boato (*Anais*, XV, 39).

³¹¹ TÁCITO, *Anais*, XV, 40.

³¹² SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.223/DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXII, 18.

³¹³ Britânico, por ser o filho legítimo do Imperador Cláudio e já no ano 55 EC ter atingido a idade emancipatória, tornou-se um concorrente direto de Nero ao trono do Império. Assomado a estes fatores, recaía ainda a suspeita de que Agripina, mediante a perda de influência que vinha adquirindo na corte imperial, tivesse intenções de destroná-lo e colocar Britânico em seu lugar. Este conjunto de elementos, teria assustado o Príncipe, que ordenou então, que se matasse Britânico com aplicação de peçonha em um jantar. (TÁCITO, *Anais*, 14, 15, 16)

importante fora a urdida por Pisão, em Benevento. Os conjurados advogaram a sua própria causa carregados de tríplices cadeias. Alguns confessaram espontaneamente o seu crime. Outros acusaram a Nero, asseverando que não podiam furtá-lo a todas as torpezas de que estava contaminado senão pela morte. Até os filhos dos condenados, expulsos da cidade, sucumbiram ao veneno e à fome. É voz geral que muitos deles se viram eliminados duma só vez, quando comiam com seus pedagogos e seus escravos. Os demais foram impedidos de procurar a alimentação cotidiana. Daí por diante matou sem escolha nem medida, sob qualquer pretexto, quantos lhe dava na gana³¹⁴.

Este trecho nos coloca diante de algumas constatações interessantes que possibilitam vislumbrar o constructo do perfil tirânico de Nero. O primeiro aspecto que merece destaque é a alocação de uma predisposição quase que inata no Príncipe para a crueldade. Nero parece ser alguém que mata propositadamente. Um presságio vindo dos céus que demonstra uma ameaça ou conspirações descobertas, são causas secundárias, usadas como legitimação para seus intentos assassinos e motivações para matar mais. Suas condenações, assim, ganham juízos maléficos, pois lhe falta o componente da justiça. O segundo detalhe digno de nota, é a classe à qual o ódio de Nero é direcionado: a aristocracia romana, que, no final das contas, era a classe que concentrava os homens do Senado. Possuindo aquela propensão natural para a crueldade, o Príncipe não suporta a única instituição capaz de fazer frente à sua tirania, razão pela qual, impõe as mais duras penalidades a seus membros. Dessa maneira, o Senado aparece retratado como um bastião da virtude. Seus crimes, como a idealização de conspirações para destronar o Príncipe, justificar-se-ão plenamente a partir desta ótica e a condenação dada a seus homens, será tida como exemplo de valor e honra. Importa notar ainda, a ausência total de clemência contida na descrição: Nero não apenas pune os integrantes diretos da conspiração, como estende a punição a seus descendentes, tal qual observa-se na parte final em que Suetônio relata o sofrimento infligido aos filhos dos partidários.

Marilena Vizentin, contudo, no livro *Imagens do poder em Sêneca: Estudo sobre o De Clementia*, sinaliza que há nas narrativas correspondentes as ações judiciais do Príncipe, como é de se supor, uma boa dose de exageros retóricos. Fazendo uma análise criteriosa das mesmas fontes históricas utilizadas por nós, objetivando encontrar quais teriam sido os chamados *bons anos de Nero*, a autora separa dois momentos: um no qual Nero estaria sob a tutela de Sêneca, que compreende os anos que vão de 54 EC a 62 EC (tidos como anos bons do Príncipe) e um outro no qual o filósofo já se encontrava mais distanciado do poder imperial, abarcando os anos que vão de 62 EC a 68 EC (tidos como anos de caráter tirânico). Mediante esta divisão e tendo

³¹⁴ SUETÔNIO, *Vidas dos doze Césares*, 2012, p.221.

por base a área jurídica do Principado neroniano, Vizentin procura saber se o Príncipe seguiu os conselhos estabelecidos por Sêneca no *Tratado sobre a Clemência* em seus primeiros anos de governo e se é possível estabelecer uma delimitação que divise “bons” e “maus” anos neronianos. A conclusão a que a autora chega é de que não é possível delimitar um recorte específico do tempo em que Nero teria agido sob a custódia da clemência senequiana, tendo em vista que nas duas divisões cronológicas que perscrutou, o que se verificou “é que em todos os momentos do governo neroniano as penas aplicadas revelam-se adequadas em relação aos crimes que apresentam³¹⁵”.

Detendo-se especificamente no segundo período (62 EC - 68 EC), classificado em muitos trabalhos historiográficos como sendo os maus anos de Nero (é neste que encontramos a já aludida conspiração de Pisão), Vizentin encontra punições coerentes com aquilo que os estatutos jurídicos da época previam para aqueles crimes relatados, e até atos de perdão e benefícios a sujeitos assumidamente culpados.

Fazendo um balanço desse último período (62-68), observa-se que, até a conspiração de Pisão em 65, a maioria das sentenças visava, nas palavras de Tácito, “à manutenção da ordem pública”, ou seja, eram decorrência da preservação imperial que Nero se impôs. O único caso delatado de abuso de poder (*Anais* XV, 20) foi punido com o exílio do acusado. Após 65, a maioria das mortes e suicídios, por sua vez, é decorrente da culpabilidade dos envolvidos, embora, ressalte-se, praticamente a metade dos conspiradores não tenha pago com sua vida, como já se fez notar. Certos indivíduos recebem, inclusive, benefícios por suas atitudes (como Antônio Natalis e Cervário Próculo, ao denunciarem os conspiradores em 65). Portanto, pode-se concluir que a justiça é administrada através do governo [de Nero] com um bom grau de integridade³¹⁶.

Poder-se-ia questionar ainda, a morte emblemática daquelas figuras do círculo familiar do Príncipe, como os já referidos casos de Agripina e Britânico, ocorridos no intercurso do primeiro período analisado pela autora (54 EC – 62 EC), também colocados nas obras como referenciais da crueldade de Nero. Como resposta a esse questionamento, Vizentin pontua que tais mortes poderiam ser justificadas, dentro do contexto imperial romano, como sendo necessárias, em última análise, à preservação do poder imperial por parte de Nero, encontrando-se igualmente fundamentação jurídica para estes atos³¹⁷.

Desse modo, se o Príncipe se mostrou relativamente moderado no que diz respeito as ações judiciais que lhe chegavam à mesa, agindo em conformidade com os preceitos jurídicos

³¹⁵ VIZENTIN, 2005, p.65.

³¹⁶ VIZENTIN, 2005, p.65.

³¹⁷ VIZENTIN, 2005, p.61.

de seu tempo, e demonstrando até benevolência com alguns acusados, persistem algumas indagações: por que o tracejado tirânico na descrição de tais ações? Por que a divisão quase constante entre uma fase benéfica e uma fase tirânica de Nero? A autora declara que essas descrições e divisões seguem um parâmetro: os chamados anos bons (54 EC a 62 EC) são os anos nos quais a política de Nero voltou-se mais para a forma tradicional e aristocrática de se governar, já os anos colocados como maus (62 EC a 68 EC), são aqueles nos quais o Príncipe faz uma inversão, privilegiando mais a plebe romana do que a aristocracia senatorial³¹⁸. É esta “perda de espaço” legada pelo Príncipe a elite romana que denota sua conversão em tirano, muito mais do que suas ações propriamente ditas. Daí que os eventos relativos à segunda fase sejam narrados como atrozidades, cruéis e desmedidos.

Notoriamente, por se tratar de uma historiografia que vinha imbuída de uma finalidade propedêutica, tendo, portanto, uma lição a transmitir a partir de eventos ocorridos em outras épocas, os relatos sobre o Principado de Nero não deixam de trazer, em alguma medida, as consequências que um mau agir acarretou sobre o Príncipe e o Império. Entre estes efeitos, um dos primeiros que observamos é a punição dos divinos. As atitudes desmesuradas do Príncipe ativam a ira dos deuses e suas revoltas recaem sobre a coletividade. Atentemos para o modo como Tácito menciona algumas tragédias epidemiológicas e naturais que atingiram o Império no ano 65 EC:

Os deuses assinalaram este ano, já por tantos crimes horroroso, com epidemias e tempestades. A Campânia foi devastada por um vento furioso que arruinou casas, árvores e searas. Este flagelo chegou até às portas de Roma, aonde ao mesmo tempo todas as classes de habitantes eram vítimas de um terrível contágio, sem que nos elementos houvesse alguma alteração conhecida. As casas estavam atacadas de mortos e nas ruas só se encontravam enterros³¹⁹.

A revolta percebida no panteão dos deuses não demorou a se fazer presente da mesma forma entre os humanos. São citadas neste escopo, rebeliões provincianas, como o levante ocorrido na Britânia no ano 61 EC³²⁰, em razão do confisco de bens e propriedades da sua população pelo governo de Nero³²¹; a Revolta de Vindex, no qual o então governador da Província da Gália, Caio Júlio Vindex, se rebelou contra a política fiscal do Príncipe³²²; e o

³¹⁸ VIZENTIN, 2005, p.65-66.

³¹⁹ TÁCITO, *Anais*, XVI, 13.

³²⁰ TÁCITO, *Anais*, XIV, 31.

³²¹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXII, 2.

³²² DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXIII, 22.

momento derradeiro de Nero, no qual o Senado abandonou completamente o apoio a sua pessoa, proclamando-o inimigo público³²³ e aclamando o governador da Hispânia Terraconensis, Sérvio Sulpício Galba, como Príncipe em seu lugar³²⁴. Com essa medida, Nero perdeu sistematicamente o apoio de outros entes do Império, como o exército e a guarda pretoriana. Seu fim, de acordo com as fontes, foi melancólico³²⁵: fugiu de Roma³²⁶ acompanhado de um liberto, Epafrodito, que o auxiliou a se suicidar quando da aproximação dos soldados romanos³²⁷. Sem ter deixado qualquer herdeiro, sua morte representou o ponto final da dinastia Júlio Claudiana nas páginas da história imperial romana³²⁸.

A partir deste breve balanço feito sobre o governo de Nero e das fontes que o narram, cabe fazer um retorno à pergunta que nos colocamos no início do capítulo: *Nero foi um tirano em sua época?* Uma resposta afirmativa para esta questão é difícil. Contribuem para esta dificuldade uma série de fatores, que vão desde a nossa percepção atual sobre coisas consideradas tirânicas/inescrupulosas, mas que não eram assim percebidas naquela época, passando por um fazer historiográfico igualmente distinto, eivado de elementos retóricos e ficcionais que se misturavam a fatos realmente acontecidos, e claro, a chegada de fontes completamente parciais para nossa análise, trazendo a visão de um grupo que foi assumidamente indisposto com o Príncipe no período que este governou. É neste último esteio que talvez resida um princípio de resposta para a nossa questão. *Nero foi um tirano?* Para os homens da elite senatorial, certamente sim. As motivações dessa percepção como pudemos perceber ao longo do texto, se devem ao fato de Nero ter provocado mudanças na estrutura do Império que afetavam frontalmente as concepções de um grupo político que, embora tivesse

³²³ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.229.

³²⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LXIII, 27.

³²⁵ O fim de Nero é representativo para percebermos a divisão de opiniões que havia com relação a sua figura já em sua época. Tácito em outra obra que escreveu, intitulada *Histórias*, descreve as reações da população quando da morte do Príncipe. Segundo o autor, a morte deste foi muito bem recebida pela Aristocracia e pela elite senatorial, ao passo que a plebe, os escravos e os frequentadores assíduos do teatro ficaram bastante consternados com ela. (TÁCITO, *Histórias*, I,4)

³²⁶ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.228-229.

³²⁷ SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, 2012, p.230.

³²⁸ Longe de trazer uma estabilidade imediata, a morte do último dos Júlio-Cláudios acirrou ainda mais os ânimos no Império, com o clima das guerras civis que tanto assombrou os romanos nos anos finais da República, retornando a Roma num embate que envolveu diferentes personalidades políticas que reivindicavam o trono vacante e que combatiam entre si em função dele. Foi assim que no espaço de um ano, o Império Romano viu quatro homens (Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano) sucederem-se como Príncipes, até que o último deles conseguisse firmar uma nova dinastia, que ficaria conhecida nas páginas da história como *dinastia Flavianiana*.

perdido muito de sua primazia com as mudanças instituídas por Augusto, ainda mantinha importância dentro deste novo ordenamento e requisitava seu quinhão de poder. Dessa forma, ao centralizar poder sobre si, ao propor novidades que confrontavam as tradições e a moral instituída, ao se acercar de pessoas/grupos malvistas pelos senadores e ao lançar punições severas contra estes, Nero retirava muito desse quinhão de poder restante e colocava o Senado em posição de descrédito. O resultado disso foi uma crise e desarmonia entre poderes que se aprofundou ao longo dos anos, atingindo seu clímax na revolta da instituição senatorial contra o Príncipe e consequente suicídio deste quando viu sua causa perdida. Para além do trágico fim, Nero ainda restaria condenado pela história que se viria a escrever dele, narrada justamente, por autores partidários das concepções e ideais políticos do Senado. Cristalizava-se assim, para as gerações vindouras, a imagem de um Príncipe a não ser seguido, um subvertedor da ordem, um *tirano*, em última instância.

CAPÍTULO 2: UM FILÓSOFO NO MEIO DO CONFLITO: A POSIÇÃO DE SÊNECA NO EMBATE ENTRE NERO E O SENADO.

“Mas tu te impuseste um enorme encargo. Ninguém fala mais do divino Augusto, nem dos primeiros tempos de Tibério César, nem, querendo imitar um modelo, procura outro além do teu: avalia-se o teu Principado por esta prova”.

(Sêneca, *Tratado sobre a Clemência*)

“Se eu fosse discutir cada uma separadamente, não poderia encontrar uma república que o homem sábio pudesse suportar, ou que pudesse suportar o homem sábio”.

(Sêneca, *Sobre o Ócio*)

As críticas referentes a Nero evocadas por Tácito, Suetônio e Dião Cássio no subcapítulo anterior, revelam em seu âmago, no final das contas, uma *querela* decorrente de contradições e transformações que começavam a manifestar-se com relação ao regime político do Principado, e que, de alguma forma, confrontavam os pilares sobre os quais ele havia sido originalmente fundado. Contradições e transformações que envolviam, sobretudo, os poderes outorgados aos dois principais agentes políticos deste regime: o *Senado* e o *Príncipe*.

Para entendermos essas alterações e o conflito que delas resultará, importa retomar brevemente aquilo que já exploramos detidamente no primeiro capítulo de nosso trabalho no que diz respeito às características desta nova forma de governar. Relembremos: Otávio Augusto instituiu um novo regime político, o *Principado*, como meio de fazer cessar as incontáveis guerras civis do fim da República, frutos de um domínio que se fazia cada vez mais amplo. Este novo regime político, como forma de instituir a paz e atender as demandas advindas dessa expansão, centralizou maiores poderes sobre a figura do Príncipe, que era tido como o “primeiro dos cidadãos” e o “primeiro entre seus pares no Senado”. O Principado, por seu turno, nasceu sem ardores revolucionários e jamais se assumiu como novo³²⁹. Otávio Augusto o definiu, pelo menos no aspecto formal, como uma *continuidade* ou *restauração da República*. Se tal era o caso, presumia-se que o Senado, instituição republicana por excelência, continuasse a manter algum grau de importância nesse ordenamento. Assim, se por um lado ele perdia alguns poderes que possuía no regime anterior, com o novo, ganhava outros que o mantinha igualmente ativo e relevante no seio da vida pública. O mesmo ocorreu com outros atores políticos da República, que foram alocados em outras posições. Este pacto político possibilitou uma harmonia que trouxe enfim estabilidade a uma organização que era fundamentalmente instável.

Foi justamente em função dessa aparente continuidade republicana, que começaram a brotar, a partir dos Príncipes subsequentes, as primeiras contradições entre o antigo e o novo regime³³⁰. Com efeito, era difícil comportar uma distribuição de poderes numa forma de governo que na sua essência caminhava para a centralização destes em face de uma única figura. Paul Veyne (2016, p.38) explicita as consequências imediatas desta dificuldade: o Senado não fazia contrapeso ao governante e não tinha outro papel senão aquele que cada Príncipe o quisesse conferir. Daí os sucessivos embates e quebras daquele pacto político inicial

³²⁹ VIZENTIN, 2005, p.35.

³³⁰ CORASSIN, 1999, p.278.

entre os Príncipes da dinastia Júlio-Claudiana com a instituição senatorial. No caso específico de Nero, a quebra deste pacto político demonstrou-se por meio de uma centralização desmesurada de poderes, quebra de tradições ancestrais e um personalismo exacerbado. Seu governo a partir disso ganhou ares autocráticos e colocou novamente os romanos defronte com o fantasma da monarquia³³¹, trazendo as piores lembranças que eram associadas a esta, desde as ações odiosas de Tarquínio, o Soberbo, nos tempos da realeza até as perigosas aventuras de Marco Antônio em monarquias orientais na época das guerras civis. Por conseguinte, esvaziava-se a palavra República e todas aquelas outras grandes terminologias que ela trazia imbuída em si, como *liberdade*, *legalidade* e *virtude*. Estas alterações certamente representaram um duro golpe para uma parcela dos romanos, sobretudo aqueles da aristocracia senatorial, formados dentro desta mentalidade e reivindicantes dos privilégios atrelados a ela. O desenlace dessas perspectivas distintas entre Príncipe e Senado acerca de como conduzir a coisa pública, por sua vez, reabriu as portas do Império para a entrada de divisões, oposições e crises.

Sêneca, como um homem eminentemente político de seu tempo, vivenciou de perto esta crise, tendo estado nos dois lados dela. Sabemos, por um lado, que foi um destacado Senador e por outro, que foi um dos personagens mais ilustres da corte de Nero, tendo exercido as funções de preceptor antes de sua ascensão ao trono do Principado e *amicus princeps* quando ele já se encontrava revestido do título supremo do Império. Diante desta localização emblemática na qual o filósofo se situava, cabe-nos colocar no horizonte de nossas questões, certas perguntas deveras importantes ao desenvolvimento deste trabalho: *Como Sêneca reagiu a este conflito e quais foram suas posições diante dele? Partilhou da tendência centralizadora de Nero ou compartilhou daquelas ideias atinentes ao ideal senatorial?*

A fim de responder tais indagações, examinaremos algumas obras escritas por ele em diferentes momentos do Principado neroniano, começando pela sátira menipeia³³² publicada no ano 54 EC, quando se teve início o governo de Nero, intitulada *A Apocoloquintose do divino Cláudio*. Nessa sátira, Sêneca promove uma *damnatio memoriae* do então recém falecido

³³¹ CORASSIN, 1999, p.282.

³³² Subgênero literário pertencente ao gênero maior definido como *sério-cômico*. Enylton J. de Sá Rego, na obra *O Calandu e a Panacéia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*, elenca as características principais da menipeia, quais sejam, “o caráter parodístico, a mistura de estilos populares e elevados, assim como o andamento irregular de sua forma narrativa”. (SÁ REGO, Enylton J. de. *O Calandu e a Panacéia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.24)

Príncipe Cláudio, narrando sua chegada à morada dos deuses, seu subsequente julgamento pelo *Senado divino* visando decidir se ele poderia ser admitido entre os divinos ou não, a recusa destes e sua posterior descida ao mundo dos mortos, donde passará por novo julgamento, desta feita, objetivando-se definir o castigo que terá pela eternidade de acordo com os atos que praticou em vida. Nas breves páginas desta sátira, o autor elenca diversas críticas ao Principado de Cláudio que nos possibilitam enxergá-lo como um partidário daqueles ideais do Senado³³³. Como uma das primeiras, podemos citar o juízo negativo imputado a Cláudio por afrontar as tradições quando concedeu *cidadania romana*³³⁴ aos habitantes das províncias do Império³³⁵. Outro ponto considerável de condenação foi a sua *licenciosidade*, no que deixa de lado assuntos de maior interesse a vida pública para dedicar-se a assuntos de menor valia, como festas³³⁶ e jogos de dados³³⁷. Entrementes, o momento no qual o teor crítico de Sêneca com Cláudio emerge com significativa força, dá-se quando é tematizado o modo de proceder no tocante as matérias e penalidades jurídicas. O Príncipe é descrito como alguém cruel e que lança condenações severas aos mais ilustres personagens sem ao menos possibilitar a defesa do acusado, como se evidencia neste trecho, onde o filósofo, por meio de sua pena, dá voz ao próprio Otávio Augusto (agora divino e *exemplum* de governo modelar), que discursa no Senado divino contra aquele que fora seu sucessor:

Este sujeito, ó senadores, que vos parece incapaz de maltratar um mosquito, matara os homens com a mesma facilidade com a qual um cão levanta a pata. (...) Este sujeito, então, depois de ter ficado por tantos anos à sombra do meu nome, agradeceu-me desta maneira: mandando matar duas Júlias, minhas sobrinhas, uma por ferro, outra por fome; e depois um sobrinho, Lúcio Silano. (...) Dize-me, ó divo Cláudio, por que todos os que mandaste matar, os condenaste sem processo nem defesa? Onde existe este costume?³³⁸

³³³ Não à toa, muitos dos pontos negativos percebidos em Cláudio neste escrito, foram os mesmos utilizados, anos mais tarde, por Tácito, Suetônio e Dião Cássio para classificar Nero como um “mau príncipe” em suas obras.

³³⁴ Fábio Faversoni, no texto *Estado e governo em Sêneca*, explica-nos o problema envolto nessa concessão indiscriminada de cidadania a habitantes das províncias. De acordo com ele, a cidadania romana era um dos elementos necessários para que alguém se habilitasse ao Senado, além de ser um dos pilares da *República*. Sendo assim, possibilitar tal cidadania a qualquer um, representava não apenas uma afronta, mas também uma ameaça a manutenção do Império. (FAVERSANI, 2010, p.72)

³³⁵ SÊNECA, *A Apocoloquintose do divino Cláudio*, III, 3.

³³⁶ Sêneca retrata Cláudio como alguém que festejava o ano inteiro o mês dedicado em honra do deus Saturno (VIII, 2), a saber, as Saturnálias, festivo romano que muito remetia ao que hoje temos como carnaval. Isso era uma forma implícita de dizer que Cláudio vivia o ano inteiro em festas, banquetes e afins.

³³⁷ Este traço específico do caráter de Cláudio é ironizado quando, já no mundo dos mortos, o Príncipe é condenado pela eternidade, a jogar dados usando um copo sem fundo (XIV,5), a moda dos tormentos vãos e sem resultado, como os de Sísifo e Tântalo.

³³⁸ SÊNECA, *A Apocoloquintose do divino Cláudio*, X, 3, 4.

Estes traços odiosos são destacados da mesma forma quando Cláudio é expulso do Panteão divino e encaminhado a morada dos mortos, passando por um julgamento que estabelecerá qual pena terá de cumprir no além-túmulo. Nesta cena, sem possibilidade de defesa (numa fina ironia de Sêneca), o Príncipe vê listado os crimes pelos quais está sendo julgado, onde, mais uma vez, reafirma-se seu *autoritarismo e crueldade*.

Pédon pede seja inscrita a causa contra Cláudio e apresenta o ato de acusação: “mortos trinta e cinco senadores, duzentos e vinte e um cavaleiros romanos; e depois todos os outros... quantos são os grãosinhos de pó e areia.”³³⁹

Mas, se até aqui o partidarismo de Sêneca com o ideal senatorial se dá através de contrariedades e objeções negativas com relação aquilo que fora o Principado de Cláudio, ele manifesta-se de forma positiva quando se anuncia o novo Príncipe, Nero, que será colocado como um restituidor da liberdade de tempos passados. Observemos o modo pelo qual este (Nero) é narrado mediante a voz do deus Febo³⁴⁰, quando ele encontra as Parcas³⁴¹ que preparam o fio do destino neroniano.

Deste fio nada seja tirado”, Febo sussurrou às Parcas, “o curso mortal ultrapasse quem a mim se assemelha no aspecto, na graça do rosto, também na voz, no canto. Ele um *século de ouro* aos oprimidos vai dar com alegria, vai quebrar o silêncio das leis. Assim como Lúcifer dissipar no céu as estrelas ou Héspero no céu a volta dos astros anuncia; assim como, depois das trevas, a Aurora difunde a rubra luz e o Sol cintilante o universo saúda, pra fora das barreiras guiando com ímpeto o carro; assim o novo César aparece, aclamado por Roma agora será Nero: desprende-se a luz do seu rosto, do cândido pescoço guarnecido de longos cabelos.”³⁴²

Neste excerto, revela-se, para além da evidente finalidade propagandística com um governo que recém começava³⁴³, o modelo que Sêneca pensava ser assertivo no tocante ao modo de conduzir a coisa pública, que era, em síntese, aquele primeiro modelo proposto e colocado em prática por Otávio Augusto, o qual, embora centralizador, respeitava os demais entes constituintes do Império. Tal ponto de vista explicita-se na promessa feita por Febo de

³³⁹ SÊNECA, *A Apocoloquintose do divino Cláudio*, XIV, 1.

³⁴⁰ Epíteto do deus Apolo, que muitas vezes, funciona como nome próprio desta divindade. (GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.167)

³⁴¹ Divindades que presidiam os destinos humanos, equivalentes as *Meras* gregas. Costumeiramente representadas como três irmãs fiandeiras. A primeira e mais moça, Cloto, preparava o fio da vida; a segunda, Láquesis, determinava a qualidade e comprimento desse fio; por fim, a terceira, Átropos, cortava o fio no momento derradeiro. (GRIMAL, 2005, p.355)

³⁴² SÊNECA, *A Apocoloquintose do divino Cláudio*, IV, 1.

³⁴³ SILVA, Frederico de Souza. *Apocolocintose do Divino Cláudio: tradução, notas e comentários*. Dissertação (mestrado em letras clássicas e vernáculos) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008, p.5

que Nero inauguraria um novo *século de ouro*, modo pelo qual ficaram conhecidos os anos do primeiro Príncipe.

Com essas narrativas dispostas na sátira, o filósofo indicava, por meio de um jogo de contrários entre um governo negativo (o de Cláudio) e um governo positivo (o de Augusto) o que seu pupilo deveria ou não fazer para obter uma administração exitosa. A pedra de toque, obviamente, perpassava a boa relação com o Senado, com um Nero, senão submetido a ele, ao menos seu parceiro³⁴⁴. Esta mesma tônica repete-se, como já explicitamos no capítulo quatro da primeira parte, no *Tratado sobre a Clemência*, publicado em 56 EC, dois anos após o *Apocoloquintose do divino Cláudio*. No referido tratado, Sêneca insere a figura do Príncipe num outro patamar, colocando-o como o grande eixo da política imperial e dando o aval para uma maior concentração de poderes sob as mãos deste, condição sem a qual o Império prontamente se dissolveria³⁴⁵. No entanto, permanecem em cena as concepções republicanas que formavam o ideal senatorial, alocados no texto agora sobre a virtude da *Clemência*. Com isso, o filósofo ponderava nas entrelinhas da obra que o bom Príncipe, guiado pela supracitada virtude, apesar de todos os poderes e prerrogativas de que estava revestido, saberia impor limites e moderar a si mesmo, mantendo uma postura de *colaboração e diálogo* com os demais entes constituintes do Império, dentre os quais, leia-se como um dos mais importantes, o Senado³⁴⁶.

A partir dos anos 60 EC, porém, Nero, que até então vinha governando razoavelmente segundo os pressupostos aristocrático-senatoriais sublinhados nas duas obras anteriores, operou algumas mudanças no seu modo de conduzir o Império, colocando o Senado em segundo plano e dando cabo de atos, medidas e reformas que confrontavam, o ideal de seus agentes³⁴⁷. Neste cruzar de linhas, o próprio Sêneca acabou perdendo muito da influência e primazia que detinha na corte neroniana³⁴⁸, o que o levou, por conseguinte, a fazer a opção pelo

³⁴⁴ FAVERSANI, 2010, p.75.

³⁴⁵ SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 2013, p.53.

³⁴⁶ Ana Teresa Marques Gonçalves, citando a historiadora Silvia Gastaldi, resume-nos essa dinâmica: “(...) para Silvia Gastaldi, na obra ocorre a elaboração de uma ideologia do Principado, na qual se busca uma colaboração entre o Príncipe e a aristocracia, fornecendo-se a Nero um código de comportamento adequado à sua posição e às suas funções, a partir de uma corrente neoestóica romana, que buscava um melhoramento ético da sociedade, tomando-se como base o grupo dirigente da mesma.” (GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Uma análise da obra De Clementia de Sêneca: a noção de virtude*. **Phoínix**. [s.l]: v.3, n.1, 2020, p.54)

³⁴⁷ VIZENTIN, 2005, p.66.

³⁴⁸ TÁCITO, *Anais*, XIV, 52.

afastamento da vida pública³⁴⁹, retirando-se para uma vila que possuía às portas da cidade de Roma, e dedicando seus dias de maturidade ao cultivo da Filosofia³⁵⁰. Apesar desta modificação substancial em seu modo de viver, que passou a ser muito mais contemplativo, as reflexões sobre a vida pública jamais abandonaram as páginas de suas obras. Percebemos isso já numa das primeiras que publicou nesta “segunda fase”, a qual intitula-se *Sobre o Ócio*, datada de 62 EC. Neste texto, endereçado ao amigo e discípulo Aneu Sereno³⁵¹, o filósofo teceu uma defesa do modo de vida retirado que passou a levar e respondeu a possíveis contradições entre este (o modo de vida retirado) e o estoicismo, que previa em seu cânone, o dever de o humano se fazer útil aos seus pares e a comunidade³⁵². Foi neste escopo, que Sêneca, a despeito do que já fizera em outros manuscritos de sua autoria, se utilizou mais uma vez do arcabouço da filosofia estoica para refletir o contexto sociopolítico do momento. No texto em questão, tais reflexões carregam em seu cerne, tons de *crítica e melancolia* que nos possibilitam aventar, a partir do que ocorria no âmbito externo e com o próprio pensador, uma *insatisfação* para com os rumos que o Principado seguiu. Notamos isso, já numa das primeiras dúvidas hipotéticas que Sêneca levanta neste escrito, qual seja, se o modo de vida retirado não representaria uma afronta ao movimento filosófico de que era partícipe e se este mesmo modo de vida não estaria muito mais de acordo com o movimento filosófico rival do estoicismo, a saber, o epicurismo. Recorrendo aos primeiros mestres do estoicismo, o filósofo recorda que ambos os movimentos filosóficos sinalizam o *ócio* em suas doutrinas, todavia, enquanto no epicurismo ele é a regra, no estoicismo, o *ócio* é a exceção.

As duas correntes filosóficas, a dos Epicuristas e a dos Estoicos, diferem muito na maioria dos aspectos e, neste ponto, entre os demais, no entanto, cada uma delas nos

³⁴⁹ Paul Veyne aponta no livro *Sêneca e o estoicismo* que essa retirada se deu de modo gradual. No ano 61 EC, o filósofo deixou suas atividades no Senado, onde a aposentadoria era permitida aos sessenta anos (p.40-41). Já em 62 EC, ele pediu a Nero a dispensa do posto de *amicus princeps*, que, de acordo com o relato taciteano, o Príncipe teria recusado, temendo aquilo que a opinião pública viria a pensar dele caso dispensasse tão importante figura. Desse modo, pelo menos no plano figurativo, Sêneca precisou se manter nesse encargo e disponível a todas as prerrogativas que ele exigia, como acompanhar o Príncipe em viagens e celebrações importantes. Contudo, dado que o Príncipe não era obrigado a convocá-lo para tais viagens/ eventos, Sêneca, a pretexto de estudos e problemas de saúde, foi pouco a pouco granjeando a vida reclusa que almejava nestas circunstâncias, de modo que o único impeditivo efetivo que encontrou ante a recusa da dispensa da função de *amicus princeps*, foi o de não poder se retirar de Roma para terras mais longínquas, tendo que se contentar por viver numa vila que possuía às portas da cidade. (p.44-45)

³⁵⁰ VEYNE, 2016, p.44.

³⁵¹ As informações relativas a este amigo e discípulo de Sêneca dão-nos conta de que ele era pertencente a ordem equestre, tendo exercido também, na administração pública, por influência de Sêneca, o ofício de *praefectus* - o responsável por combate a incêndios na cidade de Roma. Para além de *Sobre o Ócio*, o autor dedicou a ele outras duas obras: *Sobre a tranquilidade da alma* e *Sobre a Constância do Sábio*. Ademais, ele parece ter tido uma morte bastante prematura, haja visto que na carta LXIII que Sêneca endereçou a seu outro discípulo, Lucílio, o filósofo lamenta a morte de Aneu Sereno informando que este era muito mais novo que ele. (VIEIRA, Alexandre Pires. Prefácio. In: SÊNECA, *Sobre o Ócio*. [s.l.]: Montecristo Editora, 2020, p.7)

³⁵² SÊNECA, *Sobre o Ócio*, I, 4.

encaminha para o ócio, embora por um caminho diferente. Epicuro diz: "O sábio não participará da política, exceto em alguma ocasião especial"; Zenão diz: "O sábio participará da política, a menos que seja impedido por alguma circunstância especial".³⁵³

O componente de crítica política de que falamos, surge logo na sequência, quando Sêneca enumera as exceções nas quais o ócio seria recomendado a um sábio adepto do estoicismo. Dentre estes motivos, dois se sobressaem: uma saúde debilitada que impeça a ação e uma *conjuntura política desvirtuada*, que recuse seus conselhos e/ou intervenções na seara política, como se vê no trecho abaixo.

(...) Se o Estado está tão apodrecido a ponto de estar irremediável, se o mal tem todo o domínio sobre ele, o sábio não trabalhará em vão nem desperdiçará suas forças em esforços inúteis. Se ele estiver deficiente em influência ou força corporal, se o Estado se recusar a submeter-se à sua orientação, se a sua saúde estiver no caminho, então ele não tentará uma viagem para a qual não está apto, da mesma forma que não colocaria no mar um navio danificado, ou se alistaria no exército se fosse um inválido.³⁵⁴

Todavia, Sêneca argumenta que, ainda que as circunstâncias políticas se demonstrem difíceis a ponto de o sábio não mais conseguir participar ativamente da vida pública, resta ainda um outro caminho pelo qual ele pode continuar a servir à sua comunidade e o próximo. Tal alternativa consiste precisamente numa dedicação à filosofia e seu estudo, que em circunstâncias tais, adquirem um estatuto de resistência³⁵⁵. Será através dela, que o sábio continuará a dissertar sobre a vida virtuosa, mesmo num cenário em que a virtude esteja em falta ou sobre as formas de continuar livre, ainda que a liberdade reste comprometida. Esta *atitude filosófica*, inclusive, adquire tanto mais relevância na medida em que se sobressai as atividades que um sábio poderia desempenhar se investido de poder, tendo em vista que por meio da filosofia, ele consegue estabelecer leis, parâmetros e princípios que guiem não apenas o seu povo, mas todos os povos; que se façam úteis não somente ao seu tempo, mas também aos tempos vindouros³⁵⁶. Indicava assim, implicitamente, que a sabedoria transcendia ao poder e seus eventuais excessos.

³⁵³ SÊNECA, *Sobre o Ócio*, III, 2.

³⁵⁴ SÊNECA, *Sobre o Ócio*, III, 3

³⁵⁵ VEYNE, 2016, p.218.

³⁵⁶ SÊNECA, *Sobre o Ócio*, VI, 4.

Chegamos assim, a um rápido diagnóstico acerca do pensamento senequiano no intercurso do Principado de Nero. Temos o Sêneca repleto de expectativas na *Apocoloquintose do divino Cláudio* (54 EC), o Sêneca conselheiro e legitimador do poderio do governante no *Tratado sobre a Clemência* (56 EC) e o Sêneca melancólico e crítico em *Sobre o Ócio* (62 EC). Apesar de num primeiro momento sermos tentados a considerar nessas obras perspectivas distintas, diferentes posicionamentos e até contradições do filósofo no que toca o governo do Príncipe, se analisarmos atentamente, veremos que em todas elas persevera um Sêneca que esteve junto a Nero como um homem de mentalidade senatorial³⁵⁷ e que comungava de ideais políticos do Senado³⁵⁸. Tal conjunto faz-se perceber nas críticas manifestas ao Príncipe anterior (Cláudio), nos elogios e recomendações feitos a Nero, e, finalmente, nas razões e motivos elencados como legítimos para um sábio retirar-se da política. Diferentes facetas de um mesmo e único ideário. Nos capítulos seguintes, abordaremos como essas concepções se fizeram presentes através de críticas, reflexões e proposições naquela que veio a ser sua última e mais imponente obra: as *Cartas a Lucílio*.

CAPÍTULO 3: *CARTAS A LUCÍLIO* - O REFÚGIO DAS PALAVRAS

“Tens toda a razão em exigir que tornemos mais frequente esta nossa troca de cartas. A conversação é sobremaneira útil, porquanto se grava no espírito e pouco a pouco; os discursos preparados e pronunciados perante um auditório, se se revestem de mais aparato, carecem de familiaridade. Digamos que a filosofia é um bom conselho: ora, ninguém dá conselhos em público.”

(Sêneca. *Cartas a Lucílio*)

“Refugia-te em ti próprio quanto puderes; dá-te com aqueles que te possam tornar melhor, convive

³⁵⁷ CORASSIN, 1999, p.279.

³⁵⁸ Os quais, em última análise, coadunavam-se em larga medida com a filosofia estoica de que era adepto. (CORASSIN, 1999, p.275)

com aqueles que tu possas tornar melhores. Há que se usar de reciprocidade: enquanto se ensina aprende-se também.”

(Sêneca. *Cartas a Lucílio*)

O ano 62 EC, como já se fez notar, representou um marco na vida de Sêneca. Com efeito, temos neste pequeno recorte temporal, alguns acontecimentos dignos de nota - é neste ano que a historiografia costuma demarcar a transição do governo de Nero de uma forma de governar que vinha sendo tradicional para um modelo autocrático. Em consequência disso, outorga-se a este ano, igualmente, o momento no qual Sêneca teria perdido sua influência na corte do Príncipe e visto aquelas esperanças um dia nele depositadas se esfacelarem, levando-o a fazer a escolha por um afastamento gradual da vida pública e um maior uso de seu tempo para com atividades filosóficas. Outrossim, é aqui também que se localiza o ponto de partida de uma das mais notórias dentre estas empreitadas: a troca de correspondências com seu amigo e discípulo Lucílio.

Embora alguns autores, como Pierre Grimal, levantem dúvida sobre a autenticidade desta troca, colocando-a na conta do imaginário/fictício ou antes, como um mero artifício retórico usado pelo autor para desenvolver suas reflexões, existem indícios robustos de que ela realmente tenha acontecido na realidade. Concorrem para sustentar este argumento, as inúmeras fórmulas com que Sêneca acusa o recebimento de cartas do amigo ou do prazer que têm ao fazer a leitura delas; as referências às insistências de Lucílio para que a troca de cartas seja mais frequente entre ambos; além de situações que escapam ao escopo das cartas, como por exemplo, o recebimento de uma obra escrita por Lucílio a qual o filósofo se limita a dizer que comentará a posteriori³⁵⁹.

Sobre este ilustre destinatário, aliás, cabe abrir um singelo espaço para tomarmos conhecimento dele. As informações de que dispomos a respeito de sua pessoa, indicam que Lucílio se tratava de Gaio Lucílio Júnior, um homem que, ao que tudo indica, era natural da cidade de Pompeia, na Campânia (a mesma que posteriormente ficaria conhecida pela destruição do Vesúvio)³⁶⁰. Não existem informações acerca de sua data de nascimento, contudo, na *carta 26*, Sêneca nos informa que Lucílio era mais novo que ele e na *carta 33*, que

³⁵⁹ SEGURADO E CAMPOS, J.A. Prefácio. In: SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2022, p.XI

³⁶⁰ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VI-VII.

não era muito mais novo, haja visto que a idade de ambos não distava muito uma da outra. Com relação a vida social, sabe-se que ele era pertencente à *ordem equestre*³⁶¹, tendo exercido importantes funções na carreira pública, do qual o ponto mais alto provavelmente tenha sido o de procurador da Sicília (cargo que, inclusive, possivelmente tenha sido a razão do distanciamento dele para com Sêneca e a ponta de lança para a troca das cartas)³⁶². No que tange sua personalidade, Sêneca nos permite aduzir por meio das cartas que Lucílio era um homem íntegro e de notáveis qualidades morais e intelectuais (ficamos sabendo, por exemplo, que a par do interesse por filosofia, Lucílio nutria igualmente um grande entusiasmo pela poesia, tendo composto também as suas)³⁶³. Dado que praticamente tudo que se sabe de sua vida deriva do conjunto epistolar senequiano, de outros pontos de sua biografia nada se conhece³⁶⁴. Tirando as menções a alguns amigos que tinham em comum, Sêneca não faz menções a cônjuge, filhos ou familiares de Lucílio. Ignora-se, do mesmo modo, a data e a causa de sua morte³⁶⁵. Seja como for, seu nome ficou eternizado na história pela pena de Sêneca, que mediante as conversas que teve com ele, construiu sua mais completa e portentosa obra tida até os dias de hoje como uma espécie de síntese do seu pensamento na sua fase madura e um dos textos de maior importância da terceira fase do estoicismo.

Para além de serem reveladoras acerca da maneira segundo a qual o autor interpretou a filosofia do Pórtico em seus diversos aspectos e expor reflexões dele sobre uma gama de temas, este conjunto de cartas constitui-se num verdadeiro manancial para obtenção de *informações históricas* sobre a sociedade romana, bem como das percepções que o filósofo nutriu desta e dos seus componentes políticos quando esteve afastado do centro das decisões. É sob esta última ótica de análise que se interpõem o objetivo primeiro deste capítulo, no qual interessamos saber, a partir das cartas emitidas por Sêneca ao seu discípulo, o que elas evidenciam nas entrelinhas sobre as reações e posições de seu emissário diante de uma nova conjuntura política que começava a se impor. Antes de seguirmos para esta análise, no entanto, convém, até para uma melhor compreensão desta, fazermos um exame mais detido do meio que Sêneca escolheu para comunicar suas ideias, qual seja, o das *cartas* e as *motivações* que envolveram tal escolha.

Neste sentido, convém destacar inicialmente a relevância que tal instrumento assumia num Império de grandes proporções como era o Império Romano, donde a carta transpunha

³⁶¹ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VII.

³⁶² SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VIII.

³⁶³ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VIII-IX.

³⁶⁴ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VIII.

³⁶⁵ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. VIII.

fronteiras geográficas, comunicando e transmitindo mensagens que iam e vinham da capital do Império para as províncias e vice-versa³⁶⁶. Em vista disso, recados de um governador para o Príncipe a respeito do que acontecia em seus domínios, solicitações de favores de um cliente a um patrono que se encontrasse distante, informes de um familiar a outro sobre a vida no exílio, e tantos outros assuntos do dia a dia ganhavam corpo em páginas e mais páginas de correspondências. No entanto, apesar da significativa importância no campo da comunicação, há que se atentar desde já para a pouca produção de materiais que nos informem de maneira mais direta sobre este tipo de escrito e as normativas de sua composição até o primeiro século da Era Comum³⁶⁷. Com efeito, enquanto outros gêneros literários como a tragédia, comédia e epopeia já haviam sido fartamente discutidos em obras como como a *Poética*, de Aristóteles ou a *Arte Poética*, de Horácio, as cartas foram relegadas a um segundo plano, sendo comentadas num nível consideravelmente menor³⁶⁸. Dessa forma, para suprimos esse “déficit” e obtermos aquilo que nos interessa presentemente, ou seja, as propriedades essenciais, estrutura, tipos e lugares comuns das cartas dessa época, utilizaremos como fontes primárias um tratado literário do período helenístico intitulado *Sobre o estilo*, de Demétrio³⁶⁹, onde se é possível encontrar alguns trechos dedicados a epistolografia, além de comentários metalinguísticos que aparecem em autores destes tempos que redigiram cartas, como é o caso do próprio Sêneca.

Assim, feitas estas considerações, o primeiro eixo pelo qual começaremos nossa investigação dar-se-á pelos *elementos estruturais* da carta, que, a se levar em conta as cartas escritas no referido contexto, obedeciam a uma normativa bastante fixa, as quais manifestavam-se prioritariamente nos componentes iniciais e finais da missiva. No tocante ao primeiro (os componentes iniciais), sublinhamos a presença de uma inscrição inicial

³⁶⁶ STADLER, 2013, p.49.

³⁶⁷ KERR, Larissa de Souza Lopes. *Si Uales, bene est, ego ualeo: algumas concepções do gênero epistolar greco-romano*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. São Paulo, vol. 45, n.3, 2016, p. 1133.

³⁶⁸ Foi somente a partir do século II EC que surgiram fontes mais robustas sobre as cartas. Podemos inserir nesse rol, os *Tipos epistolares*, de Pseudo Demétrio, uma carta de Gregório de Nazianzo em que são explicitadas algumas características do gênero epistolar, e, já no século IV EC, um apêndice dedicado exclusivamente as epístolas, no livro *Arte Retórica* 27, de Júlio Victor. (KERR, 2016, p.1134) A fim de evitarmos incorrer em equívocos, centraremos nossa atenção aqui apenas nos textos anteriores ou coetâneos ao tempo em que Sêneca viveu.

³⁶⁹ Pouco se sabe a respeito do autor de *Sobre o estilo*. Por muito tempo, considerou-se que se tratava de Demétrio de Falero - célebre orador grego que governou Atenas. Essa hipótese, com o passar do tempo, restou infundada, de modo que a maior parte dos estudiosos de sua obra passou a referir-se a ele apenas como Demétrio, sem adentrar em pormenores biográficos. Mais certas são as considerações feitas a respeito da datação e influências sofridas por seu tratado. Acerca destas, sabe-se que o mesmo foi escrito durante o período helenístico, possivelmente entre o final do século II AEC e início do século I AEC, tendo sofrido profunda influência em sua escrita, de um sujeito chamado Artemão, que, por sua vez, teria sido uma espécie de “editor” das obras de Aristóteles. (FREITAS, G.A de. *A Epistolografia no Tratado Sobre o Estilo de Demétrio e as primeiras reflexões sobre o gênero na Antiguidade Greco-Romana*. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, nº 55, 2016, p. 201)

(*inscriptio*), onde figuravam o nome do destinatário, o local do remetente e a datação, precedido de alguma saudação comum, como *salutem dare* (cumprimentos/saudações), que geralmente aparecia em sua forma abreviada (*s.d*)³⁷⁰. Seguidamente, era usual trazer-se também, antes de começar o texto, uma outra cortesia de abertura, expressada através de fórmulas como *Si vales bene est ego quidem valeo* (Se estás bem, isso é bom, eu da mesma forma estou bem)³⁷¹. Igualmente tradicionais eram as saudações de despedida ao final (*subscriptio*), encerradas quase sempre com *vale* (fique bem/adeus) ou *cura ut valeas* (cuide-se bem)³⁷². Salientamos ainda, os meios de confecção que envolviam a escrita da carta. No artigo *A relevância sócio comunicativa da carta na Roma Antiga*, Marco Antônio da Costa explicita-nos quatro diferentes formas de fazê-la. A primeira delas, era a de *próprio punho*, utilizada por remetentes mais pobres (que não tinham condições de possuir ou contratar os serviços de um escriba) e por remetentes mais abastados que desejavam evitar a exposição de assuntos/temáticas reservadas a um funcionário que lhes escrevesse a correspondência³⁷³. O segundo tipo, a que recorriam indivíduos de melhor poder aquisitivo (inclui-se aqui o próprio Sêneca) era ditando-a palavra por palavra a um escriba particular³⁷⁴. A terceira forma, consistia em se fazer um rascunho das ideias/informes mais importantes a serem colocadas na carta, e fornecê-lo a um escriba para que ele as desenvolvesse enquanto correspondência. Por fim, a quarta e última forma, dava-se na concessão pela parte do remetente, de autorização, a um amigo ou missivista de confiança, para escrever previamente cartas em seu nome. Tendo em conta, portanto, este caráter comum da carta escrita em nome do remetente por um terceiro, era usual que na parte final da correspondência se encontrasse de igual forma a assinatura do autor efetivo da carta acompanhado por um comentário que enfatizavam que aquelas letras específicas eram as suas. Tal procedimento era feito com vistas a garantir a autenticidade e credibilidade da carta ao destinatário³⁷⁵.

³⁷⁰ COSTA, M. A. da. *A relevância sócio comunicativa da carta na Roma Antiga*. **Rev. Mundo Antigo**. Campo dos Goytacazes, v.3, n.06, dez/2014, p.81

³⁷¹ Vemos Sêneca fazer menção a força deste costume na carta 15, das *Cartas a Lucílio*: “Costumavam os antigos (e o uso conservou-se até meu tempo) escrever logo a seguir à epígrafe das cartas estas palavras: “Se estás de boa saúde, tanto melhor; eu estou de boa saúde.” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 1)

³⁷² COSTA, 2014, p.82.

³⁷³ COSTA, 2014, p.82

³⁷⁴ COSTA, 2014, p.82

³⁷⁵ Podemos ver um exemplo disso, na segunda epístola do apóstolo Paulo de Tarso (5 EC – 64 EC), presente no Novo Testamento, endereçada à igreja dos tessalonicenses. Após uma série de esclarecimentos religiosos a respectiva comunidade, escreve ele nas saudações finais: “O Senhor da paz vos conceda a paz, em todo tempo e lugar. O Senhor esteja com todos vós. A saudação é de meu próprio punho, Paulo. É este o sinal que distingue minhas cartas. Ai está a minha letra!” (2, Tessalonicenses, 3, 16-17)

O aspecto interno da carta, isto é, o texto que seria encaminhado ao destinatário, comportava, de igual modo, regras e formalidades relacionadas, sobretudo, ao *estilo* e *composição*. Estas regras e formalidades, por seu turno, estavam profundamente interligadas aos propósitos que uma carta deveria cumprir, qual seja, o de aproximar pessoas que se encontravam distantes entre si geograficamente, e, indo além, a de servir como uma *mostra de amizade*³⁷⁶, ou, melhor dizendo, um *instrumento de manutenção de amizade* entre dois indivíduos que se encontravam distanciados. Demétrio, em *Sobre o estilo*, é enfático quanto a esta percepção:

Qualquer um que escreva, em uma carta, um sofisma ou um discurso de ciências naturais, pode fazê-lo, mas, com certeza, não está escrevendo uma carta. Essa tem por intenção ser uma breve mostra de amizade (...)³⁷⁷

Em sendo uma *mostra de amizade*, como aponta Demétrio no trecho acima, a carta deve adotar uma posição que possibilite o máximo possível uma espécie de *encontro ou conversa entre ausentes*. Em suma, é como se as cartas fossem um substitutivo da presença física do interlocutor. Sêneca ilustra muito bem esta posição em uma de suas cartas direcionadas a Lucílio:

Nunca recebo uma carta tua sem que, imediatamente, fiquemos na companhia um do outro. Se nós gostamos de contemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação, ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo ausente? A mão de um amigo gravada na folha da carta permite-nos quase sentir sua presença - aquilo, afinal, que sobretudo nos interessa no encontro direto³⁷⁸.

“Ficar na companhia um do outro”; “sentir a presença do outro” ... através destas expressões, Sêneca denota o sublime efeito que as palavras poderiam alcançar em uma missiva. Como produzir, porém, um tal efeito? É aí que entram aquelas regras e formalidades subjacentes ao estilo de que falamos anteriormente. No supracitado *Sobre o estilo*, Demétrio nos reporta alguns destes métodos. Dentre estes, um dos mais importantes que trazemos à baila

³⁷⁶ Cabe esclarecer que na Roma imperial, a *amizade* contemplava um significado consideravelmente mais amplo do que aquele que hodiernamente damos a ele, como bem frisa Renata Lopes Biazotto Venturini: “A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Quando nos referimos à instituição da *amicitia* já deixamos transparecer tal diversidade. Ela significava uma relação entre os *amici* que vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida. Ela não era apenas um laço subjetivo de afeição, mas era também uma ligação objetiva baseada na *assistência mútua* e na *fides*, isto é, na lealdade entre os *amici*. (VENTURINI, R. L. B. *As palavras e as ideias: o Poder na Antiguidade*. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.9, nº 2, 2005, p.146)

³⁷⁷ DEMÉTRIO, *Sobre o estilo*, § 231.

³⁷⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XL, 1.

para início de discussão, é o *caráter dialógico* que a carta deveria transparecer em seu interior³⁷⁹. Ora, se o que se objetiva é uma “recriação da presença do sujeito”, nada melhor do que reproduzir o tom de uma conversa que teríamos caso nos encontrássemos em face de sua presença física³⁸⁰. Daí as razões pelas quais seria de bom alvitre, evitar-se uma linguagem demasiado floreada ou rebuscada, e utilizar-se de um tom próximo ao coloquial³⁸¹. Demétrio sinaliza, contudo, que esse tom coloquial deveria conter concomitantemente, algum grau de *elegância e elaboração*, haja visto que a carta, para além de favorecer um encontro entre amigos ausentes, representaria, da mesma forma, um *presente*³⁸² direcionado pelo remetente ao destinatário. Para tanto, a fim de atingir este ideal, o adequado é que a carta trouxesse em suas linhas, um toque de *simplicidade e graça*³⁸³, assim como *clareza*³⁸⁴ nos assuntos e ideias que tematizasse. Tais simplicidade e clareza demonstrados no espaço do texto, acorriam ainda para um outro componente essencial, a demonstrar-se na extensão dele: a *concisão e a brevidade*³⁸⁵.

Entretanto, é possível que a característica substancial para a constituição da carta como ambiente de amizade, residisse nas *mostras de caráter* que haveriam de ser demonstradas em seu núcleo pela parte do remetente, como profere Demétrio em um dos itens de seu tratado.

Mas que a carta tenha, ao máximo, uma mostra do caráter, tal como o diálogo. Pois cada qual escreve uma carta quase como uma imagem de sua alma. É, de fato, possível notar o caráter do escritor em qualquer discurso, porém em nenhum outro como na carta³⁸⁶.

³⁷⁹ DEMÉTRIO, *Sobre o estilo*, § 223.

³⁸⁰ Também em Sêneca encontramos mostras dessa característica: “*Tens se queixado de receberes cartas minhas sem grandes pruridos de estilo. Mas quem é que escreve com pruridos se não aqueles cuja pretensão se limita a uma eloquência empolada? Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo que sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial ou fingido!*” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, LXXV, 1)

³⁸¹ FREITAS, 2016, p.208.

³⁸² DEMÉTRIO, *Sobre o estilo*, § 224.

³⁸³ Graça entendida aqui como um toque de humor e leveza.

³⁸⁴ Este elemento de *clareza* aqui ressaltado vincula-se principalmente a um fator de ordem prática. Tendo em vista que remetente e destinatário se encontravam distantes, era fundamental que o texto remetido não deixasse pontos de incompreensão ou dúvidas ao interlocutor.

³⁸⁵ Tamanha importância adquiria estes componentes em *Sobre o estilo*, que Demétrio chegou a desconsiderar muitas cartas autodeclaradas da antiguidade, sobretudo de temáticas filosóficas, por não obedecerem a este critério, como vê-se no seguinte parágrafo - “*E se deve restringir o tamanho da carta, bem como o estilo. Se forem demasiado longas e, mais ainda, se apresentarem um estilo mais pomposo, não serão, de jeito nenhum, cartas de verdade, mas sim tratados em que se inscreve um: saudações! É o caso de muitas cartas de Platão*”. (DEMÉTRIO, *Sobre o estilo*, § 228). Ainda em outros autores, podemos encontrar a primazia que a concisão adquiria no gênero epistolar, tal como em Sêneca, também em uma das cartas endereçadas a Lucílio, na qual põem termo repentinamente a um assunto que vinha discutindo por já estar excedendo o tamanho normal de uma carta: “*Mas para não exceder a dimensão normal de uma carta, que não deve encher a mão esquerda do leitor, adiarei para outra altura esta discussão (...)*” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XLV, 13)

³⁸⁶ DEMÉTRIO, *Sobre o estilo*, § 227.

Por esta *mostra de caráter* de que nos fala a proposição, entendamos um sujeito que se mostra por inteiro ao outro, colocando no papel, suas dúvidas, alegrias, fragilidades, contradições, receios, e tudo aquilo que venha a dar forma a sua *persona*. Esse desvelamento do remetente, deve ambicionar, sobremaneira, o constructo de uma *identificação* e criação de *intimidade* com o destinatário³⁸⁷. Daí que aquela já citada atenção a simplicidade na escrita pontuada por Demétrio com relação a outros elementos, sirva também a este propósito da missiva como mostra de caráter. De fato, soa praticamente impossível, de acordo com o autor, expressar uma imagem autêntica de si, com intentos retóricos ou ornamentações estilísticas comuns a outros discursos³⁸⁸. Em verdade, estes artificialismos deveriam ser postos de lado na carta e dar margem a uma abertura, contundência e franqueza explicitamente enfáticos ante aquele que receberia a correspondência. Para clarificar este preceito de Demétrio e sair do campo do meramente teórico, visualizemos o seguinte excerto, extraído de uma das cartas que Sêneca escreveu ao seu discípulo Lucílio:

“Quem és tu para me dar conselhos? Acaso já te aconselhaste a ti próprio, já corrigiste o teu carácter, para te poderes armar em diretor da consciência alheia?” Objeção justa, a tua; eu, contudo, não sou tão descarado que, doente, eu próprio, me aplique a dar remédio aos outros! É como companheiro de sanatório que eu falo contigo de nossa comum enfermidade e te dou parte dos medicamentos que uso. Escuta, portanto, as minhas palavras como se me estivesse ouvindo falar com os meus botões; é como se eu te permitisse o acesso aos meus segredos e discutisse comigo mesmo na tua presença. Aqui tens o que eu repito sem cessar a mim próprio: “Pensa na idade que tens, Sêneca, e sentirás vergonha por teres as mesmas vontades e objetivos que tinhas em jovem. Já que está próximo o dia de tua morte, vê se consegues ao menos que os teus vícios morram antes de ti. (...)”³⁸⁹

Nesta passagem, temos Sêneca respondendo as palavras um tanto quanto duras de Lucílio, seu discípulo, que, por esta altura, começava a dar os primeiros passos dentro do modo de vida proposto pelo estoicismo. Neste íterim, as cartas, como veremos detalhadamente adiante, serviam como instrumentos pedagógicos a partir dos quais o filósofo transmitia seus ensinamentos ao referido discípulo, que pelo que nos dá a entender a passagem acima, se irritou com o tom professoral e sapiencial assumido pelo mestre nas correspondências. É na resposta dada pelo autor às objeções do discípulo, que a mostra de caráter de que viemos falando se faz evidente. Nela, Sêneca, mesmo que na posição de professor, se coloca numa condição

³⁸⁷ FREITAS, 2016, p.211-212.

³⁸⁸ KERR, 2016, p.1137.

³⁸⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XXVII, 1, 2.

equivalente à de Lucílio, assumindo que, embora imbuído da farta filosofia moral de que dispõe o estoicismo, se encontra suscetível a muitos erros, vícios e equívocos no plano de sua vida pessoal, e que, portanto, tal como o destinatário, possui muito por aprender e melhorar. Ao se despir da roupagem de renomado pensador e evidenciar sua condição de falibilidade, Sêneca consegue estabelecer uma aproximação com Lucílio e suas mazelas, edificando uma maior intimidade com ele, e, por conseguinte, robustecendo a amizade existente entre ambos.

Vemos assim, através deste e dos demais aspectos levantados, um modo de escrita cuja estrutura e estilo tem por moldura a palavra que mais vezes se repetiu até aqui: a *amizade*. Cabe agora indagarmos, quais eram os tipos de cartas e as intenções que cada um deles assumia no entorno desta característica maior. Neste sentido, a primeira distinção que faremos a fim de chegar a uma “tipologia” das cartas se dá mediante a separação entre *cartas privadas* e *cartas públicas*³⁹⁰. No tocante à primeira seara, como o próprio nome evidencia, temos cartas de caráter privativo, destinadas unicamente a leitura de um ou alguns poucos destinatários particulares para qual encaminhavam-se, possuindo, desse modo, uma tonalidade bastante reservada e sóbria³⁹¹. Dentro desse grande espectro das cartas privadas, por sua vez, encontramos algumas subdivisões de tipos. Cícero, em uma de suas correspondências familiares classificou as três mais comuns, quais sejam, a *carta informativa*, a *familiar e jocosa* e, finalmente, a *séria e melancólica*³⁹². Cada qual cumpria um desígnio específico: a *informativa*, autoexplicativa em sua nomenclatura, objetivava noticiar fatos e acontecimentos a quem se encontrasse distante do centro destes. A *familiar e jocosa*, por seu turno, visava transmitir a alegria do remetente aos amigos nos momentos auspiciosos. Já a última delas, definida como *séria e melancólica*, almejava consolar os ausentes quando estes se encontravam frente a uma situação de dificuldade, bem como prometer-lhes assistência nas situações de adversidade.

As *cartas públicas*, por outro lado, ainda que fossem muitas vezes enviadas a um destinatário específico e contemplassem temáticas assemelhadas as que eram discutidas nas cartas privadas, tinham por intenção fundamental, a *publicização* de seus conteúdos e a *conquista de um público maior*³⁹³. No que concerne a estas, também encontramos ramificações, sendo as mais recorrentes, as cartas *poéticas*, as *políticas* e as *doutrinárias*. As *poéticas* tinham

³⁹⁰ COSTA, 2014, p.83.

³⁹¹ COSTA, 2014, p.83.

³⁹² CÍCERO, *Epistulae ad Familiares*, II, 4.

³⁹³ COSTA, 2014, p.84.

por finalidade imediata a difusão da poesia, podendo abarcar assuntos de ordem diversa expressas por meio de versos. Outrossim, no âmbito das *cartas políticas*, o intuito principal era a exposição das próprias concepções sobre o tema, podendo esta ter por objetivos, a melhoria/pacificação no campo do social; uma influência sobre o governante/opinião pública, ou ainda, a simples propaganda política. Finalmente, chegamos as *cartas doutrinárias*, cujo fator preponderante era o compartilhamento de *ensinamentos*, sobretudo os de teor religioso, moral e filosófico. Foi no rol deste último tipo, que se circunscreveram as *Cartas a Lucílio*.

Apresentado este quadro de informes sobre as cartas na Antiguidade, torna-se mais fácil visualizarmos as motivações que levaram Sêneca a optar por este veículo de comunicação para transmitir seus ensinamentos. A razão máxima destas (as motivações) reside no vocábulo *versatilidade*. Com efeito, a carta possibilitava ao filósofo o cumprimento de múltiplos propósitos³⁹⁴. Num primeiro nível, temos aqueles de ordem prática: estabelecer contato e comunicação com um amigo que se encontrava distanciado do autor por questões de ofício. Este fator funcional das cartas, coadunava-se perfeitamente com o objetivo primeiro de Sêneca, que era o de iniciar este amigo nas teorias e práticas do estoicismo. O verbo “coadunar” ressaltado na frase anterior, explica-se pela ligação privilegiada que o *ambiente de amizade* da carta estabelecia com a arte de ensinar. Tal ponto clarifica-se, se retomarmos algumas daquelas marcas próprias da carta nesta época, como a *dialogicidade*, a *simplicidade* e a *intimidade*. Temos com essas particularidades do gênero, a criação de uma *afeição* entre missivista e destinatário que favoreciam as lições do primeiro e o aprendizado e absorção dos conhecimentos pelo segundo, com muito maior eficácia do que qualquer outro discurso ou escrito filosófico seria capaz de possibilitar³⁹⁵. Outro ponto a ser considerado neste escolha, é a variedade de temas que poderiam ser contemplados numa missiva, com Sêneca podendo verbalizar a filosofia estoica sob enfoques diversos ou de acordo com aquilo que considerasse mais apropriado a Lucílio em certa circunstância³⁹⁶. No mais, o próprio movimento de ir e vir das cartas privilegiava o processo de ensino aprendizagem, uma vez que por meio das trocas, o filósofo conseguia acompanhar os progressos e regressos do discípulo no modo de vida proposto pelo estoicismo, e o discípulo, por seu lado, conseguia retirar dúvidas sobre esta ou aquela temática, ou até mesmo, solicitar da parte do filósofo, a abordagem de determinado

³⁹⁴ BRAREN, Ingeborg. *Por que Sêneca escreveu epístolas?*. **Letras Clássicas**. São Paulo: n.3, 1999, p.39.

³⁹⁵ BRAREN, 1999, p.42.

³⁹⁶ BRAREN, 1999, p.39.

assunto à luz da filosofia do Pórtico. Por fim, dado que estas cartas possuíam igualmente o intento de serem publicizadas, transcendendo a Lucílio e percorrendo os variados círculos do Império, podemos imaginar que com isso, Sêneca também dava sentido àquela tarefa que consentiu para si em *Sobre o ócio*: o de continuar sendo útil a seus pares e a sua comunidade, por meio da filosofia³⁹⁷.

Chegamos dessa forma, resumidamente, a um meio de comunicação altamente prático em um Império de grandes proporções e que dentro das suas possibilidades favorecia também o ensino e prática da filosofia. Resta-nos agora, perquirirmos o âmbito interno das *Cartas a Lucílio* explorando seu plano *conteudístico* e *metodológico*, observando de que modo isso se aplicou neste conjunto epistolar. Como já explicitado outrora, Sêneca objetivou com estas cartas, inserir o seu amigo e discípulo Lucílio no modo de vida próprio do movimento estoico e nas condutas que seriam atinentes a ele. Tendo, portanto, o fator *propedêutico* como o pilar que guia suas missivas, o filósofo demarca como um dos pontos chave de sua escrita, a simbiose fundamental que deveria haver entre *teoria* e *prática*, sem a qual o ensino seria completamente infrutífero. Inúmeras são as passagens nas quais o vemos condenando o conhecimento que visava a simples erudição ou conteúdos filosóficos sem aplicabilidade prática. Vejamos, a título de exemplo, a advertência que ele faz a Lucílio na *carta 113* quando este lhe endereçou uma correspondência em que solicitava o parecer do mestre sobre questões filosóficas de ordem puramente teóricas:

Pedes-me que te escreva a expor minha opinião sobre mais um problema debatido pelos nossos mestres estoicos, a saber, se a justiça, a coragem, a prudência e as demais virtudes são ou não seres animados. Caro Lucílio, com estes subtis raciocínios não conseguimos mais do que dar a aparência de exercitar o engenho com bagatelas e empregar os nossos ócios em discussões totalmente estéreis³⁹⁸.

Da mesma forma, o autor desconsidera que baste apenas a simples transmissão de preceitos pela via da *parenética*³⁹⁹ para que alguém chegue ao *agir moral* indicado pelo estoicismo. Tal consideração parte da ideia de que, por não se possuir os *princípios* da referida filosofia, a ação correta do indivíduo facilmente se desviaria e/ou enfraqueceria, já que lhe

³⁹⁷ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XXVIII.

³⁹⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIX, 113.

³⁹⁹ Moral prática que ministra conselhos voltados a ações particulares. Sêneca assim a define na *carta 94*: “Aquele parte da filosofia que proporciona os conselhos adequados a cada indivíduo e se destina, portanto, não à formação do homem em geral, mas sim, por exemplo, a indicar ao marido como comportar-se em relação à mulher, ao pai como educar os filhos, ao senhor como dirigir os escravos (...)” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 94)

faltaria o robustecimento que só a teoria poderia lhe conferir. Assim, esclarece Sêneca na *carta* 95:

Daqui se conclui que a filosofia, na medida em que é contemplativa, tem os seus princípios teóricos de base. Não é verdade que ninguém será capaz de agir sempre corretamente se não tiver um conjunto de princípios que lhe indiquem qual a ação correta em todas as circunstâncias? Ora, não poderá proceder convenientemente quem apenas conhecer preceitos de ordem particular, e não de aplicação universal⁴⁰⁰.

Daí aquele necessário elo entre a teoria e a prática: a primeira fundamentando a segunda e a segunda fazendo valer a primeira - única via pela qual o modo de vida estoico seria passível de ser alcançado. Possuindo por mote este parâmetro, temos então num primeiro nível, um Sêneca que não descuida de lembrar e enfatizar sempre aquelas teses basilares do estoicismo, as quais, listamos resumidamente na tabela abaixo:

Teses basilares do estoicismo	
I	A boa vida consiste no “ <i>viver em conformidade com a natureza</i> ”.
II	Viver em conformidade com a natureza consiste em viver de acordo com os ditames da <i>razão</i> .
III	Viver de acordo com os ditames da razão implica levar uma vida centrada nas virtudes, afastada das paixões e resignada ante os acontecimentos do destino.
IV	Tudo que é bom está relacionado às virtudes (justiça, prudência, temperança, sabedoria etc.).
V	Tudo que é mal está relacionado às paixões (desejo, medo, prazer, dor etc.).
VI	Tudo aquilo que não está relacionado às virtudes nem às paixões situa-se na categoria dos indiferentes (saúde, riqueza, pobreza, status, força física etc.), podendo vir a se tornarem bons ou maus a partir do uso que deles se faça.
VII	Aquele que segue o ideário estoico granjeará a sabedoria, o autodomínio de si, a tranquilidade da alma (<i>atharaxia</i>) e a verdadeira felicidade.

Num segundo nível, estas teses e outras a elas relacionadas, foram repassadas ao discípulo visando sua execução prática e a consequencial aproximação dele do *ideal do sábio estoico*, isto é, aquele que alcançou uma completude ética, tendo conseguido tanto a adequação total do seu ser com as virtudes quanto a extirpação⁴⁰¹ completa das paixões⁴⁰². Para isso,

⁴⁰⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 95.

⁴⁰¹ A questão da *extirpação das paixões* na seara da filosofia estoica é alvo de intenso debate até os dias de hoje, dado a irreversibilidade de uma tal proposição na vida humana. Sob esta ótica, autores como Cláudio A. Dalbosco preferem considerar uma *educabilidade das paixões* no estoicismo, ao invés de uma erradicação total e completa. (DALBOSCO, Claudio A. *Governo colérico e formação parresiástica: o problema da enfermidade das paixões humanas*. In: EUZÉBIO, Marcos Sidnei Pagotto; ALMEIDA, Rogério de. (Orgs.). *Experiência e formação no mundo antigo*. São Paulo: FEUSP, 2022, p.93)

⁴⁰² O estoicismo, desde suas origens, foi rigoroso com relação a categorização do humano, pontuando, que só haviam decididamente duas possibilidades: ou ele era bom, e, portanto, sábio ou mal, e, portanto, estulto. Dessa

Sêneca se valeu de diferentes estratégias pedagógicas para corporificar aquelas teses na vida, no cotidiano e no agir de Lucílio. Uma das mais recorrentes que começamos por anunciar, foi o uso de situações concretas para explorar os usos do ideário estoico. Como exemplo disso, visualizemos a matéria abordada por Sêneca na *carta 91*. Nesta, o filósofo iniciou a escrita trazendo à baila a notícia sobre um incêndio ocorrido na época que havia devastado a colônia de Lião, terra natal de um amigo seu denominado Liberal. O que a princípio poderia soar como um informe episódico, logo se converteu num tema que abriu brechas para que Sêneca recobrasse importantes tópicos do estoicismo, como a resignação que o humano deveria ter com a imprevisibilidade do destino (que pode pôr fim a diversos constructos humanos e ao próprio humano) e aos pensamentos que se deveria ter para chegar a essa resignação⁴⁰³. Esta mesma tônica, repetir-se-á inúmeras vezes com variados assuntos. Desse modo, a morte de um amigo de Lucílio serviu de pretexto para interpretá-la a luz do Pórtico e discorrer sobre qual deveria ser a atitude de um homem virtuoso frente à perda de um ente querido. Por mais de uma vez, iguarias e delícias gastronômicas da mesa dos romanos serviram de base para o filósofo condenar as paixões da gula e da luxúria e exaltar a virtude da frugalidade⁴⁰⁴. O relato de uma viagem sua a uma vila de condições modestas se tornou prontamente um convite a virtude da modéstia⁴⁰⁵. Um gladiador que preferiu o suicídio ao invés de servir de espetáculo na arena tornou-se um estímulo à virtude da coragem e um referencial de altivez contra a servidão⁴⁰⁶. Dessa forma, sem nunca forçar um acontecimento a se adequar ao seu plano lógico argumentativo, Sêneca achava nas vicissitudes da vida uma fonte de aprendizados.

Outro escolha pedagógico bastante presente foi o uso de máximas e sentenças de múltiplos autores na maior parte das correspondências⁴⁰⁷. Destarte, demonstrando um conhecimento digno de nota, encontramos no rol de personalidades citadas por Sêneca, mestres

forma, por ínfimo que fosse o traço que separasse o último do primeiro, ele ainda continuaria sendo estulto. Temos assim, uma filosofia que, vista dessa maneira, parece inatingível no plano da vida real. Sêneca muda este quadro. Apesar de admitir, como os estoicos antigos, que só haviam duas categorias de classificação do humano – bom e mal – ele considerava gradações entre estes dois extremos. Dessa forma, assegura J.A Segurado e Campos: "Um homem pode não ser absolutamente "bom", "sábio" (e Sêneca afirma que esse ideal apenas muito raramente tem sido atingido na vida real, embora haja alguns exemplos, como Sócrates ou Catão), mas, embora permanecendo "insipiente", pode, no entanto, tender para a "bondade". Por outras palavras, enquanto as categorias de "bom" e de "mau" são absolutas, imutáveis, polarmente opostas, o homem tem a possibilidade de, usando a razão, procurar aproximar-se do ideal do sábio. (...) Para Sêneca, portanto, a condição de sábio não se atinge instantaneamente, num momento, digamos, de "iluminação", mas implica uma continuidade de esforço, e, sobretudo, um férreo exercício de "vontade". (SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XLI)

⁴⁰³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 91.

⁴⁰⁴ Sobre os excessos gastronômicos ver as cartas 5, 60, 89, 95, 110 e 119.

⁴⁰⁵ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XII, 86.

⁴⁰⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, VIII, 70.

⁴⁰⁷ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XVII.

do antigo e médio estoicismo, como Zenão de Cítio, Crisipo de Solis, Panécio de Rodes e Possidônio; filósofos clássicos, como Platão e Aristóteles; pensadores de movimentos filosóficos rivais do estoicismo, como Epicuro e Metrodoro; os próprios professores que ele tivera na juventude, como Átalo e Papírio Fabiano; uma ampla gama de poetas, como Homero, Virgílio, Ovídio, Mecenas e Lucano; retóricos célebres, como Cícero, além de provérbios do senso comum e textos poéticos do próprio Lucílio. Fiel a união *teoria/prática*, as citações advindas desses autores nunca aparecem despropositadamente como simples demonstração de grandiloquência intelectual, cumprindo antes, o propósito de fortalecer a aquisição dos conhecimentos pela parte de Lucílio⁴⁰⁸, fosse pela *complementariedade* de um ensinamento; da *ilustração* de outro tencionando vivificar na memória do discípulo certo preceito ou até mesmo de *crítica*, explanando por meio de um determinado autor, raciocínios e práticas que seriam incorretos de acordo com a filosofia estoica. Para exemplificar estes empregos, podemos tomar como referência as primeiras cartas do conjunto epistolar senequiano, nas quais Sêneca, sabendo da inclinação que o seu discípulo vinha tendo em direção ao movimento filosófico epicurista, se utilizou abundantemente de citações de Epicuro para interpretá-las em sentido estoico e concentrar novamente a atenção de Lucílio nas proposições deste movimento. Observemos, por exemplo, a *carta 2*, na qual o filósofo recorreu a uma frase do filósofo do jardim para fazer o elogio do modo de vida simples defendido pelos estoicos:

É isso que eu mesmo faço: de muita coisa que li retenho uma certa máxima. A minha máxima de hoje encontrei-a em Epicuro (é um hábito percorrer os acampamentos alheios, não como desertor, mas sim como batedor!). Diz ele: “é um bem desejável conservar a alegria em plena pobreza”. E com razão, pois se há alegria, não pode haver pobreza: não é pobre quem tem pouco, mas sim quem deseja mais⁴⁰⁹.

Em cartas posteriores, estando Lucílio já devidamente assentado na filosofia estoica, Epicuro torna a dar as caras nas missivas, mas, dessa vez, como alvo de crítica e modelo de pensamento equivocado. Na *carta 85*, vemos uma das mais enfáticas. Sêneca condena Epicuro por este não considerar a virtude como a felicidade em si – ponto indubitável do estoicismo.

Epicuro pensa também que quem possui a virtude é feliz, mas não considera a virtude como causa suficiente de felicidade, pois, em seu entender, o que torna um homem feliz é o prazer que vem da posse da virtude, e não a virtude em si mesma. Distinção irrelevante: ele nega que a virtude possa existir sem o prazer. Mas se a virtude está sempre, e indissociavelmente unida ao prazer, então só por si é condição suficiente, pois implica sempre a presença do prazer, sem o qual não existe, mesmo quando vem isolada. Ora aqui está uma coisa absurda de dizer: que graças à virtude o homem

⁴⁰⁸ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XVIII.

⁴⁰⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 2.

possa ser feliz, mas que não poderá ser completamente feliz. Como isto seja possível é coisa que não consigo entender!⁴¹⁰

As objeções, no entanto, não se direcionam apenas a movimentos filosóficos rivais do estoicismo. Reivindicante de uma autonomia do pensar, Sêneca criticou, não raras vezes, filósofos pertencentes ao Pórtico por concederem atenção às sutilezas teóricas de pouca importância ou por tentarem resolver problemáticas da vida através de pormenores lógicos risórios. Veja-se um trecho da *carta 82*, na qual ele ironiza e faz troça de um raciocínio de Zenão de Cítio (fundador do estoicismo) sobre o tema do medo da morte:

O nosso Zenão serve-se deste raciocínio: “*Nenhum mal é causa de glória; ora, a morte não é causa de glória; logo a morte não é um mal!*” Magnífico! Já estou liberto do medo! Depois disto, já não hesitarei em estender o pescoço ao carrasco... Vamos lá falar com mais dignidade, sem cobrir de ridículo um homem que vai morrer! Pelos deuses! Nem sei dizer-te qual dos dois me parece mais imbecil: se quem imaginou com este silogismo eliminar o medo da morte, se quem aplicou a solucioná-lo como se ele fosse pertinente para o caso!⁴¹¹

Em contrapartida, indo além da mera apologia ou crítica, Sêneca também se serviu dos autores de sua biblioteca para dar azo e vivificar argumentos elaborados nos termos da carta, querendo com isso clareá-los a fim de que seu pupilo não os esquecesse tão facilmente no espaço da memória. Verificamos isso na *carta 8*, onde o filósofo utiliza versos do poeta Publílio Siro e do próprio discípulo⁴¹² para ilustrar premissas trabalhadas previamente.

Quantos versos não escreveu Publílio dignos de personagens de coturno, e não de gente descalça! Vou citar-te um verso dele que trata matéria filosófica, e precisamente aquele ponto que estive a discutir atrás, ou seja, que não devemos ter por nosso aquilo que o acaso nos dá: “*Nada nos pertence daquilo que o acaso nos traz*”. A mesma ideia exprimiste tu, bem me lembro, num verso não menos brilhante e conciso: “*Não é verdadeiramente teu o que é teu por dom da sorte!*” Não me esqueço também de outro verso teu melhor ainda: “*Bem que se pode dar, pode também tirar-se*”⁴¹³.

Esta memorização pela via das pequenas sentenças tinha igualmente um destino prático, já que, ao rememorar por meio de uma curta expressão/verso uma elucubração teórica estoica, esta lembrança recorrente de seu conteúdo converter-se-ia mais facilmente em ação⁴¹⁴. A

⁴¹⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 85.

⁴¹¹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, X, 82.

⁴¹² Apesar de textos poéticos apócrifos que são atribuídos a Lucílio, tudo o que restou da obra poética escrita por ele e que se pode afirmar como sendo seguramente dele são os trechos de seus versos presentes nas missivas senequianas. (SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.IX)

⁴¹³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 8.

⁴¹⁴ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XVIII.

mesma lógica encontrava eco noutro recurso propedêutico comum às cartas e a outros textos de Sêneca: o uso de *exemplas*. Na tentativa de facilitar a apreensão das virtudes e a negação das paixões por parte de Lucílio, ele (Sêneca) revirou os recantos da História e da mitologia para encontrar modelos que encarnassem estas virtudes e paixões, ambicionando instituir padrões a serem imitados no primeiro caso e rechaçados no segundo⁴¹⁵. A se levar em conta o que o filósofo nos reportou na *carta 6*, ele enxergava nesta artimanha uma das técnicas mais eficazes para se chegar ao agir moral e ao bem viver.

Deves vir mesmo ver como as coisas se passam, primeiro porque geralmente se dá mais crédito aos olhos do que aos ouvidos, segundo, porque a via através dos conselhos é longa, através de exemplos é curta e eficaz (...) Platão, Aristóteles, todos os filósofos que se cindiram em diversas escolas, aprenderam mais da vida que das palavras de Sócrates⁴¹⁶.

Assim, Sêneca colocou seu interlocutor diante de um panteão de personagens. Dentre os muitos nomes que surgem, relembramos na linha dos que poderiam acrescer as virtudes de Lucílio, as personas de Sócrates, Catão de Útica⁴¹⁷ e Lélcio, tidos como referenciais de firmeza e inflexibilidade moral, mesmo quando as circunstâncias externas convidavam ao contrário. Já na linha das paixões e condutas errôneas, avistamos indivíduos grandiosos da história que foram apequenados pelas ações pouco virtuosas, como Alexandre, o Grande, cujo vício mais aludido foi o da crueldade; o notório Mecenas, colocado como demasiadamente licencioso no proceder de sua vida ou ainda Marco Antônio, que foi demovido dos austeros costumes romanos em função da luxúria pela qual se deixou tomar quando de seu relacionamento com Cleópatra. Com isso, seguindo uma tendência da época, concedia à história uma função moralizante⁴¹⁸.

Por fim, cumpre mencionarmos ainda outros dois métodos pedagógicos frequentes no escopo das cartas: a utilização de um *interlocutor imaginário* para confrontar/discutir argumentos e a chamada *meditatio mortis*. Na primeira situação, Sêneca deixa entrever uma forte influência da *suasoria* – tipo de exercício retórico comum na Roma Antiga que consistia em se fabricar um *discurso de indole persuasiva* sobre dilemas imaginários ou históricos no qual o sujeito deveria aconselhar alguém sobre qual ação seguir. Um dos aspectos constituintes

⁴¹⁵ EHRHARDT, 2008, p.126-127.

⁴¹⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 6.

⁴¹⁷ Catão de Útica, como veremos detalhadamente no capítulo seguinte, foi um dos *exemplas* mais citados por Sêneca nas *Cartas a Lucílio*, aparecendo sempre como uma encarnação das célebres virtudes republicanas e referencial de alguém que se manteve inflexível moralmente em tempos de decadência moral.

⁴¹⁸ EHRHARDT, 2008, p.82.

desse exercício, era justamente a invenção de um *interlocutor imaginário* que fazia objeção a um determinado argumento do autor, objeção esta que lhe dava a oportunidade de retomar sua ideia primeira, comprová-la mediante a apresentação de novos argumentos ou ilustrá-la com nova exemplificação⁴¹⁹. Desse modo, trazendo à tona um tom eminentemente dialógico, pululam nas cartas fórmulas como *dicunt* (dizem alguns), *dicis* ou *dices* (dizes ou dirás tu) a que se seguem páginas de argumentação e contra argumentação⁴²⁰. Tal procedimento, propiciava a Lucílio acompanhar a linha de raciocínio do mestre e as razões que justificavam uma ideia ou preceito daquele movimento filosófico. A *meditatio mortis*, por sua vez, como a própria nomenclatura em sua forma latina sugere, tratava-se de uma meditação sobre a morte. Passando ao largo de ser um exercício de morbidez, o filósofo encorajava a reflexão sobre o assunto a fim de que o discípulo pudesse através desta distinguir aquilo que era ou não digno de valor numa existência que a todo tempo, de acordo com a concepção senequiana, apresentava aos sujeitos uma alta quantidade de alegrias e bens ilusórios. Sob esta ótica, o ato de pensar na morte servia como um aparato que permitia àquele que nele adentrasse, vislumbrar em meio às noções equivocadas do senso comum, o verdadeiro significado da vida e da felicidade que a ela se atrelava⁴²¹.

O breve percurso feito acima no entorno dos conteúdos, métodos e preceitos envoltos nas *Cartas a Lucílio* nos permitem classificá-la, se assim quiséssemos, como uma obra de *finalidades pedagógicas* ou *propedêuticas*. Efetivamente, o que visualizamos numa primeira camada é um autor - Sêneca - que se utilizou de um meio de comunicação usual à época, para tentar inserir um amigo que se encontrava distante -Lucílio - no modo de vida daquela filosofia que um dia lhe encantou na juventude – o estoicismo. É um gesto de singular beleza se olharmos sob o viés do objetivo último da filosofia estoica, que era no fim das contas, aquele ideal perseguido em maior ou menor grau pelo humano até os dias de hoje: a *felicidade*. Não seria equivocado dizer, portanto, que o filósofo tinha por intento cardinal auxiliar seu amigo a chegar a uma vida feliz. Sem perder de vista este propósito primeiro, no entanto, não podemos esquecer do homem que escreveu estas missivas e das circunstâncias que o moldaram quando da escrita das mesmas. Como ressaltado na abertura do capítulo, Sêneca deu início a sua redação em algum momento do ano 62 EC. Nestes idos, ele estava no auge de sua maturidade,

⁴¹⁹ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XV-XVI.

⁴²⁰ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XVI.

⁴²¹ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XLIII-XLIV.

tendo vivenciado acontecimentos que foram definidores na sua formação. Na infância e juventude, cresceu sob os auspícios positivos do fim das guerras civis, cercado pelas elevadas expectativas que o novo regime político inaugurado por Otávio Augusto trazia junto a si e envolvido pela efervescência cultural despertada por ele. Já adulto e vinculado diretamente a política do Principado, sentiu na pele os efeitos das intrigas palacianas que acometiam o círculo dos primeiros sucessores de Augusto, tendo por muito pouco escapado da pena capital sob o Principado de Calígula, e sofrido a dura condenação de ser relegado para uma ilha inexpressiva no início do Principado de Cláudio. Tendo sido concedida a permissão de voltar a Roma, tivera a oportunidade de participar da educação de Nero, aquele que viria a ser o sucessor de Cláudio, e de nos primeiros anos do governo daquele, atuar como um dos seus principais conselheiros, cenário em que se deixou invadir pela esperança de finalmente ver concretizada uma política modelar. Entretanto, esta esperança restou igualmente perdida a partir do momento em que Nero optou por um agir político autônomo que pouco ou nada repercutiam os ideais ensinados a ele. Perdida a influência na corte do Príncipe e retirado da vida pública, sobrava a um Sêneca fragilizado, o consolo da filosofia e o refúgio das palavras. É neste parâmetro que deixamos entrever, então, um segundo componente das *Cartas a Lucílio*, o qual, ainda que não fosse a intenção principal do autor com as correspondências, não deixou de manifestar-se aqui e ali, direta ou indiretamente. Estamos falando do *componente político*. Afloram nas cartas as marcas de sua trajetória e pensamentos concernentes a este segmento, revestidos ora de crítica, melancolia e ressentimentos frente aquilo que o Principado e a sociedade romana se tornaram, ora de reflexões e sonhos frente aquilo que eles poderiam vir a ser. É sob este último enfoque que exploraremos as cartas no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 4: NAS ENTRELINHAS DAS CARTAS: PERCEPÇÕES A RESPEITO DA CONJUNTURA POLÍTICA DA ÉPOCA E A CONCEPÇÃO DE UM IMPÉRIO MORAL

“Por conseguinte, há que usar de prudência para impor à nossa vida medida e moderação, pois a

falta de moderação leva velozmente à ruína todos os bens disponíveis, e não há recursos, por mais vastos, que consigam durar se a razão moderadora lhes não põe freio. Desta verdade pode servir-te de prova a sorte de muitas cidades: cidades cujo poder imenso caiu por terra em pleno apogeu, com a intemperança a arruinar por completo todo o edifício outrora erguido graças à virtude.”

(Sêneca. *Cartas a Lucílio*)

“(...) Estes homens protegiam-se do sol apenas na sombra densa das florestas, viviam sob humildes tetos de colmo como único abrigo contra as inclemências do inverno, mas podiam ver suas noites passarem-se sem angústia. Nós, no meio da nossa púrpura, dormimos agitados, sujeitos ao violento aguilhão da ansiedade; eles, dormindo na terra dura, que sono tranquilo gozavam.”

(Sêneca, *Cartas a Lucílio*)

“A filosofia também não se empenha em fabricar armas, em erguer muralhas, enfim, em ser útil às artes da guerra: a sua preocupação é a paz, o seu empenho é incitar todos os homens à concórdia.”

(Sêneca, *Cartas a Lucílio*)

“Recolhido em um pequeno banco próximo à entrada de sua casa, Sêneca observava o poente que despontava no horizonte assinalando através de tons róseos, amarelos e alaranjados a chegada de mais uma noite. Alguns pássaros ainda cantavam e as árvores do pomar deixavam-se revestir de uma harmoniosa luminosidade advinda dos últimos raios de sol. Enquanto assistia o solene espetáculo da natureza, bebeu um gole de água fresca e o sentiu transpassar cada canto de seu corpo, como que resgatando sua vivacidade e viço. Esta pequena ocasião, bastou-lhe para lhe confirmar mais uma vez a verdade daquela sentença que há muito vinha repetindo para si: *“a felicidade reside mesmo é nas coisas mais simples”*. Ao passo em que refletia, no entanto, chegavam-lhe à mente também, pensamentos soturnos, revestidos de tristeza ante aquilo que

Roma havia se convertido e que em nada remetia à singeleza do momento que ali contemplava. Destarte, no centro do Império, apenas os excessos de toda ordem tinham vez e lugar. Orgias e algazarras, suntuosos banquetes, espetáculos sangrentos, luxos de todos os tipos, bebedeiras, discursos empolados nas praças da cidade, corrupção no foro... Para onde quer que se olhasse, avistava-se apenas a face vitoriosa dos vícios. *Onde foram parar a virtude e os costumes daqueles grandes homens que um dia este lugar tivera?* Perguntava-se o filósofo desolado sem entender. Lembrou-se então de Nero, nas esperanças que um dia nele depositou para fazer voltar aqueles tempos e o contrário a que acabaram encaminhando-se suas ações, e, estoico que era, ainda assim não conseguiu evadir-se da sensação de melancolia que agora tomava-lhe a alma. Neste instante, sentiu o desejo de conversar com Lucílio, seu ilustre discípulo que nesta altura encontrava-se na região da Sicília. Ele entenderia sua dor. Aproveitou-se então da presença da esposa Paulina que por ali passava e solicitou que esta fosse chamar o missivista. Iria escrever mais uma carta filosófica ao amigo. Através da filosofia, converteria aquela dor em aprendizado. Através da filosofia, daria seu testemunho contra os vícios e voltaria ao tempo dos virtuosos homens romanos. Através da filosofia, sonharia com outros mundos possíveis”.

O texto fictício acima, fruto da imaginação do autor que aqui escreve, foi elaborado com vistas a dimensionar e ilustrar a um nível mais geral para abertura de discussão, os principais elementos políticos que permearam as cartas endereçadas por Sêneca a Lucílio. Com efeito, se quiséssemos resumir logo de pronto, poder-se ia defini-los a partir de três grandes tendências: 1) *Crítica ante aquilo que o Principado e a sociedade romana se converteram*; 2) *Idealização de um passado romano em que o elemento moral ocupava posição central nos homens e na sociedade* e 3) *Proposições políticas voltadas para uma temporalidade futura*. Em todas elas, contudo, em maior ou menor grau, seja através da crítica aberta, da idealização de um passado ou de uma proposição política para o futuro, vê-se um autor que olha para o tempo presente com profundo descontentamento⁴²². Entenderemos melhor o descontentamento se recuperarmos alguns daqueles pontos trazidos no fim do capítulo anterior com relação à

⁴²² Esse descontentamento para com o período dos Júlio-Claudianos e os excessos de sua época não foi uma exclusividade de Sêneca. Outros autores, coetâneos e posteriores, identificaram-no e o tematizaram em diferentes frentes em suas respectivas obras. Citamos a título de exemplo neste rol Aulo Pérsio Flaco (34 EC – 62 EC) e seu texto intitulado *Sátiras*, onde atacou principalmente a superstição e a hipocrisia dos anos neronianos; Marco Valério Marcial (40 EC – 102 EC) e a sua obra *Epigramas*, nas quais lançou críticas a vida cidadina de Roma e seus tumultos; e também Caio Petrónio (27 EC – 66 EC) que no seu escrito de nome *Satyricon* abordou de maneira bem humorada a alta inserção dos libertos na vida pública de Roma nos governos de Cláudio e Nero. (EHRHARDT, 2008, p.102, 103, 105)

trajetória de Sêneca ao longo do novo regime político que foi instaurado em Roma. Num primeiro momento, entusiasmo para com ele no Principado de Otávio Augusto; sequencialmente, nos governos de Calígula e Cláudio, a experiência do medo e das perseguições; finalmente, ao lado de Nero, o sonho de ver realizado o intento de um Império fundamentado na virtude, seguido do desapontamento advindo do posterior aviltamento deste ideal. O que se tem, desse modo, é um percurso sinuoso, de altos e baixos, com pequenos traços de expectativas que não demoram muito a se converter em frustrações. Expectativas e frustrações que forneceram a tônica das concepções políticas presentes nas *Cartas a Lucílio*.

Assim, no espaço do papel, da tinta e das letras se colocava um autor mediado por aqueles dois tipos profundamente interligados que formaram sua persona: o *homem político da aristocracia senatorial* e o *filósofo estoico*. Através das lentes de cada um deles, Sêneca delineava um preciso diagnóstico do campo-político social romano a fim de identificar a causa daquela crise que experienciava e do mal-estar que permeava sua época. Esta causa, deixava entrever ele, residia na absoluta falta de substância moral que circundava o Império e o Principado⁴²³. Criando então um quadro de opostos, o pensador enfatizava que, se por um lado aquele regime político trazia consigo significativos avanços, como prosperidade econômica⁴²⁴, estabilidade política⁴²⁵ e consolidação de um ambiente artístico-cultural de relevo, por outro, deixava faltar a todas essas coisas o cimento da virtude⁴²⁶. Faltando este elemento que sob a ótica do estoicismo se faz primordial para o alcance do bem viver, da felicidade e da harmonia, os homens deixavam-se contaminar pelas paixões, empurrando uns aos outros no caminho do erro⁴²⁷. Foi fundamentalmente essa a leitura que Sêneca fez da Roma do primeiro século da Era Comum, donde sobreveio então, aquela primeira tendência política das cartas da qual falamos, qual seja, a de crítica frente aquilo que o Principado e a sociedade romana se tornaram.

⁴²³ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p. XXVIII.

⁴²⁴ Nesta prosperidade econômica ressaltada, advinda em boa parte das conquistas de outros povos pelos romanos, Sêneca enxergava uma das vias pelas quais tantos vícios e condutas errôneas aportaram em solo romano. O filósofo o declara abertamente na *carta 87*, ao fazer uma crítica aos silogismos: “Conseguiremos convencer com eles (os silogismos) o povo romano a preferir com entusiasmo a pobreza – fundamento e causa do seu poderio! - e a suspeitar das suas próprias riquezas, refletindo em que as conquistou aos povos vencidos, que delas resultou a introdução, nesta cidade de tão puros e austeros princípios, da corrupção eleitoral, da venalidade, da agitação social?” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 87)

⁴²⁵ Pierre Grimal aponta que apesar de os historiadores antigos (como Tácito, Suetônio e Dião Cássio) nos criarem uma imagem de turbulências e conflitos da Roma Imperial do primeiro Século, tais distúrbios se circunscreveram muito mais a cidade de Roma e ao círculo dos Príncipes, de forma que no conjunto do Império, a situação que vigorava era bastante estável, com um ou outro conflito/levante que, no entanto, não chegavam a comprometer a segurança dele. (GRIMAL, 2011, p.138, 139)

⁴²⁶ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XXVIII.

⁴²⁷ VEYNE, 2016, p.48.

Desse modo, quem se aventurar por aquela Roma contemporânea descrita criticamente pelo filósofo encontrará toda sorte de sordidez, paixões e vícios que se distribuem nos mais variados recantos. Iniciando nossa caminhada por ela, podemos ir em direção a arena e visualizar o ápice da *crueldade* humana. Ali seres humanos são colocados em confronto uns com os outros para duelarem até a morte ou jogados contra ursos e leões pelos quais são brutalmente devorados. Tudo isso servindo de diversão a outros seres humanos, que gritam alucinadamente diante do sangue do semelhante. Na *carta 7*, vemos Sêneca discorrendo sobre o horror que sentiu ao assistir um destes espetáculos:

Fui casualmente assistir ao espetáculo do meio-dia, à espera de encontrar algo de ligeiro, de divertido, algo que descansasse os olhares dos homens da vista do sangue humano. Foi o contrário que encontrei: todas as lutas anteriormente realizadas foram atos de misericórdia; a esta hora, sem artifícios alguns, o que há são puros homicídios. (...) Atiram-se homens aos leões e ursos de manhã, aos próprios espectadores ao meio dia⁴²⁸.

Da mesma forma que a crueldade se faz presente na arena, seguindo nosso caminho pela Roma de Sêneca, encontramos os excessos desmedidos da *gula* nos festejos e banquetes dos círculos aristocráticos, onde fulgura o aroma das comidas e pratos exóticos que devassam o corpo e o estômago. A título de exemplo, atentemos para o modo como o cordovês comenta essa alimentação desregrada da elite da época na *carta 89*:

(...) Que ínfima parte desses manjares, preparados por tantas mãos, a vossa boca embotada de prazeres é capaz de saborear! Que ínfima parte desta fera, caçada com tanto risco, pode provar o senhor, cheio de náuseas, incapaz de digerir! Que ínfima parte destes mariscos vindos de tão longe acaba por ir parar a este estômago insaciável! Não vedes, desgraçados, até que ponto o vosso apetite é maior do que o vosso estômago?⁴²⁹

Outros vícios e paixões associados ao corpo como a *libertinagem* podem ser achados se dermos uma passadela pelas festas da vida noturna romana, onde os jovens se amontoam em meio a *corpus nus*, embebedando-se de vinho e deixando-se guiar pela desmedida da embriaguez. O filósofo em tom hostil as menciona na *carta 122*.

(...) Ou não te parece ser contra a natureza beber em jejum, encher de vinho o estômago vazio e só ir comer depois de embriagado? E todavia é este um vício habitual entre os jovens romanos amadores de cultura física, que vão encher-se de

⁴²⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 7.

⁴²⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 89.

bebida quase à beira da piscina entre os banhistas nus, mais, que bebem para logo a seguir raspem o suor que provocaram com incontáveis bebidas bem fortes!⁴³⁰

Na mesma linha, Sêneca nos convida a olharmos para o vazio das manifestações culturais e, em contrapartida, para a multidão avassaladora de indivíduos que lotam as academias de ginástica com intuitos de moldar e dispende cuidados com a parte física. Sem meias palavras, na *carta 80*, o autor reconhece nesta inclinação de seus concidadãos um sintoma de ignorância:

Ponho-me a pensar na quantidade dos que exercitam o físico, e na escassez dos que ginasticam a inteligência; na afluência que têm os gratuitos espetáculos desportivos, e na ausência de público durante as manifestações culturais; enfim, na debilidade mental desses atletas de quem admiramos as espáduas musculadas⁴³¹.

Aquele, entretanto, que quiser conhecer uma das principais moradas dos vícios e paixões deve fazer uma visita a residência de algum homem rico da Roma imperial. Ali, em meio a paredes revestidas de ouro, cortinas elaboradas a partir dos tecidos mais finos do Oriente, jardins com todos espécimes de plantas e ornamentações, bebidas requintadas e todos os tipos de pompa, vivem sujeitos que, a partir do luxo e dos prazeres por ele emanados, converteram-se, apesar do alto montante de riquezas que possuem, em escravos das necessidades, superficialidades e perversidades despertadas por eles. Não à toa, Sêneca demarca na riqueza um dos pilares do desvio moral do ser humano, como se pode observar na *carta 90*:

A natureza dá-nos em abundância o que naturalmente necessitamos. A civilização do luxo é um desvio em relação à natureza: dia a dia cria novas necessidades, que aumentam de época para época; o engenho está a serviço dos vícios! Começou por ambicionar coisas supérfluas, em seguida contrárias à natureza, e acabou por colocar a alma na dependência do corpo, forçando-o à subordinação aos prazeres físicos. (...) Desapareceu de entre nós a antiga moderação natural que limitava os desejos às necessidades; hoje, desejar apenas o essencial é dar provas de mesquinho provincianismo⁴³².

Dessa maneira, indo de um lugar ao outro, encontramos uma Roma que poderíamos adjetivar como corrompida, degenerada, pervertida e outros tantos termos correlatos a estes. Quem venha nos acompanhando neste passeio, no entanto, poderia perguntar-nos em quê

⁴³⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XX, 122.

⁴³¹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, IX, 80.

⁴³² SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90.

exatamente essas observações críticas que até aqui Sêneca vem fazendo sobremaneira com relação ao âmbito da vida privada dos romanos (divertimentos, alimentação, lazer, poder aquisitivo, etc.) influi na esfera do público e do social. No que concerne a esta questão, precisamos rememorar antes de mais nada, a fluidez dos conceitos de *público* e *privado* na Antiguidade, que eram bem menos engessados do que as noções que deles fazemos nos dias de hoje. Tais conceitos, no recorte temporal que ora examinamos, misturavam-se, envolviam-se, coexistiam. O que se fazia no espaço do lar possuía a mesma intensidade daquilo que se fazia no espaço do Senado, por exemplo⁴³³. No escopo da filosofia estoica, este imbricamento ganhava contornos ainda mais acentuados, de modo a poder-se afirmar que aquilo que se fazia no espaço do lar *influenciava* diretamente o que se fazia no espaço do Senado e vice-versa. Conforme nos explica Marcos Luís Erhardt:

(...) para os estóicos, não há quebra de continuidade entre o espaço da casa, portanto privado, do espaço político de participação ativa, ou seja, público. Estavam eles convencidos que a realidade deveria ser encarada em seu conjunto como uma grande *res publica* e não isoladamente⁴³⁴.

Daí a intensidade e virulência das críticas empregadas pelo filósofo naquilo que ele detectava como sendo paixões e vícios no modo de vida dos romanos. Nas entrelinhas de cada uma delas, ele almejava deixar o aviso de que a menor das imoralidades vistas ou cometidas pelo indivíduo, quer fossem no domínio privado, quer fossem no domínio público de suas vidas, tinha o potencial de contaminar uma sociedade inteira em suas mais diferentes estruturas⁴³⁵. Neste sentido, a crueldade vista entre dois homens duelando na arena, suscitaria facilmente o mesmo vício no espectador, que ao ir para sua casa, poderia a exercer igualmente para com seus familiares ou escravos. Do mesmo modo, a licenciosidade do luxo, das festas e da mesa conduziriam aqueles que por eles se deixassem levar a uma moleza de espírito que refletiria ao fim e ao cabo numa ausência de disposição e cuidado nas obrigações diárias⁴³⁶. O ímpeto de se deslumbrar por riquezas e considerá-las um bem em si mesmas, levariam os

⁴³³ STADLER, 2013, p.56.

⁴³⁴ EHRHARDT, 2008, p.172.

⁴³⁵ Vemos este alerta explicitamente em trecho da *carta 94*: “Os próprios pais nos desviam para o mal, os escravos também. E os erros de cada um não recaem só sobre si, antes pegam a insânia ao próximo e por este se deixam reciprocamente contaminar. Os vícios de cada um são-no também da sociedade, pois foi a sociedade que os gerou. Se alguém incita outro ao mal, tende para o mal ele próprio; aprende más condutas, ensina-as em seguida, e atinge-se a perversidade generalizada quando numa sociedade se concentra o que há de pior em cada indivíduo” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 94).

⁴³⁶ Encontramos um exemplo ilustrativo disso na *carta 55*, donde o filósofo expressa que “A vida de luxo roubou-nos as forças, e o que antes não fazíamos por falta de vontade, hoje não o fazemos por carência de energia” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, VI, 55).

sujeitos nutridos dessa percepção a fazerem de um tudo para conquistá-la, nem que para isso precisassem passar por cima daquelas coisas realmente valorosas, como a benignidade, a honestidade e a justiça⁴³⁷. Assomadas, estas ações desviariam o ser humano daquela finalidade para a qual, de acordo com o estoicismo, a natureza o havia gerado – *viver virtuosamente*. Se tal potencialidade não se realizasse, teríamos, em última análise, um ser humano e uma sociedade calcados na ilusão, e, por conseguinte, na infelicidade, no erro e no sofrimento.

É sob este último viés, que visualizamos nas veredas das objeções pontuadas por Sêneca no que diz respeito a sua época, a hipótese de uma crítica de caráter mais amplo estendida a figura de Nero. Destarte, ao sinalizar os vícios que acometiam o contexto-sócio político e como estes afastavam os cidadãos romanos de suas propensões morais, o filósofo, ainda que sem citar nominalmente o Príncipe, lhe apontava implicitamente o dedo como que a lhe dizer que boa parte daquele cenário deturpado era de sua responsabilidade⁴³⁸. Tal parecer ficará mais evidente se lembrarmos que para o pensador, não havia separação entre Império e governante, de tal forma que este último personificava o primeiro⁴³⁹. Sob esta ótica, as ações pessoais e governamentais de um Príncipe se refletiriam automaticamente sobre a totalidade do Império, como podemos visualizar nestes excertos retirados do *Tratado sobre a Clemência*, em que Sêneca disserta sobre essa influência a partir do ponto de vista de um agir virtuoso:

⁴³⁷ Sêneca não se furta de deixar claro em várias de suas correspondências o quanto o desejo pela riqueza possui ingerência no mal agir dos seres humanos. Na *carta 115*, por exemplo, o vemos fazer referência a corrupção entranhada nas diversas camadas sociais romanas desde que o dinheiro e o poder aquisitivo passaram a ser determinantes para se alcançar honras: “Observa atentamente, e verás a corrupção que se esconde sob essa leve capa de dignidade. Desde que o dinheiro (que tanto atrai a atenção de inúmeros magistrados e juízes e tantos mesmo promove a magistrados e juízes!...), desde que o dinheiro digo, começou a merecer honras, a honra autêntica começou a perder terreno. (...) Somos boas pessoas por interesse, somos bandidos por interesse, praticamos a moralidade enquanto dela esperamos tirar lucro, sempre prontos a inverter a marcha se pensamos que o crime pode ser mais rendível” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIX, 115). Já na *carta 119*, exortando Lucílio sobre a riqueza que é se ter apenas o suficiente para viver, o filósofo cria um contraponto desta com a riqueza vulgar, enumerando as abominações que esta última desperta: “Não consideras isto uma riqueza só porque, por sua causa, nunca ninguém foi proscrito? Porque, por sua causa, nunca um filho envenenou o pai nem uma mulher o marido? Porque em tempo de guerra permanece em segurança, mas em tempo de paz não dá juro? Porque não é arriscado possuí-la nem trabalhoso administrá-la?” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XX, 119)

⁴³⁸ Ainda que a ausência de citação nominal possa ter se dado em função de um possível receio de incorrer no crime de lesa majestade, Paul Veyne enxerga nessa ausência, uma artimanha linguística de Sêneca para atingir o personalismo de Nero. Analisando a *carta 73*, na qual o cordovês abordou as relações entre Príncipe e filósofo aparentemente sob uma forma de passividade e submissão, o historiador pontua que “(...) embutindo uma aliança aparente com Nero numa lealdade para com a autoridade pública em geral ele volta assim a arma da adulação contra o neronismo. Ele não fala do que Nero mais prezava, a saber, o próprio Nero, que não passa de um imperador como os demais. Sêneca declara-se para com um soberano anônimo, que mais defende a pátria do que possui uma “voz divina” de cantor” (VEYNE, 2015, p.221-222). Ainda no plano da linguagem, o mesmo historiador reconhece a coragem do filósofo ao usar o termo *tirano* (mesmo que sem vinculá-la a Nero) num contexto em que tal palavra carregava força e perigo: “Não é difícil imaginar que, sob o reinado de Nero, a palavra tirano devia causar o efeito de uma bomba; nas *Cartas*, ela explode oito vezes” (VEYNE, 2016, p.225)

⁴³⁹ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.53.

(...) Esta mansidão de teu espírito se propagará e, paulatinamente, se difundirá por todo o vasto território do teu império, e todas as partes reunidas se configurarão à semelhança tua. Da cabeça provém a saúde que se espalha por todas as partes do corpo⁴⁴⁰.

Sob o comando da alma, repousamos ou corremos inquietos. Quando ordena, se ela é um senhor ganancioso, exploramos o mar por causa do lucro; se ela é ambiciosa, sem perda de tempo apresentamos nossa mão direita às chamas ou nos precipitamos voluntariamente, para dentro da terra. Do mesmo modo, esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria⁴⁴¹.

Evidenciado tal vínculo entre Príncipe e Principado, sobressaíam-se apenas duas possibilidades: ou o Príncipe seria virtuoso e, por extensão, da mesma forma, o Principado; ou o Príncipe acorreria em vícios e, por extensão, o Principado também. Sêneca, nas cartas, parecia acreditar na concretização da segunda opção. Dado este entendimento, não seria equivocado de nossa parte sugerir que, nas muitas críticas lançadas aos espetáculos, aos divertimentos públicos, às festas, aos excessos do luxo, à corrupção das instâncias públicas e a outros desregramentos que grassavam o Império Romano, na visão senequiana, encontravam-se, no subtexto destas, a mensagem de que, em grande parte, aquilo se devia ao incentivo e à permissividade de Nero, que fizera a escolha de erigir o erro em ideologia oficial⁴⁴². Nesta via, por conseguinte, o filósofo edificava a imagem de um tirano que tinha por marca maior de seu agir despótico a emulação de uma tirania das paixões na esfera da sociedade, encaminhando-a para uma carência de valores que, ao fim e ao cabo, lhe seria danosa.

Posto em cena tal panorama de deterioração, interpunha-se nas cartas um segundo elemento em que aventamos rastros de ressentimento de Sêneca para com o Principado neroniano. Este, por sua vez, situava-se nos constantes convites direcionados a Lucílio para que, seguindo o seu exemplo, se retirasse da vida pública⁴⁴³. Nesta senda, são recobrados aqueles argumentos já usados na obra *Sobre o Ócio* para justificar a saída de um estoico deste tipo de vida, onde, mais uma vez, um contexto político arbitrário aparece como uma motivação de relevo. Observemos a ênfase dada a ela na *carta 22*:

(...) o estoico não se arruinará num esforço indigno e ultrajante, não se manterá ativo apenas para se manter ativo! Não fará sequer aquilo que esperarias vê-lo fazer, ou seja, aguentar permanentemente o embate das grandes manobras políticas. Quando o

⁴⁴⁰ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.44.

⁴⁴¹ SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, 2013, p.52-53.

⁴⁴² VEYNE, 2016, p.223.

⁴⁴³ Recordemos novamente que no período das trocas epistolares, Lucílio encontrava-se na Sicília desempenhando o cargo de procurador imperial.

estoico se der conta de que está envolvido numa situação opressiva, dúbia, ambígua deve recuar; não voltar as costas, mas sim, retirar-se gradualmente para um lugar seguro⁴⁴⁴.

Outrossim, consoante a este destaque dado a situações políticas opressoras como causa fundamental para saída da vida pública, outro ponto manifesto com vigor em *Sobre o ócio* e que nas cartas tornam a se mostrar, é a importância outorgada a *filosofia*, que neste momento é colocada como superior aos poderes instituídos. Vemos a defesa desse ponto de vista na *carta 21*, onde ao fazer um convite para que o discípulo se dedicasse exclusivamente a vida filosófica, Sêneca demarca a preeminência desta sobre a “vida mundana” (em que estão inseridos o poder e encargos a ele atrelados). Diz o filósofo: “a vida mundana tira o seu brilho de circunstâncias exteriores, e o mínimo obstáculo imediatamente a torna sombria; a vida do sábio, essa brilha com sua própria luminosidade”⁴⁴⁵. Adiante, ele sublinha como a história conserva intacta a sabedoria dos que se dedicaram ao conhecimento e esquece facilmente aqueles que puseram suas forças no ilusório território do poder. Citando os exemplos de Epicuro, tido aqui como exemplo de filósofo, e Idomeneu, amigo de Epicuro que era ministro do poder real em sua época, escreve ele: “Quem conheceria hoje Idomeneu se o filósofo não o citasse na sua correspondência? Todos os grandes da corte, todos os sátrapas, o próprio rei que concedeu o cargo a Idomeneu, jazem no mais profundo esquecimento”⁴⁴⁶. Em outra frente, Sêneca situa a filosofia como um espaço de liberdade a que tirano nenhum consegue acessar. Na *carta 28*, trazendo a referência de Sócrates, que em certa altura de sua existência viveu sob a vista de trinta tiranos mantendo ainda assim uma posição de impavidez, o pensador romano pontua como a filosofia fortifica aqueles que adentram seus limites com uma altivez que lhes permite ficar acima de qualquer coerção perpetrada pela tirania. Em suas palavras: “A escravidão é só uma. E quem a tem em desprezo será sempre um homem livre, por muito grande que seja a multidão dos poderosos”⁴⁴⁷. Criava assim, por meio da filosofia, uma fortaleza na qual protegia-se da debilidade reinante.

Mas nem só de críticas, rancores e tristezas se constituíam as cartas. Há igualmente em suas camadas, se bem procurarmos, um elevado sentimento de *nostalgia*, que muitas vezes deixa-se misturar com aquele pessimismo manifesto. É o momento em que chegamos naquela

⁴⁴⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, III, 22.

⁴⁴⁵ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, III, 21.

⁴⁴⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, III, 21.

⁴⁴⁷ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, III, 28.

segunda tendência que assinalamos, a saber, a idealização de um passado romano em que o elemento moral ocupava posição central nos homens e na sociedade. Desaparecem nesta instância, a devassidão e luxúria das festas licenciosas, o aroma libidinoso dos perfumes, as mesas repletas de gulodices, a corrupção do fórum, os prédios revestidos de ouro e mármore, o mal agir do homem com seu próximo e todas as formas de viver que encarnavam a palavra decadência. Em seu lugar, emerge uma Roma associada prioritariamente a tempos republicanos, de homens valorosos, simples em seus hábitos e detentores de uma grande robustez moral. As descrições deste passado, distantes de representarem um saudosismo estéril, aparecem com pretensões educativas, em que Sêneca, criando um contraste entre o tempo presente que o aborrecia com aquele passado dignificante que um dia Roma vivenciara, trazia à tona aquelas virtudes e condutas que deveriam ser resgatadas para devolver a saúde moral de que o Principado carecia. Tal como atesta Ehrhardt (2008):

Essa historiografia exemplar e especular pressupunha a utilização pragmática e pedagógica do passado representada como um repositório de regras para as relações consigo (ética) e para as relações com outrem (política). A história é evocada para orientar a conduta moral e política dos soberanos e dos súditos, por meio dos exemplos ou contra-exemplos de ação individual num passado tornado monumental e ilustre. Um passado que é rememorado constantemente⁴⁴⁸.

A fim de abordarmos estes aspectos supracitados, iremos nos deter especificamente sobre o relato da *carta 86*. Nesta missiva o filósofo narrou ao seu interlocutor uma viagem que havia realizado à vila em que o notório general Cipião Africano⁴⁴⁹ (236 a EC – 183 a EC) passara os anos finais de sua vida. O que de começo soa como uma reminiscência de um passeio agradável, rapidamente se converte numa série de comparativos entre a Roma moral do passado com a Roma imoral do presente. Neste conjunto de oposições, o destacado militar romano foi elevado ao *status* de cidadão moralmente modelar. Para darmos início ao nosso escrutínio e observarmos de que modo se deu esse constructo, vejamos as primeiras linhas desta correspondência:

⁴⁴⁸ EHRHARDT, 2008, p.85.

⁴⁴⁹ O personagem referido trata-se de Públio Cornélio Cipião Africano, que ficou conhecido nas páginas da história romana sobretudo em função das suas vitórias decisivas no evento que ficou conhecido como *Segunda Guerra Púnica* (das três que Roma travou contra Cartago). Juntamente de sua habilidade militar, destacaram-se suas qualidades morais (coragem, liderança inspiradora, magnanimidade com os inimigos, integridade pessoal, devoção ao Estado, etc.), pelas quais ficou conhecido como um homem exemplar. Para mais informações sobre a figura de Cipião Africano e sua posição privilegiada no campo da *historia magistra vitae* da época ver: SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Escrevo-te esta carta instalado por um tempo na própria vila de Cipião Africano, após ter prestado culto aos seus manes e a um altar que suspeito sirva de túmulo a este ilustre varão. Estou persuadido de que a sua alma regressou ao céu donde provinha, persuasão que não vem de ele ter comandado enormes exércitos (afinal, exércitos também os teve o louco Cambises, que soube bem tirar partido da sua insanidade), mas sim, da extraordinária piedade e moderação que ele demonstrou (...).⁴⁵⁰

Neste excerto, Sêneca abre a missiva dando menor prioridade aos ofícios militares pelos quais Cipião Africano era tradicionalmente lembrado e concedia maior visibilidade às suas *qualidades morais*. No conjunto destas, duas ganhavam especial destaque: a *moderação* e a *piedade*. Destaques a que já cogitamos um primeiro plano de opostos entre a Roma do passado idílico com a Roma coeva, tendo em vista que representavam justamente o contrário de dois daqueles vícios que o autor enxergava com frequência na última delas: *excesso* e *crueldade*. Seguidamente o filósofo descreverá algumas características da vila de Cipião como meio de exaltar sua *austeridade de costumes*. No rol dessa descrição, Sêneca se deixa impressionar especialmente pela simplicidade do balneário em que o general se banhava, distinto em todos os detalhes daqueles balneários públicos que se espalhavam pela Roma do primeiro século⁴⁵¹. Para clarificar as impressões do autor, vejamos como ele as registra na carta:

Vi ainda o pequeno balneário, bem escuro, segundo a moda de antigamente: os nossos maiores não apreciavam os banhos quentes senão às escuras! Senti então um grande prazer ao confrontar os costumes de Cipião com os nossos de hoje: era em semelhante cubículo que o grande homem – o “terror de Cartago” –, a quem Roma ficou devendo não ter sido conquistada pela segunda vez, lavava o corpo cansado dos labores agrícolas! Cipião viveu sob este teto tão sem graça, pisou estes pavimentos tão ordinários! Nos dias de hoje, quem se resignaria a tomar banho em condições semelhantes?⁴⁵²

(...) Antigamente, os balneários públicos eram pouco numerosos e sem a mínima decoração. Para quê, de fato, decorar uma coisa de valor mínimo, de finalidade meramente utilitária e não destinada ao prazer?⁴⁵³

(...) Cipião não se lavava com água filtrada, frequentemente ela estava turva, e quando chovia mais, quase ficava com lodo. A ele, aliás, não lhe fazia diferença lavar-se assim, pois ia ao banho para se limpar do suor, e não dos perfumes⁴⁵⁴.

⁴⁵⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 86.

⁴⁵¹ Em nota explicativa que compõe a tradução portuguesa das *Cartas a Lucílio*, J.A. Segurado e Campos observa que no século I EC, a profusão dos balneários no espaço do Império havia aumentado consideravelmente. Atenta ele que no ano 33 EC, numa contagem efetuada em um recenseamento promovido por Agripa, só em Roma se tinham cerca de 170 banhos públicos. (SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.398)

⁴⁵² SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 86.

⁴⁵³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 86.

⁴⁵⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 86.

Nestes trechos, irradiam de modo explícito as oposições existentes entre as épocas, de modo que Cipião e sua vila tornam-se protótipos que permitem aferir as virtudes de uma e as paixões/vícios da outra. Tal aferição se dá sob diferentes vias nas quais encontramos sempre uma postura ancestral valorosa contraposta a algum elemento censurável da Roma do presente. Na tabela abaixo, ilustramos tal procedimento:

Ações/posturas atreladas à época de Cipião e virtudes/valores relacionados a ela.	Ações/posturas atreladas à época de Sêneca e paixões/vícios relacionados a ela.
Preferência dos grandes homens do passado por banhos às escuras. Virtude/valor destacados: <i>pudor</i> .	Banhos públicos expostos e abertos. Paixão/vício destacados: <i>impudência</i> .
Banhos simples em águas turvas que tinham por objetivo limpar o suor do trabalho. Virtude/valor destacado: <i>trabalho/senso de dever</i> .	Banhos em água filtrada que tinham por objetivo limpar os perfumes/cosméticos. Paixão/vício destacado: <i>prazer/lascívia/ moleza de espírito</i> .
Espaço do banho modesto e sem ornatos. Virtude/valor destacado: <i>frugalidade/modéstia</i> .	Espaços de banho com grande aparato decorativo. Paixão/vício destacado: <i>luxo/imodéstia/excessos</i> .

Estes contrapontos estabelecidos forneciam ao leitor, além da constatação dos vícios e condutas errôneas do tempo presente, um vasto catálogo de atos e virtudes inspirados na grandiosidade de homens do passado que podiam e deviam ser imitados a fim de se resgatar a moral de outrora. Cipião Africano, portanto, não aparece num retrato passivo de um período inatingível em que os homens e a sociedade eram melhores. Pelo contrário: ele era o exemplo de que homens e sociedades melhores podiam ser forjados. Bastaria, para tanto, seguir seus exemplos. E no que toca estes últimos (os exemplos), Sêneca não se furta de oferecê-los em grande escala. Neste esteio, um dos mais frequentemente mencionados nessa galeria foi o também renomado Catão, o Jovem. Seu nome tornou-se digno de louvor pela pena de Sêneca por ele ter se mantido incorruptível num contexto em que uma crise dos valores romanos já começava a despontar no horizonte. Com efeito, seu nome aparece sempre vinculado ao contexto das guerras civis que assolaram os anos finais da República romana, circunscrito no mais das vezes aos embates que se deram entre Pompeu e Júlio César. No referido período, enquanto a sociedade se dividia entre partidários dos interesses destes dois, Catão teria sido o único a escolher pela causa da República e da liberdade, de modo que preferiu o suicídio quando viu estes ideais restarem perdidos. Não à toa, o episódio virtuoso de sua morte foi

amplamente explorado pelo pensador romano nas missivas⁴⁵⁵. Citamos a título de ilustração, o fragmento da *carta 104* em que esta é reportada:

Toda a existência de Catão decorreu ou no meio da agitação social armada ou quando já estava em gestação a guerra civil declarada. Também de Catão se pode dizer, como de Sócrates, que se eximiu pela morte à servidão. (...) enquanto uns tomavam o partido de César e outros o de Pompeio, Catão foi o único que abraçou o partido da república⁴⁵⁶.

Para além do emblema da coragem e honradez de que se reveste a morte honrosa de Catão, há no interior deste acontecimento outras sinalizações importantes que poderiam da mesma maneira que vimos com o caso de Cipião, ser pensadas ou reproduzidas pelos homens contemporâneos, como o convite a seguir o exemplo de impermeabilidade moral de Catão diante de contextos políticos parecidos; a reflexão sobre o quão valorosa e nobre é a liberdade, e por fim, o aviso sobre as vulnerabilidades e conflitos a que fica sujeito uma sociedade em que este valor é atacado⁴⁵⁷. Assim, informava através destes exemplos que a história trazia lições para todas as épocas.

Paralelamente às menções que faz a estes homens virtuosos da história romana, Sêneca resgata na seara deste passado idílico, uma Roma de colorações rurais, de homens cujos hábitos e modos de conduzir a vida se destacavam pelo *labor, austeridade e moderação*. Idealizando estes tempos de contornos agrários, o filósofo vê na rusticidade que o envolvia, um período com menos estímulo às paixões e vícios e mais favorável ao desenvolvimento das virtudes. Vemo-lo fazer a defesa dessas ideias explicitamente na *carta 51*, onde ele defendeu a tese de que militares, trabalhadores e escravos advindos de áreas campestres eram mais resolutos em suas atividades do que aqueles que se formavam sob ares citadinos. A justificativa para tal, partia do pressuposto segundo o qual ambientes geográficos mais duros eram mais propensos a formar indivíduos com *firmeza de ânimo*⁴⁵⁸. Na *carta 95*, por sua vez, Sêneca correlaciona o passado campesino a saúde do corpo e do espírito. De acordo com sua percepção, naqueles tempos a medicina limitava-se a técnicas simples pelo fato de que os homens levavam uma

⁴⁵⁵ O suicídio para os estoicos não era considerado um tabu, sendo antes, altamente recomendável quando alguma circunstância difícil da vida não abre espaço para alternativas menos extremas. (VEYNE, 2016, p.120). Nas *Cartas a Lucílio*, ele aparece em diversos momentos como uma espécie de fuga da opressão/resistência a tirania. Podemos ver esta tendência nas cartas 26, 36, 70, 91, 98, 102 e 104.

⁴⁵⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XVII-XVIII, 104.

⁴⁵⁷ Como assertivamente percebe Marcos Luís Ehrhardt: “Considerando que fez críticas pesadas aos principados de Calígula e Cláudio, e não escondeu o descontentamento com os rumos do governo neroniano, a tônica desses discursos era o caminho tomado por estes governantes em suas ações e posturas” (EHRHARDT, 2008, p.131).

⁴⁵⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 51.

vida igualmente simples. Dessa simplicidade, ocorria uma menor suscetibilidade a doenças, tendo em vista que o modo de vida era muito mais regrado, não havendo espaço para o desenvolvimento daqueles vícios que atormentavam o corpo, como a gula e a luxúria⁴⁵⁹. Do mesmo modo, a filosofia⁴⁶⁰ era menos elaborada, já que por terem os homens uma virtude naturalmente firmada pelo ambiente, os males da alma eram proporcionalmente menores. Dando voz ao autor: para vícios simples eram suficientes remédios simples⁴⁶¹.

Foi inspirado em grande parte por este passado em que a palavra virtude possuía importância cardeal, que Sêneca deixou entrever em alguns ensejos de sua correspondência proposições de ordem política com vistas a traçar caminhos para reafirmá-la no seio do Império. É nesta toada que chegamos àquela nossa terceira tendência enfatizada no início do capítulo: a de proposições políticas voltadas para o futuro. Dessa forma, fiel ao princípio que já havia estabelecido para si em *Sobre o ócio* e que reafirmou nas *Cartas a Lucílio*, o filósofo enxergou na vida retirada uma oportunidade de continuar sendo útil à sua comunidade pela via da filosofia⁴⁶². Daí que, entremeados aos conselhos que ofertava a Lucílio, Sêneca tenha deixado alguns preceitos e sugestões que visavam o alcance de um destinatário maior: a *sociedade*. Vistas em conjunto, estas proposições, orientadas para diferentes áreas, edificaram a imagem do que poderíamos classificar como um *império moral* segundo a visão senequiana.

Notadamente, um dos primeiros eixos em que notamos tal propensão se deu no campo educacional, imperativo na formação do *cidadão romano*. Nesta seara, a percepção de Sêneca é inicialmente crítica. Destarte, ao olhar para os saberes que eram ensinados em seu tempo, o filósofo viu um emaranhado de conteúdos que só serviam para, no mais das vezes, dar azo a uma pseudo erudição, sendo inócuos do ponto de vista de um “melhoramento” do ser humano. Visando ilustrar a compreensão do filósofo sobre estes, trazemos um trecho da *carta 40*, no qual ele se refere ao ensino da *eloquência* e um outro da *carta 88*, em que tece comentários sobre as chamadas *artes liberais*⁴⁶³:

⁴⁵⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 95.

⁴⁶⁰ Entendida no contexto da carta em questão como uma espécie de *medicina da alma*.

⁴⁶¹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 95.

⁴⁶² Tal como pontuou na *carta 8*: “Se eu me recolhi em casa e fechei as portas foi para poder ser útil a um maior número. (...) Retirei-me não só dos homens, como dos negócios, começando com os meus próprios: estou trabalhando para a posteridade. Vou compondo alguma coisa que lhe possa vir a ser útil. (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 8)

⁴⁶³ Constituíam o conjunto de disciplinas essenciais para a formação de um cidadão livre. Estas, por sua vez, dividiam-se em duas categorias principais: o *trivium* e o *quadrivium*. Na primeira estavam alocadas as disciplinas ligadas a linguagem e ao pensamento crítico, como a gramática, a retórica e a dialética. Já na segunda se

A eloquência vulgar, essa não se orienta minimamente para a verdade. O seu propósito é agitar a multidão, atrair auditores pouco cultivados graças a impetuosas tiradas; não se presta a uma análise cuidada, é feita de arrebatamentos. Como pode então servir para governar os espíritos uma eloquência incapaz de governar-se a si própria?⁴⁶⁴

Queres saber o que eu penso das “artes liberais”: não admiro nem incluo entre os bens autênticos um estudo que tenha por fim o lucro. (...) Compreendes por que razão se lhes chama estudos liberais: porque são dignos de um homem livre. No entanto, o único estudo verdadeiramente liberal é aquele que torna o homem livre; e esse é o estudo – elevado, enérgico, magnânimo - da sabedoria; os outros são brincadeiras de crianças!⁴⁶⁵

Ao realçar tais críticas a um e outro campo do conhecimento, o autor não estava a desconsiderá-los no plano educacional, mas demarcava que pouco sentido eles teriam na formação do indivíduo se viessem desacompanhados de um aditivo que possibilitasse também seu desenvolvimento moral. Em última análise, o que Sêneca queria era uma *educação ativa*, que daria conta de fornecer ao humano um suporte que possibilitasse um conhecimento para bem agir tanto com relação a si quanto com relação aos outros. Como já é de se supor, a área levantada pelo filósofo com maiores condições de realizar tal intento era a *filosofia*⁴⁶⁶ - razão pela qual ele parece elevá-la a um *status* superior dentro da educação romana. Evidentemente, não se trata aqui de uma filosofia meramente especulativa, mas sim, de uma filosofia que se detém no estudo das virtudes com vistas a sua prática. Tal como aponta na *carta 16*:

A filosofia não é uma habilidade para exibir em público, não se destina a servir de espetáculo; a filosofia não consiste em palavras, mas em ações. (...) O objetivo da filosofia consiste em dar forma e estrutura à nossa alma, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos atos, em apontar-nos o que devemos fazer ou pôr de lado, em sentar-se ao leme e fixar a rota de quem flutua à deriva entre escolhos. (...) ⁴⁶⁷

Dada esta ligação privilegiada entre filosofia, virtude e ação, deparamo-nos com um campo do saber que forneceria as bases para um progresso moral do ser humano, servindo como uma espécie de guia para as ações comuns dos homens⁴⁶⁸. Nestes termos, deixamos

encontravam as disciplinas ligadas aos números e ao universo físico, como a aritmética, a geometria, a música e a astronomia.

⁴⁶⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, IV, 40.

⁴⁶⁵ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XI-XIII, 88.

⁴⁶⁶ Vemos este vínculo entre filosofia e vida virtuosa manifestar-se explicitamente na abertura da *carta 90*. Nesta, Sêneca pontua: “Quem duvidará, Lucílio amigo, que, se devemos a vida aos deuses imortais, é à filosofia que devemos a vida virtuosa?” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90)

⁴⁶⁷ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, II, 16.

⁴⁶⁸ BUENO, T.S.L. *Do modelo à ação: A política em Sêneca e o elogio da filosofia. Cadernos de Ética e Filosofia política*. São Paulo: v.2, n.29, 2016, p.68.

antever então uma educação filosófica que, para além de educar moralmente o indivíduo a nível particular, tinha propósitos também de formá-lo como *cidadão*. Tal afirmação tornar-se-á mais clara se lembrarmos que no pensamento senequiano a linha que separa indivíduo da sociedade é bastante tênue, a ponto de as ações individuais repercutirem sobre a vida coletiva e a vida coletiva gerar reflexos sobre a vida individual. Assim, o sujeito que aprendesse sobre as virtudes da *clemência*, da *justiça* e da *moderação*, por exemplo, e fosse instado a praticá-las, reproduziria as mesmas no campo do social, incitando igualmente o seu próximo a exercê-las. Desse modo, a educação filosófica proposta por Sêneca transformava-se em um poderoso instrumento de mudança, capaz de moldar não apenas indivíduos virtuosos, mas uma sociedade inteira guiada pela ética e pelo bem comum.

Já no plano das *relações sociais*, por seu turno, o filósofo retomou uma das ideias basilares do estoicismo, segundo a qual o ser humano fora concebido pela natureza para uma vida comunitária em que se sobrelevam o auxílio e assistência mútuos. Vemos o filósofo defender energicamente este ideal nesta passagem da *carta 95*:

A natureza gerou-nos como uma só família, pois nos criou da mesma matéria e nos dará o mesmo destino; a natureza faz-nos sentir amor uns pelos outros, e aponta-nos a vida em sociedade. (...) em obediência à natureza, as nossas mãos devem estar prontas para auxiliar quem delas necessite. (...) Possuamos tudo em comunidade, uma vez que como comunidade fomos gerados⁴⁶⁹.

Nesta toada, Sêneca advoga uma vida em sociedade pautada por relações mais horizontais e igualitárias entre seus membros - uma novidade se levarmos em conta que a sociedade romana na qual o autor estava inserido era atravessada por relações altamente hierarquizadas e distinções significativas no que diz respeito aos integrantes que compunham o corpo social. Para que tenhamos uma dimensão da radicalidade do pensamento do autor neste quesito, nos deteremos no binômio hierárquico que contemplava *senhor* e *escravo*. Dentro deste binômio, temos um homem livre (senhor/proprietário) e um homem que nem sequer era considerado homem (escravo). Compreenderemos melhor esta afirmação se recorrermos ao território do Direito Romano Civil do período, que alocava o escravo na categoria dos *res mancipii* ou *mancipia*, que era, no fim das contas, aquela categoria em que estavam localizados todos os *objetos e propriedades* passíveis de compra e venda⁴⁷⁰. Isso queria dizer que o escravo

⁴⁶⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 95.

⁴⁷⁰ VASCONCELOS, Beatriz Avila. *O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil Contemporâneo*. **Revista UFG**, Goiânia, v.14, n.12, 2017, p.138-139.

era uma posse, e, por consequência, um ser destituído de qualquer direito⁴⁷¹. O controle e decisões sobre sua vida, outrossim, competiam única e exclusivamente ao proprietário, que poderia fazer dele o que bem entendesse. Sêneca, embora em nenhum momento se posicione contra a instituição da escravidão, confronta esta condição de “coisa” dada ao escravo, posicionando-se em favor da *humanidade*⁴⁷² de que estes eram dignos e defendendo uma relação de respeito, afabilidade e clemência para com estes⁴⁷³. Trazendo à tona as palavras do próprio na *carta 47*, em que explorou amplamente esta temática: “Muito concisamente meu preceito é este: vive com o teu inferior como gostarias que o teu superior vivesse contigo”⁴⁷⁴. Colocava dessa forma, a dignidade humana acima de qualquer *status* social. Uma tomada de posição revolucionária se levarmos em conta a conjuntura de que ora falamos⁴⁷⁵.

Ainda no campo das relações sociais, em outro segmento, o cordovês atribuiu uma grande importância à amizade no domínio político. A atenção ofertada a este tipo de vínculo não é gratuita, afinal de contas, temos na amizade, pelo menos naquela que se pressupõe verdadeira, uma conexão em que nosso ser e afeição se devotam ao outro. Cícero, no belo diálogo que escreveu sobre o assunto, descreveu exemplarmente esta tendência:

Com efeito, quando somos generosos e bondosos, quando não exigimos reconhecimento - não contando com nenhum proveito próprio, tendo apenas uma vontade espontânea de ser generoso -, é então, penso, que convém, não movidos por uma esperança mercantil, mas convencidos de que o amor traz em si seu fruto, querer atar amizade⁴⁷⁶.

⁴⁷¹ José Carlos de Matos Peixoto, no livro *Curso de Direito Romano*, resume-nos as implicações a que essa destituição de direitos submetia o escravo: ““A condição jurídica do escravo é dominada pelo princípio de que o escravo é uma coisa (res), um animal de que o proprietário pode dispor à vontade, tendo sobre ele o poder de vida e morte (vitae necisque potestas). Sendo apenas uma coisa, um animal, o escravo não tem personalidade: servus nullum caput habet (Gaius II, 16, de capitis minutione, 4). Em consequência, o escravo não podia ter família e a união entre escravos ou de escravo ou escrava com pessoa livre de outro sexo era fato puramente material (contubérnio). Não podia tampouco possuir patrimônio, não lhe sendo, pois, lícito ser proprietário, credor ou devedor, nem deixar herança. Não podia igualmente ser parte em juízo, porque o processo somente era acessível aos homens livres. Se alguém causava ao escravo uma lesão corpórea, ele não tinha o direito de queixar-se à autoridade: este direito competia ao senhor, como se tratasse de um animal ferido ou de um objeto danificado. Como as outras coisas, o escravo podia ser objeto de propriedade exclusiva ou deco-propriedade; e, se era abandonado, nem por isso ficava livre: tornava-se então uma coisa sem dono (servus sine domino), de que qualquer um podia se apropriar” (PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de direito romano*. Rio de Janeiro: Haddad, 1955, p. 255)

⁴⁷² Vê-se essa defesa já no início da *carta 47*, onde Sêneca diz: “Foi com prazer que ouvi dizer a pessoas vindas de junto de ti que vives com os teus escravos como se fossem teus familiares. Isso só atesta que és um espírito bem formado e culto. “*São escravos.*” Não, são homens. “*São escravos.*” Não, são camaradas. “*São escravos.*” Não, são amigos mais humildes. (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 47)

⁴⁷³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 47.

⁴⁷⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 47.

⁴⁷⁵ SEGURADO E CAMPOS, 2022, p.XXI.

⁴⁷⁶ CÍCERO, *Da Amizade*, IX, 31.

Essa imagem trazida pelo notório orador exemplifica uma amizade que destaca um conjunto de valores focados no próximo. Um amigo, parece nos dizer Cícero, é aquele que consegue esquecer um pouco de si para, através de uma ação, gesto ou palavra, promover a felicidade de seu semelhante. Eis aí o motivo pelo qual Sêneca concedeu máxima relevância a este tipo de relação. Nela, encontrar-se-ia um espaço fértil para o aprendizado e cultivo de virtudes⁴⁷⁷, bem como a obliteração de tendências egoístas e personalistas. Nada mais adequado para o viver em sociedade e para o desenvolvimento do *altruísmo* — virtude que, na *carta 48*, o filósofo considerou fundamental para o alcance da felicidade individual e coletiva⁴⁷⁸.

No que concerne aos *costumes e hábitos*, Sêneca traçou uma série de indicações que remetiam aquele passado idealizado que abordamos em páginas precedentes. Colocando-se no espaço das correspondências como um verdadeiro apologista das virtudes da *austeridade, frugalidade e moderação*, ele estabeleceu contrapontos através de seus conselhos com vários daqueles elementos que classificou como vícios de sua época, tal como os excessos do luxo, a avidez por riqueza e a vaidade. A *carta 8* é importante sobre este tema, pois nela observamos o pensador recomendando a Lucílio um modo de vida pautado pelo simples e indispensável. Ele previa que o alimento e a bebida deveriam ser comuns e sem exageros, limitando-se a matar a fome e a sede. A atenção dedicada ao corpo deveria ser dada apenas na medida do necessário a boa saúde. No que se refere ao vestuário e habitação, seria suficiente que estes protegessem do frio e servissem de abrigo contra intempéries⁴⁷⁹. Até mesmo a atividade intelectual exigiria parcimônia e moderação. Na *carta 45*, Sêneca enfatiza a importância de ler com discernimento e propósito. Ele argumenta que as leituras devem ser escolhidas com cuidado e direcionadas a um objetivo específico. Caso contrário, a leitura pode se transformar em uma atividade inútil, sem benefícios reais⁴⁸⁰. Essa exaltação do essencial chegou inclusive no rol das atividades religiosas. Na *carta 95* o autor olhou com ceticismo para os ritos e oferendas prestados aos deuses, que pareciam servir mais para satisfazer as ambições humanas. Em contrapartida, sugeria que para prestar culto as divindades bastaria conhecê-las e agir bondosamente imitando

⁴⁷⁷ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 9.

⁴⁷⁸ Como bem pontuou Sêneca: “A amizade estabelece entre nós uma comunhão total de interesses; nem a felicidade nem a adversidade são fenômenos individuais: vivemos para a comunidade. Não é mesmo possível alguém viver feliz se apenas se preocupar consigo, se reduzir tudo às suas próprias conveniências: tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo.” (SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 48)

⁴⁷⁹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, I, 8.

⁴⁸⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, V, 45.

as suas ações⁴⁸¹. Dessa maneira, desvelando as camadas da ostentação e do excesso, Sêneca convocava todos a uma vida de simplicidade genuína, onde o verdadeiro valor residisse na virtude e na autenticidade das ações.

Por fim, a despeito do que já fizera em outras obras, nas cartas também encontraremos Sêneca discorrendo sobre a postura ideal do *governante*. Neste tópico, o autor retomou argumentos que nos fazem perceber uma influência do célebre *rei-filósofo*⁴⁸² de Platão. Com efeito, há uma forte primazia na virtude da *sabedoria* e na excelência moral que dela resulta para que alguém seja capaz de realizar um bom governo. Ele desenvolve essa argumentação de modo mais detido na *carta 90*, onde, mais uma vez, sob a cobertura de um passado idílico, escreve:

Os primeiros homens, os homens da geração seguinte que, ainda incorruptos, obedeciam à natureza, tinham um só chefe e uma só lei: confiar-se às decisões do melhor, já que a lei natural é que os inferiores se submetam aos melhores. (...) O chefe era eleito pelas suas qualidades, e, por isso, os antigos povos viviam em perfeita felicidade, já que era impossível o mais poderoso não ser simultaneamente o melhor. (...) Naquela época a que se chama-se “idade de ouro”, o governo estava nas mãos dos sábios⁴⁸³.

A razão apontada para Sêneca para que os sábios ou os “melhores” governassem apresentava-se sob duas faces. A primeira delas era a de que um governante guiado pela racionalidade teria melhor compreensão para decidir o que seria o melhor para o seu povo. O motivo para tal estava no fato de que no raciocínio estoico, razão e virtude se correlacionavam intimamente. Quem agisse de acordo com a razão possuiria ao mesmo tempo conhecimento pleno da virtude. Suas ações no campo da coisa pública, portanto, seriam pautadas por estas. Conforme define no trecho da mesma carta:

Os sábios impediam a violência, protegiam os mais fracos dos mais fortes, indicavam o que se devia ou não fazer, apontavam o que tinha ou não utilidade. Graças à sabedoria, providenciavam para que nada faltasse ao seu povo; graças à coragem, mantinham afastados os perigos; por meio dos seus benefícios, distribuíam bem-estar e prosperidade entre os súditos⁴⁸⁴.

⁴⁸¹ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XV, 95.

⁴⁸² “Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, conforme julgo, os do gênero humano” (PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.180)

⁴⁸³ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90.

⁴⁸⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90.

Justamente por agirem em função das virtudes é que se chegava à segunda face da motivação destacada por Sêneca para que fossem os sábios a governar: eles agiam orientados por um *senso de dever* e não pela simples posse de poder⁴⁸⁵. Isso trazia uma série de benefícios, dentre os quais sobressaía-se a harmonia que haveria de se ter na comunidade. Afinal de contas, não haveriam causas para se atentar contra um governante justo, tampouco motivos para não seguir suas ordens, que, por serem equilibradas, eram fáceis e desejosas de serem seguidas⁴⁸⁶. Desse modo, uma cidade ou principado que tivessem à sua frente um sábio estariam ao abrigo da coesão e segurança, destituídas de qualquer receio de que pudessem vir a perecer.

Foi tendo por referência esta segurança e coesão sublinhadas acima, aliás, que Sêneca parece ter dado a tônica dos ataques feitos à tirania nas cartas que endereçou a Lucílio. Quer fosse aquela do povo para consigo mesmo através de múltiplos estímulos aos vícios, quer fosse aquela do tirano clássico guiado pelas paixões da ira e da crueldade, em qualquer uma delas, alertava o filósofo, estava presente a predisposição para a ruína. Daí a grande aposta feita pelo filósofo em torno da palavra *virtude*, tanto a nível individual quanto coletivo. Ela seria a única a salvaguardar a ordem, a paz e o bem-estar de uma comunidade. A única a evitar a guerra, os conflitos e a perdição. A única a permitir uma aproximação daquilo a que chamava de felicidade.

ALGUMAS ÚLTIMAS PALAVRAS...

Este talvez seja um dos momentos mais difíceis que um autor de um trabalho acadêmico se defronta ao finalizar uma pesquisa. Com efeito, trata-se daquele momento-chave em que o autor se coloca diante de uma folha em branco para fazer um “balanço” da sua pesquisa e demonstrar suas contribuições para o campo do saber que, por um determinado espaço de tempo, escolheu estudar mais detidamente. Sendo da opinião, contudo, de que uma pesquisa,

⁴⁸⁵ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90.

⁴⁸⁶ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, XIV, 90.

longe de encerrar um assunto, representa uma abertura para novos olhares e possibilidades acerca de uma temática, preferimos evitar os termos definitivos como *conclusão* ou *considerações finais*, e traçar, antes, algumas últimas palavras ou constatações para estimular as interpretações e reflexões dos leitores acerca daquilo que trabalhamos nas páginas precedentes. Para uma melhor organização e visualização das mesmas, optamos por expô-las através de pequenos textos, que seguem na sequência.

I

Sêneca e seu tempo

Sêneca iniciou sua história num mundo em pleno processo de transformação. Nascido numa configuração em que o antigo ordenamento político republicano havia terminado e um novo – *o Principado* – se estabelecido sobre os moldes e símbolos do antigo, ele vivenciou o tradicional clima de inquietação que perfaz a transição de uma época para outra. Sob estes termos, o renomado autor ficou defronte com as expectativas abertas pelo novo regime e as turbulências trazidas por ele. No primeiro caso, ante a efervescência cultural que o envolvia, conseguiu firmar uma carreira política e intelectual digna de nota, ganhando fama e reconhecimento de seus contemporâneos. Já no segundo, ele viu de perto toda a problemática que atravessou os contornos do Principado: intrigas palacianas envolvendo os herdeiros políticos imediatos de Otávio Augusto, disputas entre príncipes com tendências autocráticas e um Senado de tempos republicanos ainda ativo e reivindicante de poder, além dos conflitos entre tradição e novidade. Mais do que presenciar, Sêneca sentiu diretamente esses efeitos. Não podemos esquecer que, no percurso de sua biografia, encontram-se uma quase condenação à pena capital pelo bom uso da oratória no governo de Calígula, o exílio fruto de uma acusação de adultério resultante de uma querela na corte de Cláudio, e, por fim, o envolvimento fatal de seu nome numa trama conspiratória contra Nero, que lhe trouxe a morte. Este trajeto sinuoso pelas vielas da expectativa, da alegria, das frustrações, dores e tristezas de seu contexto, resplandece nas páginas das obras que escreveu ao longo de sua vida. Através de seus textos filosóficos, portanto, ele oferece um outro modo de relatar a História.

II

Sêneca e os usos da Filosofia

Em Sêneca, a filosofia, mais especificamente a filosofia estoica, transcende o escopo da mera especulação ou do modo de vida pelo qual se chega à morada da felicidade. Embora mantenha essas particularidades, o pensador acrescentou-lhe novos usos e colorações, dos quais destacamos especialmente aqueles relacionados à seara política. Assim, uma concepção como a de "cidadão do mundo" estoico, por exemplo, servia para demonstrar sua altivez perante a condenação ao exílio. Inimigos políticos, como Calígula e Cláudio, sofreram *damnatio memoriae*, sendo personificados em paixões, vícios e excessos que deveriam ser evitados. Em contrapartida, quando precisou atuar como ideólogo do poder, retirou das gavetas do estoicismo as ideias de natureza e racionalidade para justificar o regime político do Principado, além de vincular o lustroso termo "virtude" a Nero, visando angariar legitimidade ao jovem príncipe que um dia fora seu aluno. Quando o governo deste último, no entanto, seguiu rumos que, em seu entendimento, eram negativos, o elogio do ócio filosófico e da vida retirada adquiriu o potencial de crítica política. O mesmo se vê no monumental conjunto de cartas que escreveu ao discípulo Lucílio, onde o aparato da filosofia do Pórtico permitiu-lhe diagnosticar as contradições de seu tempo e expressar novas possibilidades para o futuro. Em última análise, com Sêneca, o que se verifica é uma filosofia que, para além de um instrumento de reflexão, se transforma numa ferramenta que lhe permite atuar e se relacionar com o mundo que o cerca. Nas suas mãos, ela adquire o peso e a força de uma espada.

III

Sêneca e as tiranias

É bem verdade que em Sêneca encontramos críticas àquele modelo de tirano clássico, que exerce arbitrariamente e despoticamente o seu poder sobre os demais que o rodeiam. No entanto, nas entrelinhas de seus textos, e, com mais exatidão, das *Cartas a Lucílio*, o autor pareceu detectar uma tirania mais velada, porém, igualmente cruel: a que o indivíduo exerce para consigo mesmo a partir daquelas coisas que o afastam de sua humanidade fundamental,

como a avidez por riqueza, as veleidades pessoais, a ânsia de querer, os excessos de toda a ordem, a atenção ao supérfluo. Esta forma de tirania, aliás, parece tanto mais perigosa, porquanto voluntariamente assumida e poucas vezes percebida. Sêneca, um profeta do contemporâneo?

IV

Sêneca e o Império moral

Ao ler um texto de Sêneca, precisamos retirar a pesada carga de adjetivações e suspeitas que envolvem a palavra "moral" e fazer o exercício de olhá-la a partir do contexto em que ela estava efetivamente implicada. No período vivenciado pelo cordovês, tal vocábulo estava expressivamente relacionado à virtude, que, por sua vez, estava vinculada à felicidade. Toda vez que ressalta esses termos, portanto, Sêneca está falando de um dos objetivos mais significativos do ser humano, ou seja, a busca de uma vida feliz. Entretanto, ele distingue-se de estoicos anteriores e de outros movimentos filosóficos advindos do período helenístico ao tratar essa busca como algo além de uma empreitada que recai unicamente sobre o indivíduo. Para o autor, a felicidade está ligada em larga medida ao coletivo e ao social. Em outras palavras, a felicidade era também uma questão política. É assim que podemos encontrar nas páginas das epístolas que trocou com o amigo e discípulo Lucílio o desenho de um Império guiado por um forte senso comunitário. Só seremos plenamente felizes, parecia dizer o filósofo, se nosso semelhante também o for.

V

Sêneca e o hoje

Percorrendo os caminhos da História com Sêneca, observamos um filósofo que não se limitou apenas a pensar a própria temporalidade, mas que também agiu e interveio profundamente sobre ela. Em seu percurso, as palavras foram um instrumento de poder e ação. Diante de um trabalho acadêmico, portanto, que escrutinou, antes de mais nada, a atuação do que poderíamos classificar como um intelectual de seu tempo, este olhar para o passado a partir de Sêneca

interpõe-nos algumas questões para os dias de hoje: “*Qual o papel do intelectual na atualidade?*”; “*Quais são seus espaços de atuação?*” “*Limitar-se-á apenas a diagnosticar a tragédia do presente ou traçará igualmente outras alternativas para o futuro?*”. Eis o peso de um ponto de interrogação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CÍCERO. *Da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

CÍCERO. *De oratore*. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

[CÍCERO] *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CICÉRON. *Correspondance*. Texte établi et traduit par L. -A. Contans. Paris: Les Belles Lettres, 1950. v. 1.

CICÉRON. *Correspondance*. Texte établi et traduit par L. -A. Contans. Paris: Les Belles Lettres, 1950. v. 2.

CICÉRON. *Correspondance*. Texte établi et traduit par L. -A. Contans. Paris: Belles Lettres, 1960. v. 3.

CÍCERO. *Saber envelhecer e A Amizade*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

DEMÉTRIO. *Sobre o estilo*. In: FREITAS, G.A.de. *Sobre o estilo de Demétrio: um olhar crítico sobre a literatura grega (tradução e estudo introdutório do tratado)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DION CASIO. *Historia Romana*. Obra completa. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

HORÁCIO. *Odes e Canto Secular*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2014.

JUSTINIANO. *Cuerpo del Derecho Civil Romano: Digesto*. Trad. D. Ildefonso L. García Del Corral. Barcelona: Kriegel, Hermann y Osenbrüggen, 1897.

LAÉRCIO, D. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MANÍLIO, M. *Astronômicas*. São Paulo: USP, 2006.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SÊNECA. *Cartas Consolatórias*. Campinas: Pontes, 1992.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. (Tradução de J.A.Segurado e Campos). Lisboa: Calouste Gulbekian, 2022.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

SÊNECA. *Sobre a Ira. Sobre a tranquilidade da alma*. (Tradução, introdução e notas de José Eduardo S. Lohner). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. (Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren). Petrópolis: Vozes, 2013.

SÊNECA. *Apocolokyntosis*. (Introd. Notas e trad. De G.D. Leoni). Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.

SÊNECA, *Sobre o Ócio*. [s.l.]: Montecristo Editora, 2020.

SUETÔNIO. *As vidas dos doze Césares*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

TÁCITO, Cornélio. *Anais*. São Paulo: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

TÁCITO. *As Histórias*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Guy. *Néron*. Paris: PUF, 1995.

ALFARO, Juan Pablo. *Memoria y proyecto político en el Panegírico de Plinio*. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**. Espírito Santo, n.8, 2016, pp. 86-105.

ARNOLD, E.V. *Roman stoicism: being lectures on the history of the stoic philosophy with special reference to its development within the roman empire*. Freeport: Books for Libraries, 1971.

BARRET, Anthony. *Agrippina: sex, power and politics in the Early Empire*. London: Routledge, 1996.

BARROS, S.S. *César Augusto: entre a República e o Império*. NEARCO. Rio de Janeiro: v.1, 2016, pp. 110-124.

BATISTE, P.B. *La economía em el mundo romano - el contexto económico de la roma antigua como laboratorio conceptual*. Tesis (Doctorado en Historia Antigua) - Universitat Jaume I, Castellón, 2016.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Nero: bom ou mau imperador? Retórica, política e sociedade em Tácito (54 a 69 d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2016.

BELCHIOR & FAVERSANI. *O papel da clemência senequiana na narrativa dos Annales de Publius Cornelius Tacitus*. **Revista Archai**. Brasília: n. 03, 2009, pp. 147-159.

BRAREN, Ingeborg. Prefácio. IN: SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Por que Sêneca escreveu epístolas?*. **Letras Clássicas**. São Paulo: n.3, 1999, pp. 39-44.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BUENO, T.S.L. *Do modelo à ação: A política em Sêneca e o elogio da filosofia*. **Cadernos de Ética e Filosofia política**. São Paulo: v.2, n.29, 2016, pp. 58-74.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Poder e política nas obras de Sêneca*. **Revista Phoinix**. Rio de Janeiro: v.9, n.1, 2003, pp. 360-379.

CARLAN, C. U. *Arte monetária romana: reflexos de uma propaganda*. I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE. São Paulo: IFCH / UNICAMP, 2005.

COELHO, A.L. *Poder e Poesia: A imagem de Augusto na literatura do início do Principado*. **Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo**. São Paulo: v.6, n.6, 2015, pp.36-48.

COLLARES, M.A.C. *A legitimidade política de Otávio Augusto ao início do Principado*. **Revista Alétheia: Estudos sobre a antiguidade e medievo**. v.1, 2010, pp. 20-38.

_____. *A política sob César Augusto: continuidades e rupturas*. IN: CERQUEIRA, F.V; SELVATICI, M.(org.) *Religião e poder, do mundo antigo ao moderno: ensaios acadêmicos*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2009.

_____. *O Senado romano diante do poder Augustal: funções, prerrogativas e organização*. **PHOÏNIX**. [S.L], v.16, n.1, 2020, pp. 63-83.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sêneca entre a colaboração e a oposição*. **Letras Clássicas**. São Paulo: n.3, 1999, pp. 275-285.

COSTA, A.A. *A imagem do príncipe ideal: as virtudes do imperador romano na concepção pliniana*. **Diálogos**. Maringá: v.16, n.3, 2012, p.971-975.

_____. *A Relevância sócio-comunicativa da carta na Roma antiga*. *Revista Mundo Antigo*. Campos dos Goytacazes (RJ): v.3, n.6, 2014, pp.77-90.

COSTA JUNIOR, C.L.J. *Sêneca na Córsega: alguns apontamentos acerca do exílio na Consolatio ad Helviam*. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH/PR, 2016, Curitiba. *Anais Eletrônicos*, 2016.

CUNHA, Hugo de Araujo Gonçalves da. *Poder e violência em Sêneca na época de Calígula (Século I d.C.): um estudo do De Ira*. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DALBOSCO, Claudio A. *Governo colérico e formação parresiástica: o problema da enfermidade das paixões humanas*. In: EUZEBIO, Marcos Sidnei Pagotto; ALMEIDA, Rogério de. (Orgs.). *Experiência e formação no mundo antigo*. São Paulo: FEUSP, 2022.

DIREITO, C.G.V. *Roma e o Imperium*. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: v.21, n.40, 2014, p.183-192.

DUARTE, Ricardo. Introdução. In: SÊNECA. *Tragédias: volume I*. Lisboa: edições 70, 2021.

EHRHARDT, Marcos Luís. *O arquiteto do social: Seneca e a construção de modelos para a sociedade romana do principado a partir da Historia Magistra Vitae*. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ESTEVES, Anderson Martins. *Díon Cássio: um Historiador no Reino de Ferro*. In: SEBASTIANI, B.B; JÚNIOR, F.R; COSTA E SILVA, B.da. *Problemas de Historiografia Helenística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FAVERSANI, F.J *Quinquennium neronis e a ideia de um bom governo*. **Revista Phoênix**. Rio de Janeiro, v.20, n.1, 2014, pp.158-177.

_____. *Estado e governo em Sêneca*. In: ARAÚJO, S.R.R.de; ROSA, C.B.da; JOLY, F.D. (Orgs.). *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2010.

FERRER-ALCANTUD, Coré. *Mujeres y política en la antigua Roma: poder, identidad, roles e influencia en la res publica*. Tese. Departamento de Historia, Geografía y Arte de la Universitat Jaume I, Castellón de la Plana, 2017.

FERRY, L & JERPHAGNON, L. *A tentação do cristianismo – de seita a civilização*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

FLORENZANO, Maria B.; VIANNA, Salvador T. W.; CASTRO, Mauricio B. *Faces da Moeda*. São Paulo: Editora Olhares, 2009.

FREITAS, F. A. de S; CARPINETTI, L. C. L. *Sêneca, o velho e as declamationes no contexto do Império*. Cadernos do CNLF, vol. XVII, n. 07. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

FREITAS, G.A de. *A Epistolografia no Tratado Sobre o Estilo de Demétrio e as primeiras reflexões sobre o gênero na Antiguidade Greco-Romana*. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, nº 55, 2016, pp.200-221.

FRIGHETTO, Renan. *Exílio e exclusão política no mundo antigo: de Roma ao reino Godo de Tolosa (séculos II a.C.-VI d.C.)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

GAZOLLA, R. *O ofício do filósofo estóico: o duplo registro da stoa*. São Paulo: Loyola, 1999.

GOLDSWORTHY, Adrian. *Pax Romana: War, Peace and Conquest in the Roman World*. London: Yale University Press, 2016.

GONÇALVES, A T. M. Prefácio. OMENA, Luciane Munhoz. *Pequenos Poderes na Roma Imperial*. Vitória: Flor & cultura, 2009.

_____. *Uma análise da obra De Clementia de Sêneca: a noção de virtude*. **Phoînix**. [s.l]: v.3, n.1, 2020, pp. 51-74.

GONZÁLEZ. José Manuel García. *Aproximación a la retórica de Sêneca a través de las Cartas a Lucilio*. **Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea**. [s.l]: v.64, n.191, 2013, pp. 89-108.

GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Prefácio. In: VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca - Estudo sobre o De Clementia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____. *Nero, o estoicismo e a Historiografia romana*. **Boletim do CPA**, Campinas, n.1, 1996, p.58.

INWOOD, Brad. *Os estóicos*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

JOLY, Fábio Duarte. *Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero*. **História**. São Paulo, v.24, n.2, 2005, pp. 111-127.

_____. *Hierarquia, status e poder nos Anais, de Tácito: uma leitura dos livros neronianos*. In: ARAÚJO, S.R.R.de; ROSA, C.B.da; JOLY, F.D. (Orgs.. *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2010.

KERR, Larissa de Souza Lopes. *Si Uales, bene est, ego ualeo: algumas concepções do gênero epistolar greco-romano*. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**. São Paulo, vol. 45, n.3, 2016, pp. 1133-1146.

KORMIKIARI, M.C.N & PERISSOTO, F. Augusto. In: SILVA, M.A; PORTO, V.C. (Orgs.). *Imperadores Romanos, de Augusto a Marco Aurélio*. 1. ed. Teresina/São Paulo: LABHAN/UFPI; LARP/MAE/USP, 2019. Cap. 1, p.12 - 33.

LIMA, Francisco de Assis Costa de; BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. *Figuras retóricas como reforço a amplificatio na Oratio pro Sextio*. **DLCV**, João Pessoa, PB, n.1, v.15, 2019, pp. 91-118.

MAIA, Alaércio Bremmer. *Marco Aurélio e o Estoicismo na construção de um Império moral*. Monografia (Licenciatura em Filosofia) - Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2020.

MATOS, A. S. de M.C. *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

MEDEIROS, M.C. *Entre a crise política e a crise moral de finais da República Romana (I a.C.): fronteiras entre o discurso e o real*. **Revista Gaia**. Rio de Janeiro: vol. 10, n.1, 2019, p.172-188.

MELO, José Joaquim Pereira. *Tragédia Senequiana: a formação pelo exemplo*. **Teoria e Prática da Educação**. Maringá: v.22, n.2, 2019, pp. 109-127.

MILLER, J. *Vidas investigadas: de Sócrates a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

MOSCA, L.G. *Propaganda política e a construção da imagem de Augusto (Séculos I a.C. - I d.C.)*. Orientador: Julio Cesar Magalhães de Oliveira. 2011. 54 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

OLIVEIRA, R.S.M. *A ordem astral: A ação do Princeps Otávio Augusto pela legitimidade de seu poder*. **Hélade**. Rio de Janeiro: v.3, n.1, 2017, pp. 10-25.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de direito romano*. Rio de Janeiro: Haddad, 1955.

PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: FCG, v.2, 1984.

PIRES, T. A. L.C. *Propaganda política no Principado Augustano: as artes como forma de discurso (27 a.C.– 14 d.C.)*. **Revista Plêthos**. Rio de Janeiro: vol. 4, n.1, 2014, pp. 117-136.

ROCHA, C. A. M. *O caráter formativo da filosofia senequiana*. **Prometeus**. Sergipe: vol.9, n.19, 2016, p.207-228.

RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SÁ REGO, Enylton J. de. *O Calandu e a Panacéia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SEGURADO E CAMPOS, J.A. Prefácio. In: SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2022.

SILVA, Frederico de Souza. *Apocolocintose do Divino Cláudio: tradução, notas e comentários*. Dissertação (mestrado em letras clássicas e vernáculas) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

SILVA, G. V. da. *Política, Ideologia e a Arte Poética em Roma: Horácio e a criação do Principado*. **Politeia**. Vol. 01, n.1, p. 29-51, 2001.

SOUZA, D. M. F. de. *Horácio e os jogos seculares: tradição, religião e política no Carmen Saeculare*. Dissertação (mestrado em letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SPINELLI, Miguel. *Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e éthos com eta*. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, v.32, n.2, 2009, pp. 9-44.

STADLER, T.D. *O Império Romano em cartas: glórias romanas em papel e tinta - Plínio, o Jovem e Trajano 98/113 d.C.* Curitiba: Juruá, 2013.

_____. *Filosofia e Cultura em Marco Túlio Cícero*. In: BAGGIO, A.T; MOCELIM, A; POHLMANN, J.F. (Orgs.). *Diálogos entre cultura e poder*. Curitiba: CRV, 2022, cap. 3, p. 45 – 60.

_____. *Plínio, o Velho: Nos caminhos da História Natural*. Campo Mourão: FECILCAM, 2021.

TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. *Lívia e Agripina Menor: a presença feminina no jogo político*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TORRENT RUIZ, Armando. *Diccionario de Derecho Romano*. Madrid: EDISOFER, S.L, 2005.

TRENTINI, R. de S. *Imperator Dominus Mundi: A perspectiva da Auctoritas no Principado de Octávio Augusto (27 a.C. - 14 d.C.)*. **Revista Vernáculo**. Curitiba: n.26, 2010, p.23-40.

TREVISAM, M. *Breve introdução à Consolação a Políbio de Lúcio Aneu Sêneca*. In: SÊNECA, *Consolação a Políbio*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. *O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil Contemporâneo*. **Revista UFG**, Goiânia, v.14, n.12, 2017, pp. 137-153.

VENTURINI, R. L. B. *As palavras e as ideias: o Poder na Antiguidade*. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.9, nº 2, 2005, pp.143-155.

VIEIRA, Alexandre Pires. Prefácio. In: SÊNECA, *Sobre o Ócio*. [s.l.]: Montecristo Editora, 2020.

VEYNE, Paul. *Sêneca e o estoicismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005.

WOOLF, Greg. *Roma: a história de um Império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ANEXO – NERO NO IMAGINÁRIO COLETIVO



Imagem 1: O remorso de Nero após o assassinato de sua mãe, de John William Waterhouse (1878).
Disponível em: <https://www.victorianweb.org/painting/jww/paintings/nagler1.html>



Imagem 2: A loucura de Nero, de Eric Armusik (2009). Disponível em: <https://www.artrenewal.org/artworks/the-madness-of-nero/eric-armusik/44484>

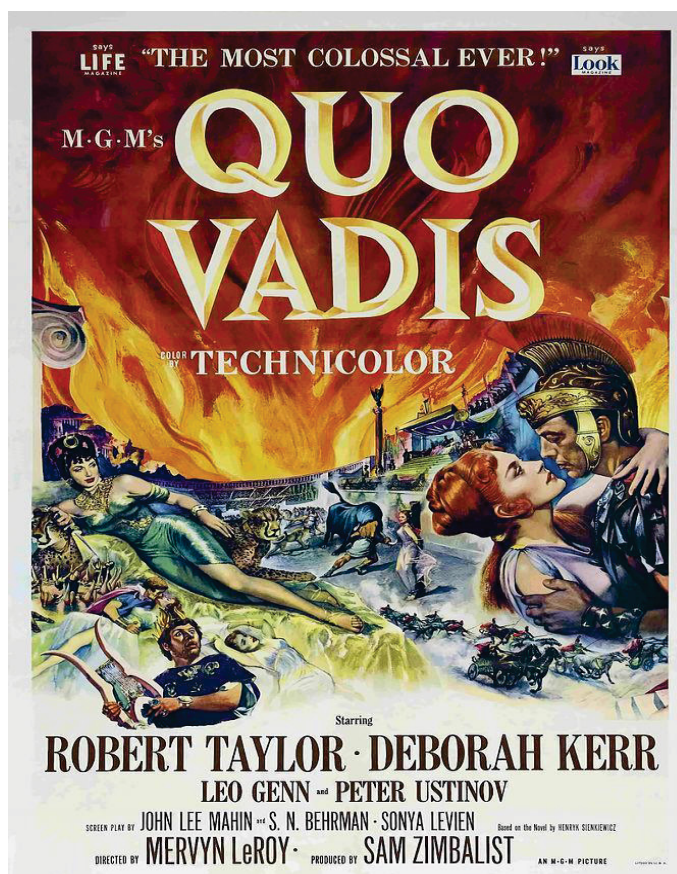


Figura 3: Pôster do filme *Quo Vadis* (1951). Disponível em: <https://www.doctormacro.com/Movie%20Summaries/Q/Quo%20Vadis%20%281951%29.htm>



Imagem 4: Logomarca do software *Nero Burning ROM* do ano 2014. Disponível em: <https://www.neowin.net/software/nero-burning-rom-2014-v15008500/>

